



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E
ORDENAMENTO

JUNTA DE FREGUESIA DE CORTES DO MEIO

Proposta de Requalificação Paisagística para a freguesia de Cortes do Meio, Covilhã

Bárbara Sofia Rodrigues Franco

Orientação

Prof^a Doutora Maria Adalgisa Alves Palmeiro Cruz de Carvalho

Coorientação

Prof^a Doutora Aurora da Conceição Parreira Carapinha

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

Évora, 2019



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

Proposta de Requalificação Paisagística para a freguesia de Cortes do Meio, Covilhã

MESTRADO EM ARQUITETURA PAISAGISTA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Nome do Mestrando | Bárbara Sofia Rodrigues Franco

Orientação | Profª Doutora Maria Adalgisa Alves Palmeiro Cruz de Carvalho

Coorientação | Profª Doutora Aurora da Conceição Parreira Carapinha

Évora, 2019

Júri constituído por:

Presidente: Conceição Marques Freire, Professora Auxiliar, Universidade de Évora

Vogal - Arguente: Conceição Castro, Professora Auxiliar, Universidade de Évora

Vogal - Orientadora: Adalgisa Cruz de Carvalho, Professora Auxiliar, Universidade de Évora

Pelo apoio, esforço e orgulho que sempre me dedicaram;

Pelo amor e confiança, dedico

À minha família.



“ Agora que todos começam a ter saudades de casa, da família, dos campos da aldeia e quando todos anseiam por partir, apenas lhes quero lembrar mais uma coisa importante. Quando na vossa labuta dia a dia, sol a sol, vos vier à cabeça que o trabalho no campo é mesquinho, pouco importante, só interessando a vós próprios e à vossa família, lembrai-vos que milhões de rapazes como vós labutam a terra do Minho ao Algarve, de Moçambique a Timor, na mais importante função para o futuro de Portugal.

Lembrai-vos que a nação portuguesa é formada por todas as freguesias e municípios e que o seu progresso é o fruto do desenvolvimento de cada aldeia, de cada vila.

Lutando pelo desenvolvimento social, económico e cultural da vossa freguesia, lutais por um Portugal mais feliz e reencontrado (...) ”

Discurso proferido por Gonçalo Ribeiro Telles, no encerramento do III Curso Nacional da JAC, em Ermesinde, enquanto Presidente Geral da Associação, intitulado “Aos Jovens Agrários da Terra Portuguesa”, retirado de

A Utopia e os Pés na Terra, 2003, p. 27

AGRADECIMENTOS

À Professora Adalgisa, pela orientação e apoio.

À Professora Aurora, por me ter dado a possibilidade de realizar este estágio.

Ao Arquiteto Paisagista Luís Alçada Batista, tão fundamental a todo o processo.

Ao Nuno, Jorge, Sara, Pedro, Miguel, Sílvia e restantes pessoas com quem partilhei o dia – a – dia em Cortes do Meio, por tornarem os meus dias mais leves e serem a minha casa longe de casa.

À Arquiteta Paisagista Maria da Paz e ao Engenheiro Florestal Rafael Neiva, do Parque Natural da Serra da Estrela, pela atenção.

À minha madrinha, Alda Dias, pela revisão ortográfica.

Aos amigos, por me ajudarem sempre a relativizar e partilharem comigo as frustrações, alegrias e sonhos, durante todo o percurso académico, mas com especial destaque para a elaboração deste relatório. Agradeço especialmente a Sofia Silva, Ana Ferreira, Inês José, João Alves, Agatha Xavier, Diogo Sousa, Marta Antas, Ana Martins, Pedro Pereira, Leonor Pires e Rafael Oliveira.

Ao Eduardo, pelas horas, carinho, compreensão e apoio incondicional.

Aos meus pais e irmãos, primo e avó, pelo apoio de sempre. São a minha casa.

RESUMO

O presente relatório resulta de um estágio curricular realizado na Junta de Freguesia de Cortes do Meio entre março e setembro de 2018. Para além de apresentar a proposta de requalificação paisagística desenvolvida para dar resposta ao incêndio de agosto de 2017, o relatório pretende ser uma reflexão crítica sobre os grandes desafios da gestão ambiental para o desenvolvimento rural e sobre o papel do Arquiteto Paisagista enquanto seu potenciador.

Palavras – Chave: Requalificação; Paisagem Protegida; Ordenamento do Território; Serra da Estrela; Cortes do Meio

ABSTRACT

Landscape Requalification Proposal for Cortes do Meio parish, Covilhã.

This report is the result of an internship at Cortes do Meio parish from march to September of 2018. In addition to presenting the landscape requalification proposal developed to give an answer to the fire of August 2017, the report is also a critical reflection about the great challenges of environmental management for rural development and about the Landscape Architect role as is enhancer.

Keywords: Requalification; Protected Landscape; Spatial Planning; Serra da Estrela; Cortes do Meio.

ACRÓNIMOS

ADC – Agência para o Desenvolvimento e Coesão

ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela – Sul

ADIRAM – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha

CCDR – C – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Centro

CMC – Câmara Municipal da Covilhã

DAAF – Divisão de Apoio Administrativo e Financeiro

DCNFC – Departamento de Conservação e Florestas do Centro

DGOF – Divisão de Gestão Operacional e Fiscalização

DGOV – Divisão de Gestão Operacional e Valorização

DLAP – Divisão de Licenciamento e Avaliação de Projectos

DPAP – Divisão de Planeamento e Avaliação de Projectos

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

OPF – Organização de Produtores Florestais

PDR – Programa de Desenvolvimento Rural

PGF – Plano de Gestão Florestal

PNSE – Parque Natural da Serra da Estrela

UE – União Europeia

ZIF – Zona de Intervenção Florestal

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	7
RESUMO.....	9
ABSTRACT	11
ACRÓNIMOS	13
ÍNDICE.....	15
ÍNDICE DE FIGURAS.....	19
ÍNDICE DE TABELAS.....	25
INTRODUÇÃO.....	27
I - CONCEPTUALIZAÇÃO	31
1. CONCEITO DE PAISAGEM	33
2. CONCEITO DE ESTRUTURA ECOLÓGICA DA PAISAGEM	35
3. CONCEITO DE <i>CONTINNUM NATURALE</i>	37
II – CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA PAISAGEM	41
4. COMPREENSÃO DOS LIMITES E LUGARES DA FREGUESIA DE CORTES DO MEIO	43
5. ANÁLISE BIOFÍSICA	46
5.1. <i>Síntese do Relevo</i>	46
5.1.1. Hipsometria	46
5.1.2. Fisiografia ou Linhas Fundamentais do Relevo	47
5.1.3. Orientação de Encostas	48
5.1.4. Declives	49
5.2. <i>Geologia e Solos</i>	50
5.2.1. Geologia.....	50
5.2.2. Solos.....	51
5.3. <i>Humanização e Valores Naturais</i>	53
5.3.1. Uso do Solo	53
5.3.2. Valores Culturais.....	54

5.3.3.	Estruturas, Infraestruturas e Serviços	55
5.3.4.	Valores Naturais	55
5.3.5.	Percursos Pedestres	56
5.4.	<i>Vistas</i>	57
5.5.	<i>Condicionantes e Potencialidades</i>	61
5.5.1.	Reserva Agrícola Nacional	61
5.5.2.	Reserva Ecológica Nacional	62
5.5.3.	Conservação da Natureza	65
5.5.4.	(Bio)Climatologia	67
5.5.5.	Biogeografia e Fitogeografia.....	67
5.5.6.	Rede Natura 2000 – Zonas de Protecção Especial (Habitats)	70
6.	ANÁLISE SOCIOECONÓMICA	72
6.1.	<i>Estrutura Económica da Freguesia de Cortes do Meio</i>	72
6.2.	<i>Análise Social e Etnográfica</i>	74
6.2.1.	Estrutura social	74
6.2.2.	Costumes, Tradições e Gastronomia	75
6.2.3.	Toponímia e gíria popular.....	77
6.2.4.	A Freguesia e os Agentes para o Desenvolvimento Local	79
7.	UNIDADES DE PAISAGEM	89
8.	A FREGUESIA E OS INCÊNDIOS FLORESTAIS	93
8.1.	<i>Cronologia</i>	93
8.2.	<i>Na origem dos incêndios</i>	94
8.3.	<i>Consequências dos Incêndios</i>	97
8.3.1.	Regeneração natural	97
8.3.2.	Efeitos do fogo no solo, regime hidrológico, flora e fauna	98
8.3.3.	A gestão pós – fogo	102
8.3.4.	Combate e Prevenção.....	115
III –	PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA	117
9.	ANÁLISE SWOT DA ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	119
10.	PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	123

10.1.	<i>Contributo da Arquitetura Paisagista para o Ordenamento da Paisagem</i>	
	123	
10.2.	<i>Plano Estratégico</i>	127
10.3.	<i>Plano Geral</i>	129
10.3.1.	<i>Estrutura Ecológica</i>	129
10.3.2.	<i>Percursos Pedestres</i>	136
10.3.3.	<i>Potencial Económico</i>	143
10.3.4.	<i>Desenvolvimento Social</i>	145
IV – ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA NO ÂMBITO DOS INSTRUMENTOS DE		
	PLANEAMENTO	149
11.	INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO	151
11.1.	<i>Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território</i>	151
11.2.	<i>Plano Regional de Ordenamento do Território - Centro</i>	155
11.3.	<i>Plano Regional de Ordenamento Florestal – Centro (PROF- BIN)</i>	157
11.4.	<i>Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela</i>	163
11.5.	<i>PDM Covilhã</i>	167
12.	INSERÇÃO EM REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS.....	171
12.1.	<i>Baldios</i>	171
12.2.	<i>Protecção da Floresta Contra Incêndios</i>	173
12.3.	<i>Regime Florestal</i>	175
12.4.	<i>Rede Natura 2000</i>	177
12.5.	<i>Domínio Público Hídrico</i>	179
12.6.	<i>Reserva Ecológica Nacional</i>	183
12.7.	<i>Reserva Agrícola Nacional</i>	184
V – PLANO DE EXECUÇÃO		
		187
13.	INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS	189
14.	INTERVENÇÕES COMPLEMENTARES.....	191
CONCLUSÃO.....		193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		199
ANEXOS.....		205

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Contextualização da Localização da Freguesia de Cortes do Meio relativamente aos domínios administrativos vizinhos. Sem escala.	43
Figura 2 - Ilustração da relação entre os limites administrativos da freguesia de Cortes do Meio e do Parque Natural da Serra da Estrela. Adaptado de POPNSE	44
Figura 3 - Mapa das atuais Freguesias do Concelho da Covilhã. Sem escala.....	45
Figura 4 - Classes Hipsométricas aplicadas à área de intervenção. Sem escala.	46
Figura 5 - Fisiografia aplicada à área de intervenção. Sem escala.	47
Figura 6 - Declives aplicados à área de intervenção. Sem escala.....	49
Figura 7 - Uso do Solo por percentagem na freguesia de Cortes do Meio.	54
Figura 8 - Reserva Agrícola Nacional aplicada à área de intervenção.....	61
Figura 9 - Áreas com risco de Erosão na área de intervenção.	62
Figura 10 - Cabeceiras das linhas de água definidas pela Reserva Ecológica Nacional na área de intervenção.....	63
Figura 11 - Faixa de Protecção à Albufeira do Viriato, na área de intervenção.....	64
Figura 12 - Leitos dos cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias na área de intervenção.	64
Figura 13 - Área do Parque Natural da Serra da Estrela.....	65
Figura 14 - Incidência de Vegetação Espontânea com Valor de Conservação na área de intervenção.....	66

Figura 15 - Distribuição dos Habitats na freguesia de Cortes do Meio. Adaptado de I.C.N.F., IP, retirado de http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/resource/doc/rn-pt/habit-nat	71
Figura 16 - Brasão da Freguesia de Cortes do Meio	72
Figura 17 - Mural de azulejo retratando S. Roque, na igreja de S. Roque, Cortes do Meio	75
Figura 18 - "Bardo" perto da Malhada do Prior.	76
Figura 19 - "Chiqueiro" ou Abrigo de Pastor,	76
Figura 20 - Um "Bardo" na Malhada do Prior	77
Figura 21 - Chiqueiro na Malhada do Prior	78
Figura 22 - Ruína de uma "Corte" na Malhada do Prior	78
Figura 23 - Poço do Breje, freguesia de Cortes do Meio	79
Figura 24 - Logotipo dos Baldios da Freguesia de Cortes do Meio	80
Figura 25 - Área de Intervenção dos Baldios de Cortes do Meio. Sem escala.	81
Figura 26 - Madeira de Pinho preparada para alienação, por motivos fitossanitários, após o fogo de Agosto de 2017	83
Figura 27 - Copo de recolha de resina.	84
Figura 28 - Zonamento das áreas de protecção do PNSE. Sem escala.	86
Figura 29 - Programas representados e âmbito da ADERES.	87
Figura 30 - Logotipo da ADIRAM.	88

Figura 31 - Cronologia da área ardida na área de intervenção desde 1997 até ao grande fogo de 2017.....	93
Figura 32 - Povoamento de <i>Pinus pinaster</i> na freguesia de Cortes do Meio.....	97
Figura 33 - Quadro demonstrativo da evolução dos conceitos de restauro, reabilitação e substituição.....	106
Figura 34 - Área ardida no incêndio de 20 de agosto de 2017 aplicada à área da freguesia.	107
Figura 35 - Povoamento de <i>Pinus pinaster</i> ardido, um ano decorrido após incêndio de agosto de 2018.	109
Figura 36 - Povoamento de <i>Pinus pinaster</i> após limpeza do estrato arbustivo de acordo com as leis em vigor.	109
Figura 37 - Terreno após remoção do material lenhoso ardido para alienação por motivos fitossanitários.	110
Figura 38 - Helicóptero da Protecção Civil estacionado no heliporto de Cortes do Meio, pronto para responder de imediato em caso de incêndio.....	112
Figura 39 – Povoamento de <i>Pinus pinaster</i> ardido na encosta Oeste do Vale das Cortes.	113
Figura 40 - Material lenhoso preparado para transporte e venda após corte.	113
Figura 41 - Tipos de Povovamentos Florestais na Freguesia de Cortes do Meio.....	116
Figura 42 - Ribeira de Cortes do Meio.....	120
Figura 43 - Campo agrícola em pousio na localidade de Ourondinho	120
Figura 44 - Planalto superior da Serra da Estrela; Penhas da Saúde vistas do ponto de referência "Varanda dos Pastores"	121

Figura 45 - Fotografia panorâmica da vista conseguida a partir do ponto de referência "Varanda dos Pastores"	121
Figura 46 - Moinho do Farinha, Cortes de Baixo	122
Figura 47 - <i>Castanea sativa</i> na localidade do Ourondinho.	122
Figura 48 - Ao fundo: área não ardida; em primeiro plano: terreno pré alienação do material lenhoso ardido e terreno pós alienação do material lenhoso ardido.	122
Figura 49 - Pormenor da folha de <i>Hedera helix</i> subsp. <i>canariensis</i> junto à Ribeira das Cortes.....	130
Figura 50 - <i>Hedera helix</i> subsp. <i>canariensis</i> junto à Ribeira das Cortes	130
Figura 51 - <i>Ilex aquifolium</i> junto à Ribeira das Cortes.....	131
Figura 52 - Copado da mancha de azinhal na encosta Este do Vale das Cortes.	131
Figura 53 – Orla degradada de azinhal na encosta Este do Vale das Cortes.....	132
Figura 54 - Junto à Ribeira das Cortes, troço onde é possível registar a presença de alguns indivíduos de <i>Hedera helix</i> subsp. <i>canariensis</i> , <i>Frangula alnus</i> , <i>Ilex aquifolium</i> , <i>Quercus rotundifolia</i> e <i>Pinus pinaster</i>	132
Figura 55 - Terreno agrícola em pousio limitado pela galeria ripícola (em frente) e por sebe de compartimentação (à esquerda)	133
Figura 56 - Troço da galeria ripícola da Ribeira de Cortes do Meio em degradado estado de conservação.....	135
Figura 57 - <i>Alnus glutinosa</i> na Ribeira de Cortes do Meio.	135
Figura 58 - <i>Populus nigra</i> na Ribeira de Cortes do Meio.	135
Figura 59 - Fotografia panorâmica da Tapada. À direita, troço da levada "romana". .	137

Figura 60 - Levada "romana", em altitude - entre as Penhas da Saúde e a Malhada do Prior	138
Figura 61 - Poço do Breje.....	138
Figura 62 - Poço do Embude.....	139
Figura 63 - Socalcos da Bouça	139
Figura 64 - Corte na localidade do Ourondinho.	140
Figura 65 - Ribeira das Cortes, em Cortes de Baixo.....	140
Figura 66 - Moinho do Farinha, Cortes de Baixo.	140
Figura 67 - Levada de água para campos agrícolas de Cortes de Baixo em alvenaria tradicional de granito.	140
Figura 68 - Fotografia panorâmica da vista possível sobre o Vale de Unhais da Serra.	142
Figura 69 - Fotografia panorâmica da vista na Varanda dos Pastores	142
Figura 70 - Fotografia panorâmica da vista no marco geodésico da Pedra da Mesa ..	142
Figura 71 - <i>Castanea sativa</i> (Castanheiro) em primeiro plano, Quinta do Ourondinho em segundo plano e Planalto Superior da Serra da Estrela em último plano.	143

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Lista dos Habitats presentes na freguesia de Cortes do Meio.	70
Tabela 2 - Características, Objectivos e Usos das Tipologias de Áreas Protegidas no Parque Natural da Serra da Estrela (presentes na Freguesia de Cortes do Meio).....	85
Tabela 3 - Funções da floresta portuguesa.	103
Tabela 4 - Prós e Contras do Corte e extracção da madeira queimada.	115
Tabela 5 - Análise SWOT da freguesia de Cortes do Meio.	120
Tabela 6 – Medidas de Intervenção de Intervenção do Programa de Acção do PROT - C aplicáveis à freguesia de Cortes do Meio por sector de intervenção.	156
Tabela 7 - Modelos de Silvicultura a privilegiar na freguesia de Cortes do Meio considerando as indicações do PROT - BIN.	157
Tabela 8 - Análise SWOT estratégica do Relatório do POPNSE, 2008. Pág. 33	165
Tabela 9 - Resumo do Plano de Acção (Caderno II) do PMDFCI da Covilhã.....	170

INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende apresentar o trabalho desenvolvido durante seis meses – desde março a agosto de 2018 – na Junta de Freguesia de Cortes do Meio, concelho da Covilhã, como consequência da ocorrência de um fogo florestal de grandes proporções e da alteração do quadro político na freguesia.

A convite do Secretário da Junta de Freguesia, Nuno Lourenço, surgiu a oportunidade de poder intervir no Vale das Cortes com o objectivo de requalificar a área ardida de forma holística e com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento de toda a freguesia. Este trabalho servirá como base e guia às futuras intervenções no povoamento florestal da freguesia, que se deverão orientar pelos princípios e objectivos enunciados neste documento, para atingir o desenvolvimento pretendido.

A localização da área de intervenção na região da Serra da Estrela e a possibilidade de poder intervir numa área protegida contribuindo para o seu desenvolvimento através do desenho ordenado de paisagem fizeram-me aceitar a proposta sem demoras.

A experiência revelou-se surpreendentemente enriquecedora, quer a nível académico, pela consolidação de conhecimentos, quer a nível pessoal, por me ter feito sair da minha zona de conforto fazendo-me compreender a dinâmica e identidade beirãs, para mim tão desconhecidas, e o meu lugar enquanto agente de mudança.

Compreendendo este projecto como uma possibilidade - tirando partido de uma situação de crise - de impulsionar o desenvolvimento através da articulação de estratégias e políticas, pude abordar questões do ordenamento do território pelas políticas públicas e desenvolvimento rural, minha área predilecta no âmbito da Arquitectura Paisagista.

O relatório organiza-se em cinco partes:

A primeira, de carácter mais descritivo, onde se inserem a introdução e o primeiro capítulo – “Conceptualização”. É onde é feita uma primeira abordagem à estrutura e contextualização do trabalho (assim como as suas premissas, objectivos e organização), em que são introduzidos os conceitos-chave e um enquadramento ao tema.

A segunda parte inclui o desenvolvimento da proposta, desde a caracterização e avaliação da paisagem (compreensão das dinâmicas territoriais, caracterização e avaliação da paisagem), se faz uma abordagem aos impactos expectáveis do incêndio e à melhor forma de lidar com eles até à definição de proposta de intervenção.

A terceira parte do relatório pretende ser a articulação entre as premissas da proposta e os instrumentos de planeamento, gestão e intervenção que têm a Freguesia de Cortes do Meio na sua área de atuação para tentar estabelecer uma relação entre os objectivos a promover na freguesia e as expectativas e orientações territoriais já definidas.

A quarta parte, correspondente ao capítulo do Plano de Execução, define o plano de atuação e aplicação da proposta nas diferentes escalas temporais, consoante a sua urgência e pertinência.

Quinta e última parte, a Conclusão pretende ser uma sinopse das temáticas abordadas no desenvolvimento deste relatório numa perspectiva reflexiva. Esta última parte será também, uma reflexão sobre o papel do Arquitecto Paisagista enquanto ator no Desenvolvimento, nas suas mais diversas escalas – temporais e espaciais e âmbitos, sob a prisma holístico que é tão característico da nossa classe.

*“Sou de Cortes do Meio
raminho de primavera
fica mesmo situada
lá ao fundo da Serra”¹*

¹ Ditado popular, retirado de Rodrigues, D., 1999, p. 134

I- CONCEPTUALIZAÇÃO

1. Conceito de Paisagem

Várias são as contribuições dos mais diversos estudiosos para a definição deste conceito, mas todas contemplam a paisagem como uma relação íntima, no território, entre a ecologia e a sociedade (na vertente cultural e económica). Este capítulo pretende resumir algumas das definições mais pertinentes dos últimos anos e na ótica da Arquitetura Paisagista.

The landscape has an important public interest role in the cultural, ecological, environmental and social fields, and constitutes a resource favorable to economic activity and whose protection, management and planning can contribute to job creation; (...) contributes to the formation of local cultures and that it is a basic component of the European natural and cultural heritage, contributing to human well-being and consolidation of the European identity; (...) is an important part of the quality of life for people everywhere: in urban areas and in the countryside, in degraded areas as well as in areas of high quality, in areas recognized as being of outstanding beauty as well as everyday areas. (Convenção Europeia da Paisagem, 2000 – preâmbulo – Decreto n.º 4/2005)

Além da definição do Conselho da Europa, outros autores tentaram explicar este conceito, referindo-se às interações entre o sistema natural e o sistema cultural, como Cancela D'Abreu et al tentaram resumir em Identificação de Unidades de Paisagem: Metodologia aplicada a Portugal Continental, citando outros autores (BRANDT, 1998; FARINA, 1997; FORMAN E GODRON, 1986; NAVEH E LIEBERMAN, 1994; ZONNEVELD, 1990) para se aproximar da definição de paisagem da seguinte forma:

A abordagem interdisciplinar e holística da ecologia da paisagem, desenvolvida há algumas décadas, veio reforçar e desenvolver o conceito de paisagem como um sistema. A paisagem é considerada por vários autores como um sistema complexo, dinâmico, onde vários factores naturais e culturais se influenciam mutuamente e se modificam ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global (Cancela D'Abreu, A., Pinto Correia, T. & Oliveira, R., 2001, p. 197)

De acordo com Manuela Raposo Magalhães, na perspectiva do Arquiteto Paisagista, a paisagem “é um conceito holístico, no qual, sob um substrato físico, atuam de modo complexo os seres vivos, animais e plantas, e o homem, detentor de determinada cultura, dando origem a determinada imagem. Esta imagem é, portanto, muito mais do

que aquilo que se vê, sendo portadora de significados ecológicos e culturais (englobando neste último os económicos e sociais).” (Magalhães, M.R., 2001, p. 53)

2. Conceito de Estrutura Ecológica da Paisagem

Para uma introdução à compreensão deste conceito, urge compreender melhor o próprio conceito de estrutura, que Manuela Raposo Magalhães² faz um resumo do conceito de “Estrutura” focando-se especialmente nos conceitos definidos por Piaget e esclarecendo as três características intrínsecas às estruturas:

“Totalidade” – o que caracteriza a estrutura, que define as suas “regras”;

“Transformações” – estabelecem as relações entre os elementos;

“Auto-regulação” – capacidade de conservação da estrutura;

Uma estrutura é, então, por definição, coerente com as leis que a definem (de ecologia, neste caso) e una nas suas características – na estrutura ecológica enquadrar-se-ão todos os elementos do sistema ecológico. É também capaz de se relacionar entre si e entre os diferentes níveis que definem o sistema, do sistema «principal» aos «secundários» e capaz de se conservar dentro da sua constituição, ou seja: um sistema mutável, em expansão ou regressão, mas sempre segundo as leis da ecologia, neste caso.

A estrutura ecológica é uma das estruturas que constituem o grande sistema de paisagem (já referido – paisagem como relação dos sistemas ecológico, cultural) e compreende todos os elementos e objectos de estudo da ecologia: sistemas hídricos, solos, etc. Ainda Manuela Raposo Magalhães esclarece as diferentes formas de intervir na paisagem sintetizando que podem ser “tanto por sistemas «estruturas», como por áreas «espaços tipológicos» e «ocorrências pontuais» – dependentes da estrutura, sem a qual são promotoras do caos”².

Podemos relacionar estes conceitos gerais de “Estrutura” na estrutura ecológica com os sistemas que já conhecemos de espaços-canais como as galerias ripícolas, as sebes de compartimentação – “estruturas” lineares. Outros exemplos são as áreas de vegetação espontânea, que ocorrem como “espaços tipológicos”.

² Magalhães, 2001, pp. 320-360 e p. 337

Estes elementos, em conjunto com outras “ocorrências pontuais”, definem a estrutura ecológica da paisagem.

Caldeira Cabral³ distingue ainda, dentro da estrutura ecológica que define a paisagem e relativamente às estruturas lineares, dois tipos de compartimentação decorrentes:

1. «Compartimentação Principal» - ou macro compartimentação: surge como consequência imediata da zonagem natural e dos resquícios de vegetação espontânea que o homem considerou vantajoso manter aos longo dos cursos de água, nas zonas montanhosas de grandes declives e solos esqueléticos e nas cabeceiras de recepção das bacias hidrográficas; mantiveram-se porque a pobreza de solo e as irregularidades do terreno não incentivaram à prática de agricultura.
2. «Compartimentação Secundária»: está presente na forma das sebes de compartimentação e funciona como a continuação da mata junto dos campos de cultura.

³ Notas retiradas de uma aula proferida pelo Prof. Caldeira Cabral na Universidade de Évora em outubro de 1979 para o curso de Arquitetura Paisagista.

3. Conceito de *Continuum Naturale*

No seguimento da definição do conceito de Estrutura Ecológica e em concordância com o mesmo, Caldeira Cabral⁴ descreve as relações dentro da estrutura ecológica como uma continuidade dos elementos que a constituem e define *Continuum Naturale* como sendo a «presença de todos os elementos naturais do ambiente em forma congruente, respeitando todas as funções essenciais e as relações do ambiente natural, embora com forma diferente e adaptada aos usos e conveniências do homem».

Para que o ecossistema se encontre em equilíbrio, é necessário que se verifique o princípio da homeostasia. Para que tal se verifique, segundo Caldeira Cabral, é necessário que duas situações se verifiquem:

1. “Ocorrência de Variação e Troca”;
2. “Que a Variação se verifique entre limites relativamente definidos”.

A diversidade de elementos, intrínseca à paisagem na sua componente ecológica, contraria «a inevitável tendência que toda a tecnologia tem para a simplificação e para a exploração unilateral e, portanto, desequilibrada dos recursos naturais» e cria condições ao suporte da vida em todas as suas formas, interligadas e interdependentes (característica para qual a própria definição de estrutura nos alerta). Para que se verifique a ocorrência de variação e troca, é necessária a presença de fluxos de energia que tem origem na “polaridade” e na “variação”.

De acordo com os esclarecimentos de Caldeira Cabral, a “polaridade” entre elementos dá origem a um “gradiente” entre situação “+” e situação “-” que origina um «campo contínuo» - num perfil topográfico, a situação “+” seria a linha de água (talvegue) e a situação “-” a linha de cumeada (festo) definindo a encosta entre os dois pólos como «campo contínuo». A variação entre a nascente de um rio “-” e a sua foz “+” também se constitui como campo contínuo, sendo que neste caso o campo contínuo é o rio e os sistemas a ele associados. É importante nunca esquecer que, por se tratar de uma

⁴ Notas retiradas de uma aula proferida pelo Prof. Caldeira Cabral na Universidade de Évora em outubro de 1979 para o curso de Arquitetura Paisagista.

continuidade natural, respeita os princípios e ciclos ecológicos e que cada campo contínuo se relaciona com as questões hídricas, eólicas e de fauna e flora do sistema.

A «variação», que Caldeira Cabral descreve como “todos os factores que condicionam a vida e têm que variar dentro de certos limites de tolerância, diferentes consoante as espécies”, é uma característica que entra em concordância com a capacidade de “auto-regulação” das estruturas, referidas no ponto anterior.

Para responder ao ponto 2. é essencial que se verifique “variedade”, não só no espaço como também no tempo. Num sistema equilibrado, existe variedade específica de flora e fauna (biodiversidade) não só num determinado espaço como também no tempo, uma vez que o sistema evolui e se altera.

Fazem parte do *Continuum Naturale* os seguintes elementos da paisagem: a mata, a sebe, os bosquetes e as galerias ripícolas.

A proposta de intervenção de Caldeira Cabral para a promoção do equilíbrio obedecendo aos dois pontos já referidos passa por orientar as intervenções na paisagem segundo quatro princípios fundamentais:

1. Continuidade – associado aos conceitos de *Continuum Naturale* e Corredores Ecológicos;
2. Elasticidade – “todos os elementos fundamentais da paisagem têm de ser capazes de adaptação à diversidade de situações que caracterizam a vida”;
3. Meandrização – as propostas devem ser feitas tendo em vista o aumento das “interfaces” ou “superfícies-limite” dos elementos da paisagem, sendo exemplo disso a máxima intensidade biológica associada à orla da mata por lá ocorrerem com maior intensidade os gradientes de temperatura, luminosidade, humidade relativa, etc...;
4. Intensificação – exemplo deste princípio é a sebe de compartimentação, em que ocorrem os níveis de máxima intensidade biológica da orla da mata num espaço menor, intensificado a biodiversidade e interligando todos os elementos da paisagem num espaço - canal.

“Corredores ecológicos: as áreas de continuidade, cuja função primordial é estabelecer ou salvaguardar a ligação e os fluxos genéticos entre as diferentes áreas nucleares de conservação, contribuindo de modo especialmente relevante para uma adequada proteção dos recursos naturais e para promover a continuidade espacial e a conectividade das componentes da biodiversidade em todo o território, bem como para uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas”⁵

⁵ Portaria nº 57 – B/ 2015 de 27 de fevereiro

II – CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA PAISAGEM

4. Compreensão dos Limites e Lugares da Freguesia de Cortes do Meio

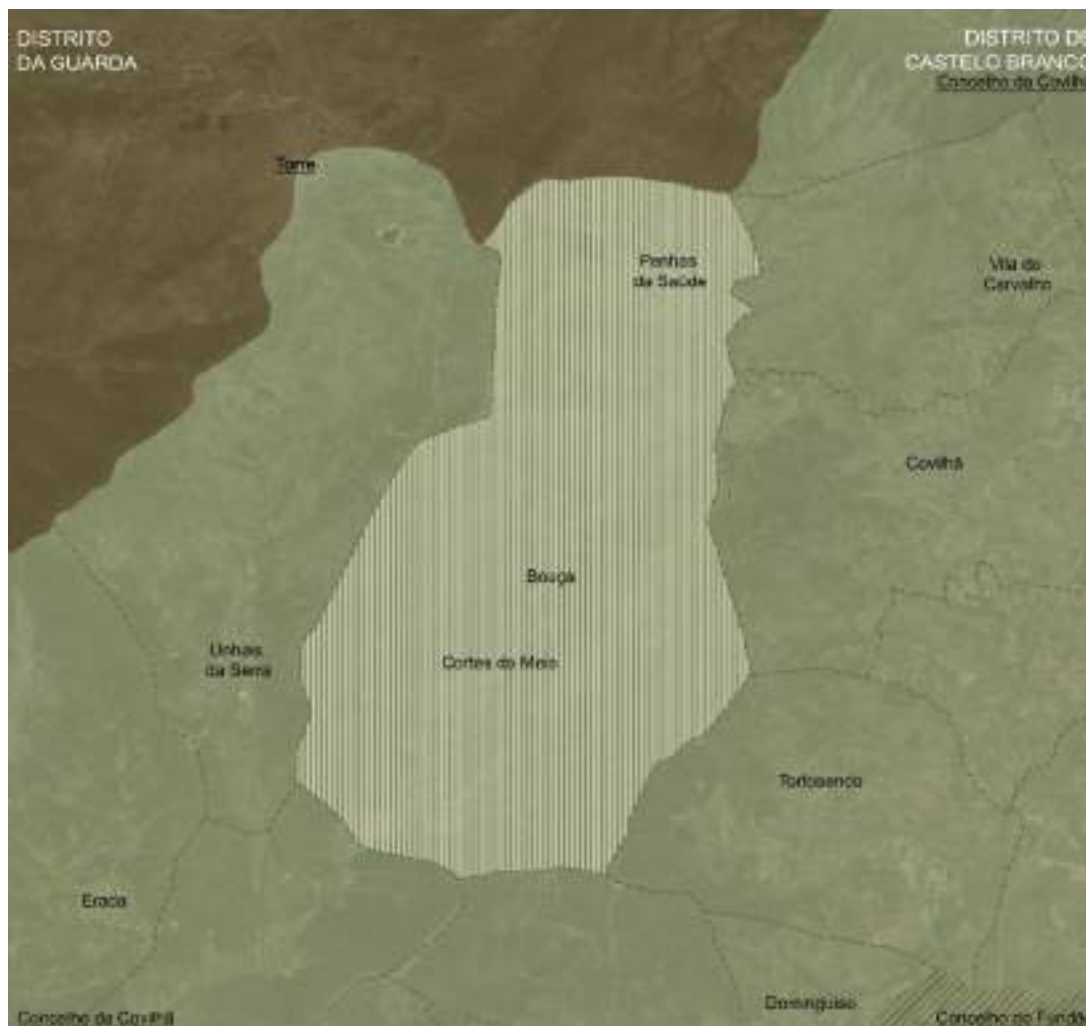


Figura 1 - Contextualização da Localização da Freguesia de Cortes do Meio relativamente aos domínios administrativos vizinhos. Sem escala.

A figura a cima pretende demonstrar as relações entre os limites administrativos da freguesia de Cortes do Meio, assim como a posição relativa das aldeias mais próximas à freguesia que será alvo da proposta de intervenção a desenvolver neste documento.

A freguesia de Cortes do Meio insere-se na NUT II “Região Centro” e na NUT III “Beira Baixa”. A NUT III coincide com Província da Beira Baixa que abrange as sub-regiões da Beira-Interior Sul, Beira Interior Norte e Cova da Beira, esta última onde se insere o município da Covilhã. Além destes domínios administrativos, a freguesia insere-se também na área protegida da Serra da Estrela, relação que podemos aferir ao longo do documento e que a imagem seguinte ilustra.

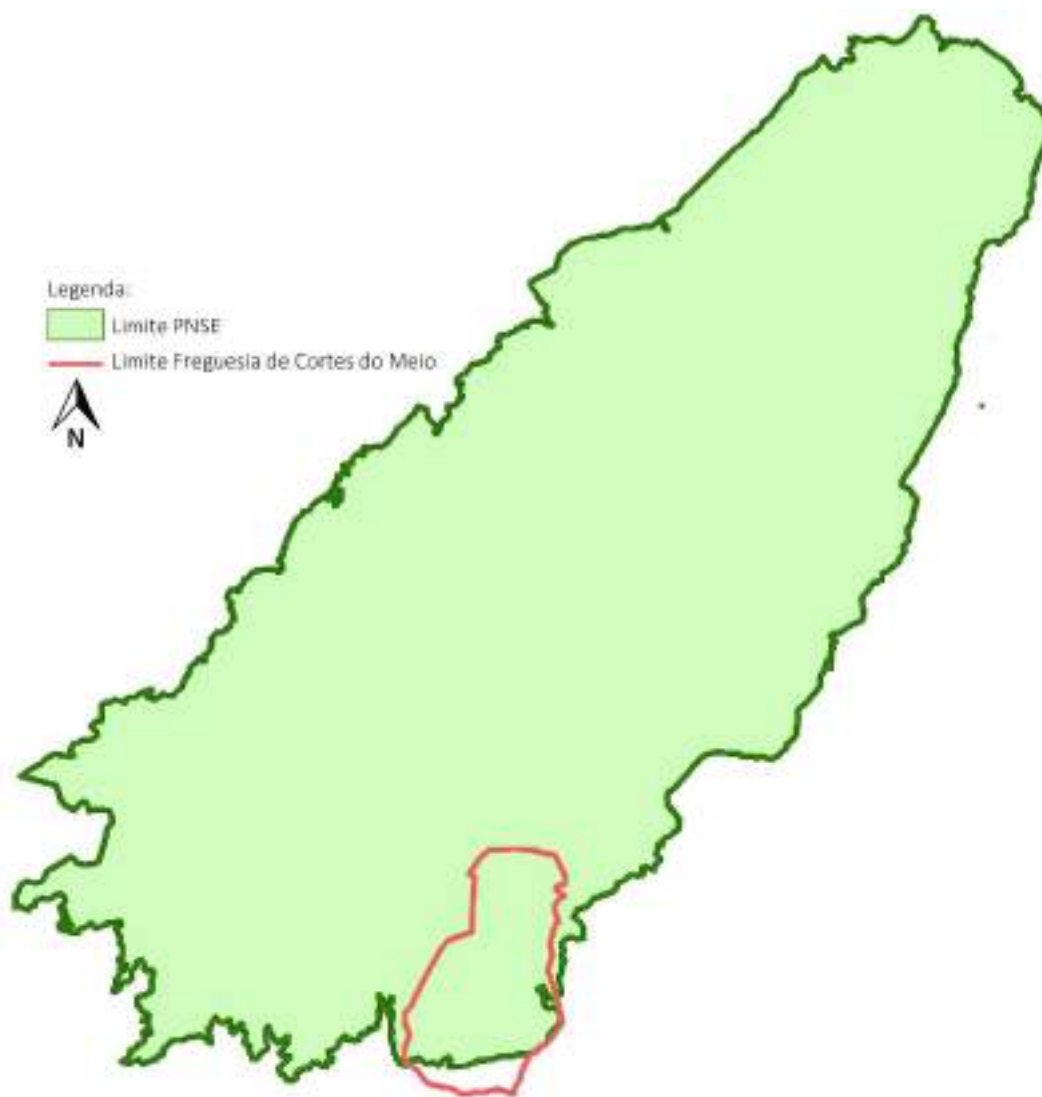


Figura 2 - Ilustração da relação entre os limites administrativos da freguesia de Cortes do Meio e do Parque Natural da Serra da Estrela. Adaptado de POPNSE. Sem escala.

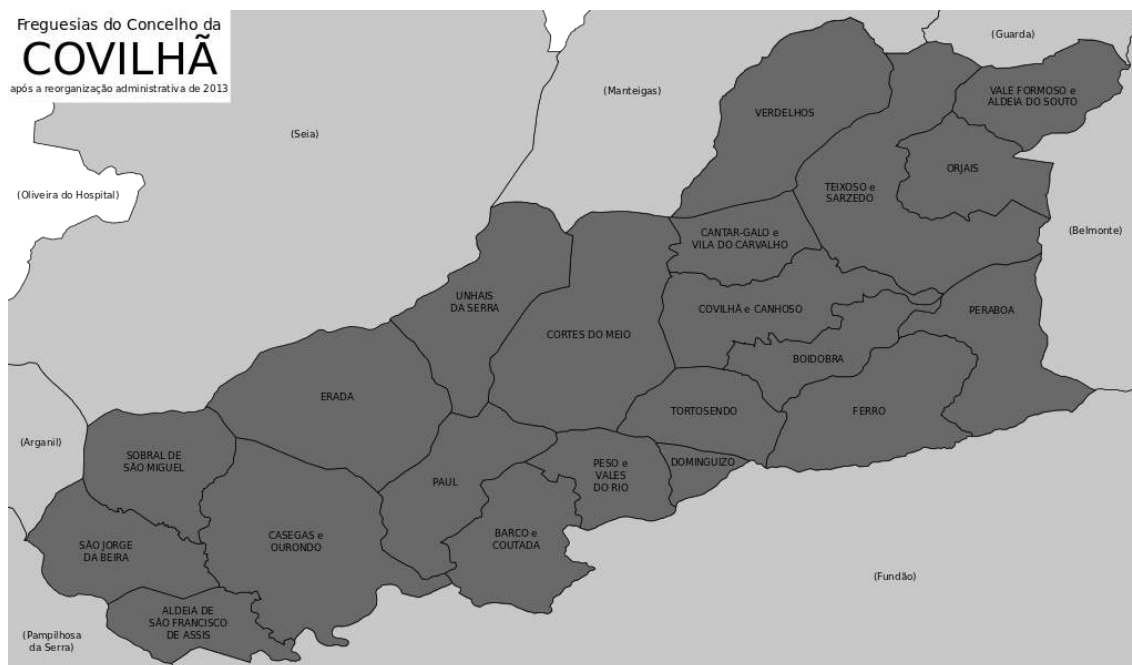


Figura 3 - Mapa das atuais Freguesias do Concelho da Covilhã. Sem escala.⁶

Pertencente ao distrito de Castelo Branco, a freguesia de Cortes do Meio integra o concelho da Covilhã. Os lugares que constituem a freguesia são as Penhas da Saúde, a aldeia da Bouça, a aldeia de Cortes do Meio, o lugar de Cortes de Baixo e o lugar de Ourondinho. Esta freguesia confina com as freguesias de Unhais da Serra a Oeste, Paúl a Sudoeste, Peso e Vales do Rio a Sul, Tortosendo a Sudeste, União de Freguesias da Covilhã e Canhoso, União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho a Nordeste e com a freguesia de S. Pedro - do concelho de Manteigas, distrito da Guarda - a Norte.

Segundo o I.N.E., a freguesia ocupa um território de cerca de 47.4316km² ou 4743 hectares, estendendo-se pelo vale da Ribeira das Cortes desde o planalto das Penhas da Saúde à planície do Ourondinho. A população residente total é de 884 pessoas, sendo que 430 são do sexo masculino e 454 do sexo feminino. Relativamente à população presente total, esta é de 865 pessoas, sendo que 414 são do sexo masculino e 451 do sexo feminino. A densidade populacional da freguesia de Cortes do Meio é de 0,02 habitantes/Km². Com base nos dados do CENSUS 2011, a freguesia de Cortes do Meio tem 357 famílias, 1083 alojamentos e 961 edifícios.

⁶ Gazilion. (2018). Consultado a 20-Abril-2018. Disponível em <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=32678307>.

5. Análise Biofísica

5.1. Síntese do Relevo

A interpretação do relevo é especialmente pertinente porque é uma ferramenta para a análise da paisagem que permite prever os fluxos de energia (hídricos, eólicos, etc.) e contribuir para a avaliação da sensibilidade ecológica de determinado território.

(Recomenda-se a consulta do Anexo I)

5.1.1. Hipsometria

Para a caracterização da área de estudo foram consideradas 16 classes hipsométricas com uma equidistância de 100m. Na área de estudo, o ponto à menor cota regista 398m de altitude e o ponto à maior cota regista 1993m (torre); relativamente à área de intervenção (freguesia de Cortes do Meio), o ponto de menor cota regista-se aos 514 m de altitude e o ponto de maior cota aos 1758m de altitude (Varanda dos Pastores). Na área de intervenção as classes predominantes são entre os 500 – 600 m e entre os 1500 – 1600 m.



Figura 4 - Classes Hipsométricas aplicadas à área de intervenção. Sem escala.

5.1.2. Fisiografia ou Linhas Fundamentais do Relevo

A Bacia do Tejo é representada na área em estudo pela Bacia Tributária do Rio Zêzere. No que diz respeito às linhas fundamentais do relevo, a linha de fecho principal separa a bacia hidrográfica do Rio Mondego da bacia hidrográfica do Rio Zêzere. Enquanto a nascente do Rio Zêzere se encontra perto do Centro de Distribuição Principal, a bacia hidrográfica do Mondego abrange, na área de estudo, apenas a bacia hidrográfica do Rio Alva, que desagua no Rio Mondego perto de Penacova.

A linha de fecho secundária separa a bacia hidrográfica do Rio Zêzere da bacia hidrográfica do Rio de Beijames, que desagua no Rio Zêzere a norte da aldeia de Sarzedo. A linha de fecho terciária separa a bacia hidrográfica do Rio de Beijames da bacia hidrográfica da ribeira do Paúl, que desagua no rio Zêzere perto da aldeia de Ourondo.

Assim, na área de intervenção, as principais linhas de água são, por ordem de importância, o Rio Zêzere, o Rio de Beijames, a ribeira do Paúl, a ribeira de Cortes do Meio, (que nasce na freguesia à cota de 1550 m e sai dos limites da Freguesia à cota de 510 m) a ribeira de Unhais da Serra e a ribeira de Erada, e as ribeiras efluentes da margem direita do Rio Zêzere.



Figura 5 - Fisiografia aplicada à área de intervenção. Sem escala.

5.1.3. Orientação de Encostas

O Vale das Cortes localiza-se na encosta Sul da Serra da Estrela e essa orientação é, por isso, dominante. Apesar da dominância de orientação a Sul, a margem direita está orientada a Sudoeste e a margem esquerda está orientada a Sudeste. A zona de maior altitude é relativamente plana e coincide a zona de formação da ribeira das Cortes, que mais a jusante conduz a um vale é mais encaixado e, por isso, mais sombrio. A jusante da ribeira, o vale é mais amplo e mais diverso em termos de orientações, mantendo sempre a dominância já descrita. Foram consideradas como encostas quentes as encostas orientadas a Sudoeste, Sul, Sudeste e Este. Foram consideradas como encostas frias as encostas orientadas a Nordeste, Norte e Noroeste.

5.1.4. Declives

Quanto aos Declives, foram determinadas quatro classes de declives: entre os 0 e os 8% de declive, entre os 8 e os 16%, entre os 16 e os 25% e superior a 25%. A classe predominante na área de intervenção é a classe de declive superior a 25%. É de realçar a presença de áreas com declive perto dos 50%.

Distinguem-se quatro zonas distintas, na área de intervenção: a zona de maior altitude, com declives entre os 0% e os 16%; a zona de formação e primeiro desenvolvimento da ribeira, onde a classe dominante é a dos declives superiores ou iguais a 25%; a meia encosta, e depois de consolidada a ribeira os declives são superiores ou iguais a 16% e há a registar ainda a zona mais plana da freguesia, junto ao Ourondinho, em que a ribeira das Cortes segue calma para se juntar à ribeira de Unhais da Serra, originando a ribeira do Paúl, dominando a classe de declives 0% - 8% e havendo a registar umas zonas em que os declives rondam as classes superiores ou iguais a 25%.

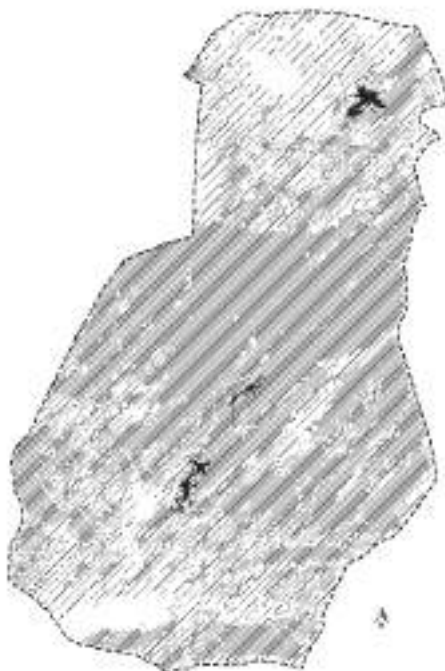


Figura 6 - Declives aplicados à área de intervenção. Sem escala

5.2. Geologia e Solos

Trata-se de um aspecto importante para a análise da paisagem porque nos permitem estudar a presença de reservas hídricas, o comportamento da escorrência superficial e prever, em conjunto com outras áreas do saber, o tipo de flora espontânea autóctone.

(Recomenda-se a consulta do Anexo II)

5.2.1. Geologia

Segundo o Guia Geológico e Geomorfológico do Parque Natural da Serra da Estrela, “a geologia da Serra da Estrela é dominada pela ocorrência de rochas graníticas hercínias, com idade compreendida entre os 340-280 milhões de anos”. Assim, é possível encontrar na área de intervenção a seguinte Geologia:

- Depósitos de Cobertura
 - Aluviões: localizam-se junto à ribeira das Cortes e ocorrem até à localidade de Cortes do Meio; são depósitos sedimentares actuais, que ocorrem ao longo de vales e quem têm uma espessura, normalmente, reduzida. São constituídos essencialmente por areias e cascalheiras, resultantes da desagregação das rochas existentes na região, predominantemente granitos e xistos.
- Complexo Xistograuváquico
 - Formação de Rosmaninhal: É a mancha de predominante ocorrência entre as localidades do Ourondinho e Cortes do Meio; é uma formação constituída essencialmente por xistos.
 - Formação de Malpica do Tejo: A ocorrência desta formação geológica resume-se a uma pequena mancha perto da localidade do Ourondinho; é uma formação de sequência sedimentar, que é caracterizada pela alternância de xistos e grauvaques.
- Granitóides Hercínios

- Granito de Seia: este granito ocorre entre a localidade de Cortes do Meio até a cotas um pouco superiores à localidade da Bouça; é o granito dominante na Serra da Estrela. Adquirem por vezes formas “caprichosas”, que lembram figuras como a Cabeça da Velha.
- Granito da Covilhã: é o granito que ocupa maior área de distribuição na área de intervenção, ocorrendo desde a localidade da Bouça até aos limites superiores da freguesia, exceptuando a elevação da Varanda dos Pastores.
- Granito da Estrela: É o granito que ocorre na base da Varanda dos Pastores; esta formação, “na estrada (...), no desvio para a Torre, esta rocha apresenta um diaclasamento sub-horizontal, muito característico, denominado *lajeação*. Este fenómeno é devido ao alívio da tensão do granito, provocado pela erosão das rochas, que o cobriam.”
- Granito da Pedrice: é o granito que ocorre no topo da Varanda dos Pastores. A sua granulometria, “relativamente uniforme e fina, permite a execução de trabalhos da cantaria de boa qualidade, pelo que é facilmente encontrado nas fachadas dos edifícios da região”.

- Filões e Massas

Quartzo: deposita-se nas fracturas das rochas e podem, por isso, atingir grande extensão. “Uma fase mais tardia de circulação de fluídos, já livre deste material mineralizado, provoca a deposição de quartzo, que pode por si só ser objecto de exploração industrial.”

5.2.2. Solos

- Litossolos

Por pertencerem ao grande grupo dos litossolos, caracterizam-se por serem solos não evoluídos, de muito pequena espessura – esqueléticos – derivados de rochas consolidadas. Por pertencerem à subclasse de solos incipientes podemos dizer que são solos que não oferecem muitas condições à fixação de vegetação, uma vez que “a expressão génese do solo é usada, geralmente, como sinónima de diferenciação de horizontes. O solo em que esteja na fase inicial da diferenciação considera-se incipiente

ou pouco evoluído. Normalmente, estes solos podem oferecer boas condições para a ocorrência de vida vegetal, mas essa ocorrência não se verifica no caso de solos incipientes ou pouco evoluídos em rochas consolidadas devido à pouca espessura da camada desagregada⁷, como é o caso dos solos presentes na área intervenção. Por pertencerem ao grande grupo dos litossolos, são considerados solos secos, comprovando também a ineficácia na fixação de vida vegetal.

- Podzóis

Solos típicos de florestas de regiões temperadas – frias, húmidas, normalmente insaturados. Solos com horizontes de matéria orgânica (A0/ A1) relativamente delgados, que não chegam a ultrapassar os 20 cm de espessura e que rondam desde os 5 – 10% aos 20 – 30% de matéria orgânica em casos de boa drenagem. “Mor” é um tipo de matéria orgânica típico dos Podzóis, também designado por húmus bruto. A vegetação típica deste tipo de solo é a de floresta de coníferas com sub-bosque constituído por outras espécies adaptadas a tais condições, como a maior parte das Ericáceas.⁷

- Regossolos Psamíticos

São solos com baixo teor em matéria orgânica, incipientes.

- Solos Halomórficos

São solos com um grau muito alto de saturação em bases (Ph cerca dos 8,5) e com uma elevada porção de sódio adsorvido.

Com estas características, à excepção dos aluviões com grandes quantidades de matéria orgânica, os solos presentes na freguesia de Cortes do Meio não apresentam aptidão produtiva. Na grande totalidade da área, os solos são demasiado esqueléticos para permitir a fixação de matéria vegetal, pelo que qualquer fixação que ocorra deve ser protegida e valorizada. Além das características já enunciadas, estes solos encontram-se em encostas extremamente íngremes e estão, por isso, mais susceptíveis a perdas de matéria orgânica e erosão devido à escorrência superficial de carácter torrencial que a zona apresenta.

⁷ Da Costa, J. B., 2011

5.3. Humanização e Valores Naturais

O estudo do nível de humanização e presença de valores naturais é importante porque reflete a relação do homem com o território e permite uma análise mais detalhada e aprofundada sobre os impactos do homem na paisagem e a sua relação com a mesma.

(Recomenda-se a consulta do Anexo III)

5.3.1. Uso do Solo

O uso do solo foi feito apenas para a área de intervenção uma vez que a afetação da proposta servirá apenas os limites da junta de freguesia a que a intervenção se destina.

Assim, junto aos povoados da freguesia de Cortes do Meio é possível destacar a presença de policultura de periferia urbana sob olival tradicional e de culturas pratenses de sequeiro. Na restante área de intervenção, e até a uma altitude média de 1000 m, existe uma predominância de povoamento florestal (denso e disperso em alternância) de Pinheiro Bravo (*Pinus pinaster*), com presença, por vezes, de manchas de Acacial (*Acacia melanoxylon*) junto às principais rodovias.

Acima da altitude média de 1000 m verifica-se a presença de uma camada de matos heliófilos de altitude, muito devido à ausência de camada fértil de solo e presença de condições climáticas muito desfavoráveis ao desenvolvimento de espécies vegetais de maior porte, tendo sido considerada a ocorrência de solos incultos nessa mancha (a que se associam os urzais de altitude). Há ainda a registar a delimitação da área de baldio, que cobre a quase totalidade da área de intervenção, desde as zonas de maior fertilidade às áreas de solos incultos.

Segundo o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a ocupação do solo na freguesia de Cortes do Meio apresenta a seguinte proporção:

USO DO SOLO NA FREGUESIA DE CORTES DO MEIO

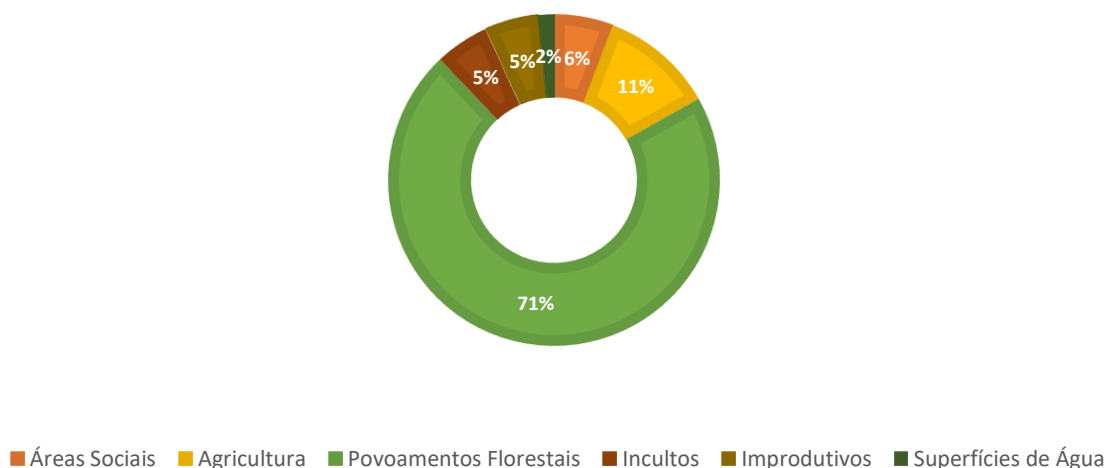


Figura 7 - Uso do Solo por percentagem na freguesia de Cortes do Meio.
Fonte: Câmara Municipal da Covilhã, 2016, p. 47

5.3.2. Valores Culturais

O património classificado de maior relevo ocorre no centro da cidade da Covilhã, sede do Concelho, onde há a registar com maior relevância, entre outras, o Conjunto de Interesse Municipal do Largo da Câmara Municipal da Covilhã.

Na área de intervenção, o único património cultural classificado a registar é a “Memória da Expedição da Sociedade Portuguesa de Geografia à Serra da Estrela (pelo Doutor Sousa Martins) em 1881”, nas Penhas da Saúde.

Não obstante, a freguesia de Cortes do Meio possui um importante espólio de edificado com potencial de classificação patrimonial, assim que corretamente identificado, requalificado e mantido. Exemplos disso são as azenhas da Ribeira de Cortes do Meio, as antigas Cortes de apoio ao pastoreio que se estendem por toda a encosta, a rede de levadas que acompanha a freguesia a partir da ribeira e o núcleo de Cortes e Bardos – significativo – nas proximidades da Malhada do Prior.

Parte da identidade cultural da freguesia passa pelas tradições da transumância. A sua expressão no território manifesta-se não só através da presença de abrigos de pastores e gado (Cortes, Bardos e Chiqueiras), mas também através das diversas tipologias de muros – “canadas” – e caminhos que encontramos na freguesia. Parcelas de terreno muradas criam caminhos entremuros para o gado que depois, numa adaptação ao terreno íngreme, sobem a serra num caminho linear pétreo que acompanha as curvas de nível para um declive mínimo e chega ao topo da serra apenas identificado através de Mariolas. Esta intervenção do homem no terreno é o reflexo de uma cultura serrana própria e não deve perder-se no tempo. Apesar de não estarem classificadas, estas expressões culturais, enquanto identidade da região, devem ser valorizadas.

5.3.3. Estruturas, Infraestruturas e Serviços

Os acessos viários principais da área de estudo são o Itinerário Principal 2 (IP2/ A23 - Abrantes/ Guarda), a Estrada Nacional 18 (N18 – Guarda/ Ervidel), a Estrada Nacional 230 (N230 – Aveiro/ Covilhã), a estrada Nacional 339 (N339 – Seia/ Covilhã) e a Estrada Nacional 343 variante 1 (N343-1 – Alfarelos/ Coimbra). Há ainda a assinalar a presença da linha de Caminho de Ferro da Beira Baixa que assegura as ligações Lisboa – Covilhã.

A rede elétrica de alta tensão liga os principais centros urbanos sem se encontrar associada à rede viária; é extensa e densa.

5.3.4. Valores Naturais

Os valores naturais da área de estudo caracterizam-se por importantes galerias ripícolas, densas e bem formadas, ainda que em algumas zonas um pouco degradadas. A galeria ripícola associada à ribeira de Cortes do Meio é bastante central na área de intervenção e, apesar de revelar uma importante continuidade, não se encontra no melhor estado de conservação.

Há a registar uma importante mancha de vegetação espontânea junto à ribeira. Trata-se de um azinhal, denso, bem constituído e que tem resistido ao regime florestal, à apropriação humana, aos efeitos do pastoreio e aos incêndios. Ao longo da ribeira é

também possível encontrar algumas manchas de azevinhos espontâneos. A validação da presença destes elementos na paisagem foi feita através de saídas de campo.

5.3.5. Percursos Pedestres

A rede de percursos pedestres existentes está sob a gestão e coordenação do Parque Natural da Serra da Estrela. Os percursos que passam pela freguesia de Cortes do Meio são os seguintes: PR5 “Maciço Central”, PR6 “Glaciar” e PR7 “Poios Brancos”.

A Câmara Municipal da Covilhã apresenta no seu sítio da internet, um conjunto de percursos propostos, entre os quais, alguns que se associam à freguesia de Cortes do Meio, a saber: “Na Senda dos Pastores”, “Salgadeiras” e “Ex-líbris da Serra da Estrela”

5.4. Vistas

A definição de Bacias e Limites Visuais é importante porque ajuda a interpretar a abrangência visual de determinados pontos na paisagem, permitindo uma análise das sensações de contenção ou dominância visual sobre a paisagem e, consequentemente, permitindo guiar o tipo de intervenções a promover na paisagem com base na maneira que determinado local nos faz sentir.

(Recomenda-se a consulta dos Anexos IV-A e IV-B)

A freguesia de Cortes do Meio, por se encontrar num vale bastante encaixado, apresenta uma diversidade de situações onde o potencial para obter vistas panorâmicas interessantes é notável.

Limitada a Nordeste, Norte e Noroeste por linhas de fecho de relativa importância, são vários os pontos a partir dos quais se poderão desenvolver miradouros com potencial turístico na freguesia, a saber:

- “Varanda dos Pastores” / “Poio da Cabeça”
- “Curral do Vento”, nas Penhas da Saúde
- “Pedra da Mesa”
- “Alto dos Livros”
- “Pedra da Albarda”
- “Pedra Alta”, no Ourondinho

Em rede, estes pontos fazem parte do limite da freguesia e proporcionam sensações de diferentes tipos. Na região mais alta, enquanto percorremos a linha de fecho, a sensação de domínio visual sobre a paisagem prevalece. À medida que nos dirigimos ao último ponto, já na região mais plana e de cotas de menor altitude, a sensação de contenção e proteção é a dominante.

A diversidade de vistas e sensações que os diferentes núcleos urbanos da freguesia potenciam é também digno de registo.

Nas Cortes de Baixo – ponto de observação 1 – fotografias **1** e **2**, panorâmicas conseguidas a partir da localidade de Cortes de Baixo, a bacia visual é ampla, mas contida. Por nos encontrarmos na zona de cotas mais baixas da freguesia de Cortes do Meio, mas ainda na Serra da Estrela, as serras secundárias que ladeiam e complementam a serra da estrela servem como principal obstrução visual, proporcionando uma sensação de contenção.

Na aldeia de Cortes do Meio – ponto de observação 2 - as fotografias **3**, **4** e **5** pretendem representar a relativa amplitude da bacia visual possível de observar na aldeia de Cortes do Meio. Por se situar a meio do Vale das Cortes, neste ponto é possível compreender o crescente encaixe do vale em direcção à aldeia da Bouça e a sua antítese, em direcção à planície do Ourondinho, onde a ribeira das Cortes depois se funde com a ribeira de Unhais, originando a Ribeira do Paúl, numa situação de planalto aluvial.

Na estrada de Unhais da Serra – ponto de observação 3 - Fotografias **6** e **7**: Vista sobre o vale de Unhais da Serra, a partir da estrada rural que liga a aldeia de Unhais da Serra à Estrada Nacional 339, também conhecida como estrada da Nave de Santo António. Apesar de ser um ponto com vistas amplas e de ter algum interesse paisagístico (pela imponência do Vale, principalmente) a existência de solos incultos de altitude não permite uma diversidade vegetal além do estrato arbustivo de matos heliófilos com ocorrência de alguns *Pinus sylvestris*. A mancha de área ardida ocupa parte considerável da encosta onde nos encontramos. Já na fotografia **8**, uma encontramos vista panorâmica a 360º a partir do ponto cotado a 1558m, perto da estrada da Nave de Santo António. Esta vista panorâmica contempla os vales das Cortes e de Unhais da Serra. Apesar de não se conseguir percepcionar em detalhe nenhum dos vales, é possível perceber a relação entre eles e o quão fustigante foi o incêndio do último verão, destruindo grande parte do Pinhal.

No Miradouro do Alto dos Livros – ponto de referência 4 - as fotografias **9** e **10** revelam a vista panorâmica a partir do miradouro do Alto dos Livros. Este ponto de dominância

visual permite perceber a totalidade da cidade da Covilhã e a sua relação com a freguesia de Cortes do Meio. Foi na encosta virada a Este - para a Covilhã- que se iniciou o fogo do verão de 2017, dizimando cerca de 70% do coberto vegetal da freguesia de Cortes do Meio. Pela fotografia podemos ainda compreender a relação entre a Cova da Beira, o Zêzere e a linha de festo que separa a bacia hidrográfica da ribeira de Cortes do Meio da bacia hidrográfica do Rio de Beijames (ambas as linhas de água confluem para o Rio Zêzere) e o Vale das Cortes. É um ponto importantíssimo para a compreensão da paisagem e um dos pontos da freguesia que mais degradado se encontra no pós-incêndio.

No ponto 5 – Varanda dos Pastores – as fotografias **11** e **12** refletem a amplitude visual conseguida no percurso pedestre (não identificado) entre a estrada Nacional 339 e a Varanda dos Pastores. A construção de pedra que aparece na fotografia 6 é conhecida como “Malhão” e é uma das estruturas que orientam os pedestres que pretendem chegar à Varanda dos Pastores. Um conjunto destas construções feitas pelos locais é a única referência para quem pretende chegar a um dos pontos de vistas mais icónicos do Vale das Cortes. Já no local onde as panorâmicas foram tiradas consegue-se compreender a amplitude visual que a altitude a que nos encontramos (perto dos 1700m) permite. Não existem obstáculos diretos à observação e é possível ver a Torre, as Penhas da Saúde e a Cova da Beira. A amplitude da Bacia Visual é notável. Apesar de também ter sofrido com o incêndio do verão de 2017, o rasto de destruição não se compara ao observado noutros pontos. Facto que também se explica pela presença de habitats de altitude, que, como podemos observar na fotografia, não ultrapassam o estrato arbustivo, disperso já por si. Na fotografia **13**, o ponto a partir do qual foi conseguida esta fotografia permite compreender a relação direta que a Varanda dos Pastores tem com o Vale das Cortes. Devido à presença de escala humana, é fácil compreender a imponentia deste ponto na paisagem. É o ponto mais alto da freguesia de Cortes do Meio de onde todo o Vale das Cortes é facilmente observável. O principal obstáculo à visibilidade neste ponto é a linha de festo que separa as bacias hidrográficas da Ribeira das Cortes e do Rio de Beijames, mas fá-lo apenas parcialmente, uma vez que continua a ser possível vislumbrar a Cova da Beira. Fotografia **14**: Na Varanda dos Pastores a amplitude visual é esmagadora. O silêncio é imperativo e há uma calma em

tudo quanto se vê. À parte das serras que ao longe nos limitam a vista, tudo se consegue ver: o Vale das Cortes, a Torre, parcialmente, o Vale de Unhais e a Cova da Beira. As aldeias mais a jusante da Ribeira das Cortes, quando esta se transforma em Ribeira de Unhais. Paúl e Erada, também são visíveis a partir da Varanda dos Pastores, sítio onde se diz que os pastores param a descansar enquanto o gado se alimenta, depois da subida de cerca de 1000m em altitude a partir da aldeia da Bouça.

Na Albufeira do Viriato, localizada na zona montante da Ribeira das Cortes – ponto de referência visual 6 – a bacia visual é consideravelmente mais pequena devido ao facto que se localiza entre as Penhas da Saúde e o restante Vale das Cortes. Assim, consegue ver-se as Penhas da Saúde e a Torre. Também neste ponto é fácil compreender a diferença bioclimática - derivada da altitude - em relação à restante freguesia. Pseudotsugas e Cupressus, exóticas, existentes a estas cotas, criam uma ambiência bastante diferente do que é possível a cotas mais baixas, tanto no Inverno, com neve, como no Verão.

5.5. Condicionantes e Potencialidades

A interpretação destes elementos é importante porque, quando presentes na paisagem, definem a sua sensibilidade a determinados factores de risco. São também considerados os elementos que acrescentam riqueza à paisagem e que potenciam que a mesma atinga o seu clímax de equilíbrio e desenvolvimento.

(Recomenda-se a consulta do Anexo V)

Nesta carta estão reunidos os principais regimes de proteção ambiental. É possível verificar que maior parte da área de intervenção se encontra sob algum tipo de regime de proteção ambiental, pondo em evidência a elevada sensibilidade ecológica deste território e a atenção que cada intervenção nesta paisagem exige. A saber, estão cartografadas as seguintes condicionantes:

5.5.1. Reserva Agrícola Nacional

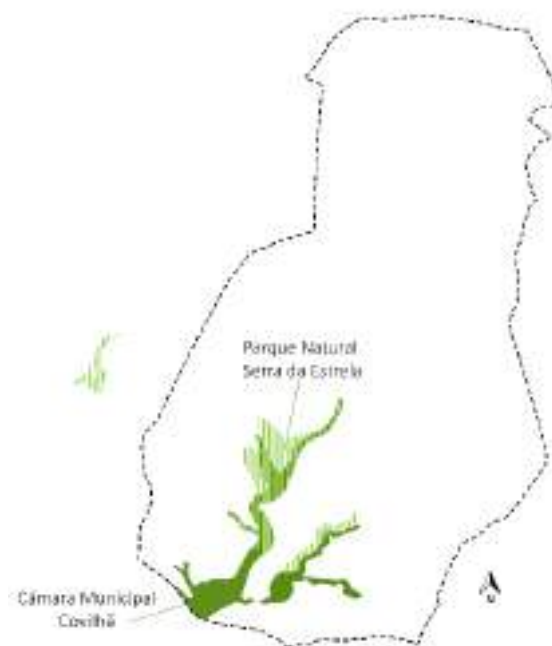


Figura 8 - Reserva Agrícola Nacional aplicada à área de intervenção.⁸

⁸ Adaptado de Câmara Municipal da Covilhã e Parque Natural da Serra da Estrela - Outros Condicionantes

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) define-se como o conjunto de terras que, em virtude das suas características, em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos, apresentam maior aptidão para a atividade agrícola

Assim, a RAN é um instrumento de gestão territorial, que se consubstancia numa restrição de utilidade pública, pelo estabelecimento de um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, e que desempenha um papel fundamental na preservação do recurso solo e a sua afetação à agricultura.⁹

Assim, é da maior importância que se preserve a qualidade pedológica destes solos, importantes não só do ponto de vista ambiental e meramente produtivo (agrícola), como da perspectiva do desenvolvimento da Freguesia. A perda de solo fértil nesta freguesia é um perigo eminente devido à susceptibilidade que as encostas do Vale das Cortes têm à erosão (uma vez que maior parte da freguesia apresenta um declive superior ou igual a 25% e que as camadas de solo são pouco desenvolvidas e muito esqueléticas).

5.5.2. Reserva Ecológica Nacional

5.5.2.1. Áreas com Risco de Erosão



Figura 9 - Áreas com risco de Erosão na área de intervenção.¹⁰

⁹ DGADR. (2018), retirado de <https://www.dgadr.gov.pt/ambord/reserva-agricola-nacional-ran>

¹⁰ Sem escala. Adaptado de R.E.N.

Através do estudo do risco de erosão na freguesia de Cortes do Meio, é possível afirmar que mais de metade do território se encontra susceptível à perda de solo e, consequentemente, de vegetação e capacidade de retenção de água no solo. A recorrente ocorrência de incêndios potencia ainda mais a erosão.

5.5.2.2. Cabeceiras de Linhas de água



Figura 10 - Cabeceiras das linhas de água definidas pela Reserva Ecológica Nacional na área de intervenção.¹¹

A protecção das cabeceiras das linhas de água é da maior importância neste sistema porque, em última análise, permite que a ribeira das Cortes continue ativa e que os barrancos e fontes na freguesia não sequem, dando continuidade a todo o sistema.

¹¹ Sem escala. Adaptado de R. E. N.

5.5.2.3. Faixa de Proteção a Lagoas



Figura 11 - Faixa de Protecção à Albufeira do Viriato, na área de intervenção.¹²

5.5.2.4. Leitos dos cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias



Figura 12 - Leitos dos cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias na área de intervenção.¹³

¹² Sem escala. Adaptado de R. E. N.

¹³ Sem escala. Adaptado de R.E.N.

5.5.3. Conservação da Natureza

5.5.3.1. Área Protegida do Parque Natural da Serra da Estrela

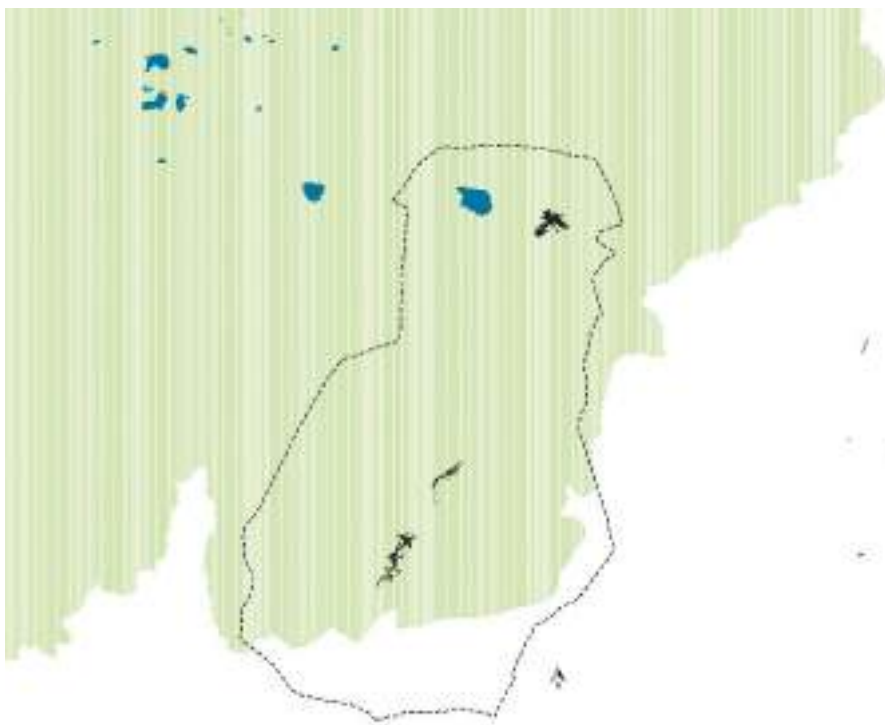


Figura 13 - Área do Parque Natural da Serra da Estrela.¹⁴

O Parque Natural da Serra da Estrela foi criado pelo Decreto – Lei nº 557/76 de 16 de Julho e tem como objectivos a valorização e protecção das características ecológicas e socioeconómicas da montanha, com o propósito de manter e promover as actividades económicas que potenciam a identidade da região (como a pastorícia – os queijos, as peles, o uso da lã, etc...) e proteger ecossistemas de elevada sensibilidade, assim como endemismos desta região do país.

Outros dos objectivos da criação do parque é a regulamentação e planeamento das actividades que ocorrem na região, uma vez que a presença de neve e o facto de na serra se encontrar o ponto mais elevado de Portugal Continental começavam a ameaçar o equilíbrio das características serranas devido ao turismo excessivo e desregulado, assim como à habitação.

¹⁴ Sem escala. Fonte: POPNSE - Carta de Síntese

5.5.3.2. Vegetação Espontânea com Valor de Conservação

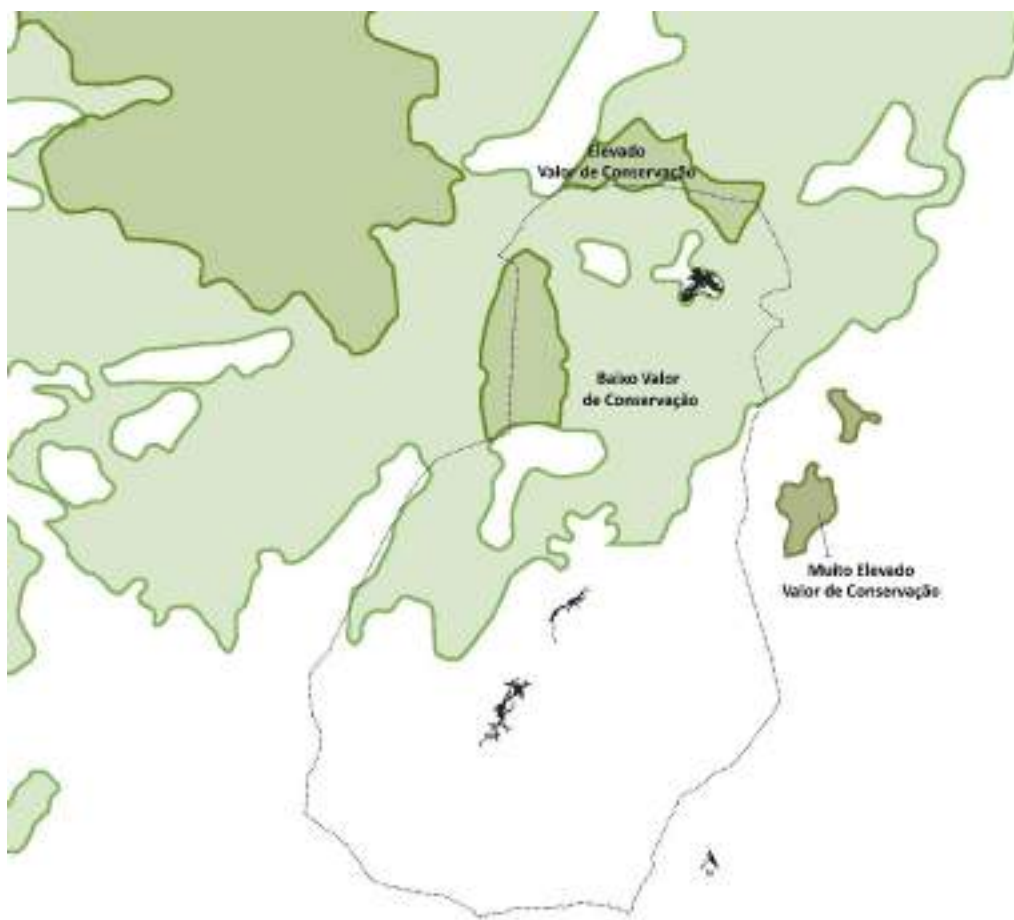


Figura 14 - Incidência de Vegetação Espontânea com Valor de Conservação na área de intervenção.¹⁵

Esta carta pretende identificar a presença de vegetação espontânea e semi-espontânea com valor de conservação e foi elaborada através da identificação e atribuição de valor às áreas onde ocorre vegetação espontânea e semi-espontânea actual, com valor de conservação. Segundo MESQUITA, S., “entre os serviços de ecossistemas mais relevantes deriváveis desta informação destacam-se a preservação da biodiversidade vegetal (espécies) e a manutenção da integridade das fitocenoses (habitats) e dos mosaicos de vegetação (complexos de habitats). Este processo considera não apenas o valor intrínseco das comunidades cartografadas, mas também a potencial ocorrência de plantas raras ou ameaçadas nas mesmas.” De entre as cinco classes de valor de conservação definidas (“Classe 5 - Muito elevado; Classe 4 - Elevado; Classe 3 - Moderado; Classe 2 - Baixo; Classe 1 - Muito baixo”), na área de intervenção é possível

¹⁵Mesquita, S., 2013, retirado de <http://epic-webgis-portugal.isa.utl.pt/>. Sem escala.

identificar três das de maior valor de conservação. Ainda segundo o mesmo autor, “as duas classes de vegetação com maior valor de conservação integram a Estrutura Ecológica Nacional – Nível 1”.

5.5.4. (Bio)Climatologia

Segundo Jansen, J., 2002, a Serra da Estrela sofre a influência do macroclima Temperado de Norte para Sul e do macroclima Mediterrânico de Sudeste para Noroeste. Pela sua posição, relativamente ao oceano Atlântico e ao centro da Península Ibérica (marítimas – Oeste/ Este – e continentais – Este/Oeste). A precipitação média anual é máxima no Planalto Superior (>2500 mm/ano) e mínima no Nordeste da Serra (cerca de 900/1000 mm/ano).

Consideram-se variações de 0.6°C por cada subida de 100m em altitude e que depois da cota dos 1550 m as temperaturas médias anuais se situem abaixo dos 8°C¹⁶. Nas Penhas da Saúde, a Temperatura média anual é de 7.6°C.

5.5.5. Biogeografia e Fitogeografia

Segundo a Associação Lusitana de Fitossociologia & Fédération Internationale de Phytosociologie (2000), a bioclimatologia é uma ciência ecológica que destaca a estreita relação entre o clima e os seres vivos, através da utilização de vários índices e gráficos, os quais contribuem significativamente para definir e tipificar as distintas unidades bioclimáticas, como expressão das alterações termopluviométricas, que são os principais factores determinantes da distribuição das comunidades vegetais. Assim, podemos identificar as seguintes unidades bioclimáticas:

“Região”: área muito extensa com um grande número de elementos originais nos quais se destacam espécies, géneros e até famílias endémicas, assim como territórios climáticos, séries, geosséries e andares bioclimáticos particulares;

“Província”: vasto território, que além de possuir grande número de espécies características, incluindo paleoendemismos e géneros endémicos, possui

¹⁶ Jansen, J., 2002

domínios climáticos, séries, geosséries, comunidades permanentes e cliséries altitudinais próprias;

“Sector”: caracteriza um território, mais ou menos extenso, com entidade geográfica, que apresenta *taxa* e associações particulares, que se destacam mediante a presença de algumas comunidades permanentes e subseriais particulares;

“Distrito”: abrange determinada superfície caracterizada pela existência de associações e espécies peculiares que faltam em distritos próximos, bem como um uso tradicional do próprio território;

“Tessela”: unidade elementar da Biogeografia, definindo-a como sendo um espaço ou superfície de extensão variável, homogéneo do ponto de vista ecológico que apenas pode apresentar um tipo de vegetação potencial e, consequentemente, uma só sequência de comunidades de substituição.

Segundo RIVAS - MARTÍNEZ et al (2014), a área de intervenção insere-se na seguinte biogeografia:

«I - Região Eurosiberiana»

«IB - Subregião Atlântica – Centroeuropeia»

«Ib – Província Atlântica Europeia»

«Ibc - Subprovíncia Orolusitana Atlântica»

«11 - Sector Serrano Montemuro – Estrelense»

«11c - Distrito Serrano – Estrelense»

«11d - Distrito Zezerense»

Esta característica do território em estudo é o factor que condicionará a proposta de intervenção para a freguesia de Cortes do Meio em termos de definição das associações fitoclimáticas mais propícias a serem aplicadas.

Ainda segundo o mesmo autor, o Distrito Serrano-Estrelense ocorre da Covilhã a Seia e de Unhais da Serra a Manteigas e insere-se no território carpetano – a partir da cota

média de 700/800m de altitude, enquanto que o Distrito Zezerense ocorre nas serras da Lousã, Açor, Alvelos e Gardunha, inserindo-se no território Hurdano – Zezerense e ocorrendo até à cota média de 700/800m de altitude.

De acordo com Jansen, J., 2002, a Serra da Estrela divide-se em três andares altitudinais, que, dependendo da orientação da encosta, ditarão o potencial climático. Assim, temos que, na vertente sul em que se insere a área de intervenção:

1. Dos 400m aos 900m de altitude – Andar Basal – Mesomediterrânico – Potencial de Sobreiral e Azinhal: bosques perenifólios ou mistos de quercíneas perenifólias e caducifólias, dominadas por *Quercus suber*, *Quercus rotundifolia* em situações de menos humidade e bosques de *Fraxinus angustifolia* e, nos vales, ao longo dos rios, galerias de *Alnus glutinosa* e *Prunus lusitanica*.¹⁷
2. Entre os 900m e os 1600m de altitude – Andar Intermédio – Supramediterrânico – Potencial de Carvalho-negral e Azinhal: bosques caducifólios ou mistos de quercíneas caducifólias e perenifólias com *Quercus pyrenaica* e *Quercus rotundifolia*; por veze ocorrência de bosques de *Betula celtiberica* ou de *Taxus baccata*, às vezes misturados com *Ilex aquifolium* no limite superior do desenvolvimento espontâneo de bosques; em situações de maior humidade surgem bosques de *Fraxinus angustifolia* e, ao longo dos rios, galerias de *Alnus glutinosa*.¹⁸
3. A partir dos 1600m de altitude – Andar Superior – Orotemperado – Zimbral e Giestal de *Cytisus oromediterraneus*: zimbrais rasteiros (com ou sem *Cytisus oromediterraneus* ou *Pinus sylvestris*) e caldoneirais pluviniiformes de *Echinospartum ibericum* subsp. *pluviniiformis*.¹⁹

¹⁷ Jansen, 2002

¹⁸ Jansen, 2002

¹⁹ Jansen, 2002

5.5.6. Rede Natura 2000 – Zonas de Protecção Especial (Habitats)

Apesar de ser possível identificar na freguesia um conjunto de habitats presentes, as alterações na paisagem, pelos mais diversos motivos, muitas vezes não deixam reconhecer no terreno a presença do habitat referido. Assim, a lista e zonamento de habitats que de seguida se apresenta serve apenas como uma mera indicação do potencial de ocorrência do habitat, uma vez que, muito devido ao incêndio de agosto de 2017 e à sensibilidade de alguns sistemas não foi possível verificar a presença de muitos destes habitats no terreno. Na freguesia de Cortes do Meio existe potencial para a ocorrência dos Habitats abrangidos pela Rede Natura 2000 identificados na tabela 2.

Código do Habitat	Descrição
4030	Charnecas secas europeias
4090	Charnecas oromediterrânicas endémicas com giestas espinhosas
5120	Formações montanas de <i>cytissus purgans</i>
6160	Prados Naturais
6220	Subestepes de gramíneas e anuais de <i>Thero – brachypodietea</i>
6230	Formações herbáceas de nardus, ricas em espécies, em substratos siliciosos das zonas montanas e das zonas sub – montanas da Europa continental
6510	Prados de feno pobres de baixa altitude (<i>Alopercurus pretensis</i> , <i>Sanguisorba officinalis</i>)
8130	Depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos
8220	Vertentes Rochosas siliciosas com vegetação casmofítica
8230	Rochas siliciosas com vegetação pioneira de <i>sedo – scleranthion</i> ou da <i>sedo – albi – veronicion dilenii</i>
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>

Tabela 1 - Lista dos Habitats presentes na freguesia de Cortes do Meio. ²⁰

²⁰ Adaptado de ICNF, IP, retirado de <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/resource/doc/rn-pt/habit-nat>

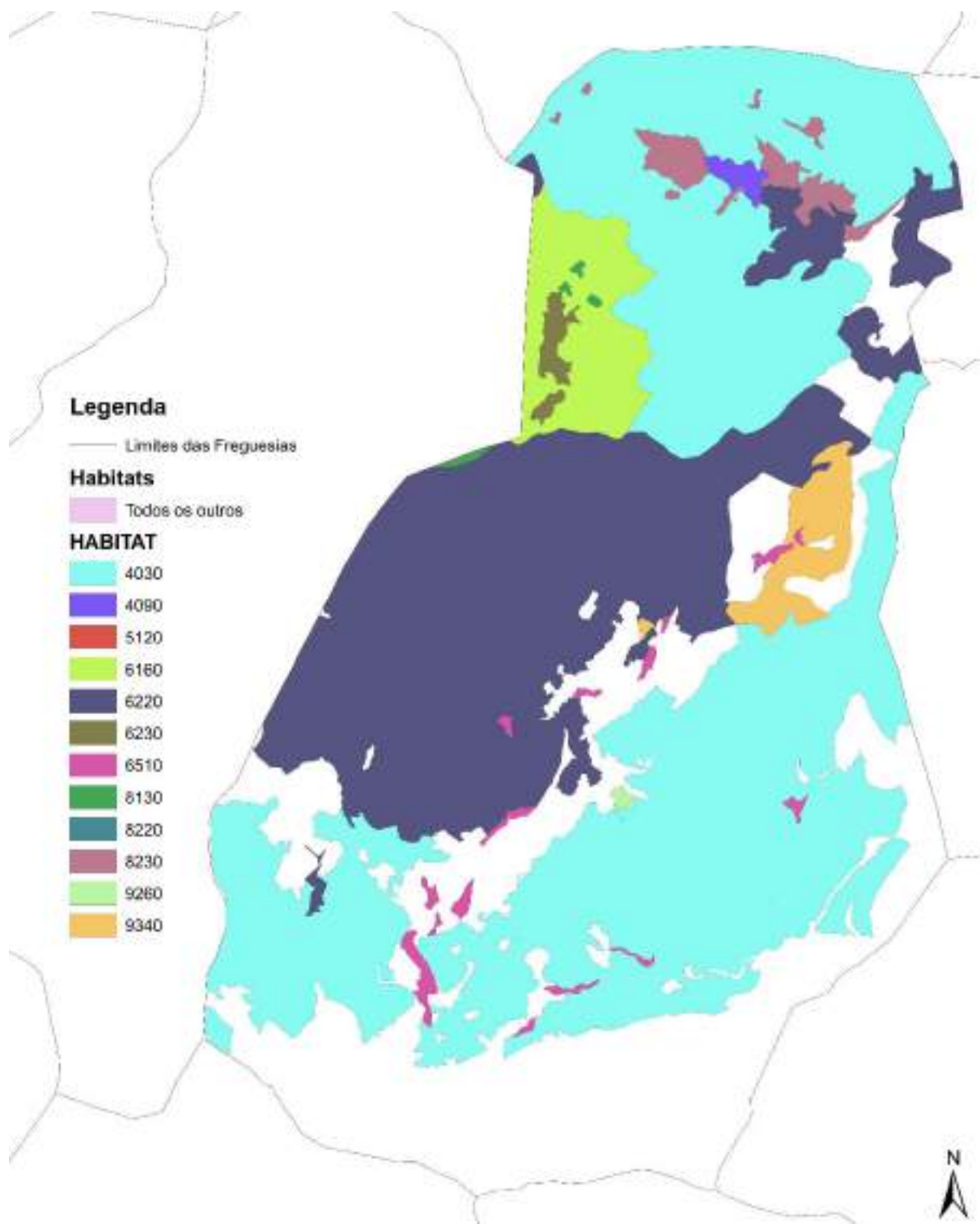


Figura 15 - Distribuição dos Habitats na freguesia de Cortes do Meio. Adaptado de I.C.N.F., IP, retirado de <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/resource/doc/rn-pt/habit-nat>

6. Análise Socioeconómica



Figura 16 - Brasão da Freguesia de Cortes do Meio

6.1. Estrutura Económica da Freguesia de Cortes do Meio

A 27 de janeiro de 2019, a freguesia de Cortes do Meio celebrou os seus 160 anos. Desde que há memória que as principais atividades económicas na freguesia foram a pastorícia (caprinocultura) e a agricultura, dando origem a um sem número de tradições e costumes associados a estas práticas e saberes, muitos dos quais já perdidos e outros que, apesar de já não serem prática comum no quotidiano da freguesia ainda são possíveis de observar e registar.

As alterações sociais, económicas e demográficas que se fizeram sentir em Portugal na segunda metade do século passado levaram uma alteração da estrutura económica e social da freguesia de Cortes do Meio.

Em 1994 é institucionalizado o Baldio²¹ da Freguesia de Cortes do Meio, que gere cerca de 3500 hectares de terra comunitária distribuídos pelas freguesias de Cortes do Meio, Unhais da Serra e S. Pedro, concelho de Manteigas. A fruição dos Baldios é impossível de datar. A sua institucionalização permitiria uma gestão mais sustentável dos recursos da população e a sua maior rentabilização, sendo, idealmente, uma fonte de rendimento para a população.

²¹Terreno que, pertencendo a uma comunidade local, é usado colectivamente. "Baldio", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/Baldio> [consultado em 11-07-2018].

Atualmente, a principal atividade económica é a prestação de serviços, contando a freguesia de Cortes do Meio com um número significativo de Instituições de Desenvolvimento Local de âmbito social e ambiental. A construção civil, a serração de madeiras, a hotelaria e a pastorícia constituem-se, também, como importantes para a estrutura económica da freguesia.

Sendo geograficamente uma zona de montanha, a pastorícia, realizada de forma colectiva, foi durante muito tempo a principal actividade económica da Freguesia de Cortes do Meio (...). Era efectuada sobretudo nos baldios, situados nas encostas da Serra da Estrela. Segundo o Jornal do Fundão, «havia a tradição de cada família ter um rebanho ... chegando a registar-se 10 a 15 mil cabeças» (30/04/1993). Na década de 60, verificou-se uma tendência para o desaparecimento dos rebanhos, devido ao forte fluxo migratório. No entanto, felizmente, nota-se hoje uma revitalização principalmente da caprinocultura.

Além da pastorícia, a agricultura teve também um papel relevante na economia local; ainda hoje são cultivados sobretudo o milho e o centeio. Actualmente destacam-se ainda as atividades artesanais como, por exemplo, o fabrico de pão de centeio, compotas, queijos, e também malhas e bordados.²²

²² Rodrigues, 1999, p. 134

6.2. Análise Social e Etnográfica

6.2.1. Estrutura social

É difícil falar de regiões no “interior” Centro do país sem referir a questão da migração. Durante o final do século passado também a freguesia de Cortes do Meio sofreu com a perda de população resultante da emigração em massa, principalmente para França e Suíça. Segundo Rodrigues, 1999, ocorrem três tipos de migração na Freguesia de Cortes do Meio: a “migração de longa duração para fora do país” no caso já referido, para destinos como França ou Suíça, a “migração de longa duração dentro do país”, nomeadamente para as regiões do Litoral e as “migrações pendulares”, que ocorrem entre a aldeia e a sede do concelho, Covilhã.

A perda de população residente ainda hoje é difícil de colmatar pela dificuldade em encontrar atrativos que impeçam a população mais jovem de permanecer nesta localidade rural e/ ou permitam à população emigrada regressar definitivamente.

Ainda assim, - e apesar da faixa de população envelhecida ser a maioria - a freguesia conta com uma faixa de população ativa bastante significativa e suficientemente dinâmica para contribuir de forma bastante válida para o desenvolvimento local, através de diferentes agentes. Ainda assim, não suficiente para contribuir para a atração/fixação dos seus pares geracionais.

A Freguesia de Cortes do Meio proporciona às famílias que queiram ter e educar os seus filhos na freguesia um abono de família que se tem mostrado eficaz na sua fixação. A par do Centro de Dia e Centro de Noite, que servem a população mais idosa, Cortes do Meio tem também em funcionamento uma creche e escola primária que contam com um número crescente de crianças inscritas.

6.2.2. Costumes, Tradições e Gastronomia

6.2.2.1. Festas e Romarias

◇ Festa em honra de Nossa Senhora do Carmo

Apesar de São Roque ser o santo padroeiro de Cortes do Meio, todos os anos a aldeia presta tributo a Nossa Senhora do Carmo através de uma festa com música e comércio tradicionais nos dias 11, 12 e 13 de agosto.

A festa conta música tradicional portuguesa e comércio local típico de romarias e festas populares.



Figura 17 - Mural de azulejo retratando S. Roque, na igreja de S. Roque, Cortes do Meio.
Fonte: Bárbara Franco

◇ Festa em honra de Santo António

A festa em honra de Santo António realiza-se a meados de junho e é o ponto alto das festividades na localidade de Cortes de Baixo.

◇ Festa dos Pastores

Realiza-se nas primeiras semanas de outubro e pretende celebrar o regresso dos pastores à aldeia, depois de terem passado grande parte do verão a apascentar o gado nas zonas de maior altitude da freguesia (Planalto Superior da Serra da Estrela). Durante o período da Transumância, os pastores ausentavam-se das terras mais baixas onde o pasto secava e subiam a encosta para permitir ao gado alcançar o alimento necessário nas pastagens sempre verdes de altitude. Fixando-se temporariamente em abrigos de

granito, transgeracionais, constituídos por uma zona murada (Bardo) onde o gado passava a noite e um pequeno abrigo coberto (Chiqueira) para o pastor, estes pastores eram recebidos de volta à aldeia com uma calorosa recepção que ainda hoje é revivida.

Hoje em dia a transumância já não é tão significativa e a festa dos pastores é apenas uma celebração temática com decoração alusiva que, através da exposição da comida e trajes típicos da freguesia pretende manter viva a memória das tradições da pastorícia.



Figura 19 - "Chiqueiro" ou Abrigo de Pastor, perto da Malhada do Prior.
Fonte: Luís Alçada Batista. (28-08-2018)



Figura 18 - "Bardo" perto da Malhada do Prior.
Fonte: Nuno Bento Lourenço. (28-08-2018)

6.2.2.2. Receitas Tradicionais

A gastronomia típica de freguesia de Cortes do Meio caracteriza-se pela confecção de iguarias como o Arroz Doce com leite de Cabra, as Papas de Carolo, Chanfana, Pão de Centeio e Broa de Milho cozidos em forno de lenha. Apesar de muito saborosos, estes pratos tão característicos quer da Beira quer da região da Serra da Estrela estão a cair em desuso. Principalmente no caso da broa de milho e do Pão de Centeio, uma vez que a sua confecção é demorada e envolve longas horas pela noite adentro para garantir o pão fresco de manhã, tarefa que não seduz a população mais nova, restando apenas uma residente de Cortes do Meio responsável pela manutenção deste saber e tradição.

6.2.3. Toponímia e gíria popular

“Bardo”: construção rústica de muro de granito entre duas rochas maiores, normalmente circular, que desempenhava a função de guardar o gado na época da transumância; ocorre sobretudo a partir dos 600m de altitude.



Figura 20 - Um "Bardo" na Malhada do Prior. Fonte: Bárbara Franco

“Bouça”: terreno em que se cria mato para roçar (limpar) para os mais diversos efeitos, são os terrenos onde se iam buscar o mato e a madeira tão necessários à vida rural, sendo normalmente zonas de baixa produtividade, localizadas mais perto das linhas de festo. Está na origem do nome atribuído à localidade da Bouça, na freguesia de Cortes do Meio.

“Canada”: caminho entre muros, bastante tradicional e típica de regiões onde a transumância fazia parte da dinâmica popular, como as Cortes; antiga medida portuguesa para líquidos, correspondente a quatro quartilhos ou dois litros.

“Chiqueira”: ou abrigo de pastor; construção rústica (normalmente em granito), improvisada, mas resistente e com o comprimento suficiente para acomodar somente o pastor nas noites da transumância.



Figura 21 - Chiqueiro na Malhada do Prior. Fonte: Luís Alçada Batista

“Corte”: construção rústica, normalmente em granito, correspondente a uma habitação temporária que, além de servir o propósito de guardar as alfaias agrícolas, servia de moradia para o pastor/ agricultor no verão, quando subia à serra para a transumância e tinha de se ausentar por algumas temporadas da sua residência habitual.



Figura 22 - Ruína de uma "Corte" na Malhada do Prior. Fonte: Luís Alçada Batista.

“Malhão”: construção idêntica à mariola, mas de muito maiores dimensões; contruída para ser alcançada a uma maior distância.

“Mariola”: conjunto de três ou mais pedras sobrepostas, geralmente, de forma piramidal ou cónica que, em certas serras ínvias, indicam de trecho em trecho o caminho a seguir.

“Quartilho”: unidade de medida correspondente à quarta parte de uma canada, ou, mas comumente, a meio litro.



Figura 23 - Poço do Breje, freguesia de Cortes do Meio. Fonte: Bárbara Franco

6.2.4. A Freguesia e os Agentes para o Desenvolvimento Local

6.2.4.1. A Junta de Freguesia

Fundada em 1859, a Freguesia de Cortes do Meio sempre esteve em contacto directo com a população. Num meio de relativa pequena dimensão e algum isolamento, a relação e comunicação entre a entidade pública e a população sempre foi feita com alguma proximidade e abertura. Não são raros os casos em que a população comunica directamente com o Presidente da Junta de Freguesia fora do horário de atendimento para que se resolva com celeridade o problema da rua que habita e é com alguma facilidade que os problemas de acessos, gestão de resíduos e outros são partilhados e resolvidos.

Esta proximidade, tão característica de meios de reduzida densidade populacional, aliada a um genuíno interesse no serviço público e na produção de qualidade de vida é um importante motor para o desenvolvimento sustentado desta comunidade rural através dos esforços na fixação de população, para o desenvolvimento turístico e o correto ordenamento do território

6.2.4.2. O Baldio

Baldios são, no sentido lato e menos abrangente, “os terrenos com as suas partes e equipamentos integrantes, possuídos e geridos por comunidades locais”²³

O Baldio de Cortes do Meio ocupa uma área 3 011,48 hectares e coincide, em parte do território, com o Perímetro Florestal²⁴ “Serra da Estrela – Núcleo de Cortes do Meio”, gerido pelo ICNF, encontrando-se sob os estatutos inerentes a esta classificação por parte do ICNF e estando submetido ao “Regime Florestal Parcial por força dos Decretos dos anos de 1901 e 1903, e demais legislação complementar” (ICNF, s.d.) que ditam que a floresta está subordinada a determinados fins de utilidade pública e que, por esse motivo, “na sua exploração sejam atendidos os interesses imediatos do seu possuidor” (ICNF, s.d.), neste caso, a entidade “Baldios de Cortes do Meio”, estando, no entanto, diretamente submissa ao ICNF ao abrigo da legislação já referida.



Figura 24 - Logotipo dos Baldios da Freguesia de Cortes do Meio

²³ Lei n.º 75/ 2017, de 17 de Agosto, Art.º 2º.

²⁴ “Regime Florestal é o conjunto de disposições destinadas não só à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias no litoral marítimo. (ICNF, s.d.)



Figura 25 - Área de Intervenção dos Baldios de Cortes do Meio. Sem escala.

Criada pelo ICNF, a Comissão Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários (CNVTC) é responsável pela elaboração do Programa Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários (PNVTC) pretende construir um modelo para o desenvolvimento sustentado dos terrenos comunitários a partir de quatro eixos:

1. Desenvolvimento e Sustentabilidade Florestal

O desenvolvimento sustentável dos territórios comunitários é uma questão atual com sérios reflexos no futuro que exige um plano de ação concreto que permita a sã convivência entre as vertentes económica, ambiental e social, que constitui a essência do desenvolvimento sustentável.²⁵

2. Valorização da Capacidade de Gestão

Sendo a gestão florestal sustentável um objetivo central da política florestal reputa-se indispensável que as áreas florestais sob responsabilidade da Administração, áreas comunitárias geridas em regime de associação, possuam no mínimo, Planos de Gestão Florestal

²⁵ Retirado de <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/baldios/CNVTC>

(PGF) que incorporem, sem exclusão, sistemas de Defesa da Floresta Contra Incêndios, sistemas de avaliação e monitorização do estado sanitário das florestas, constituindo-se dessa forma como espaços florestais modelo²⁶

3. Resiliência e Combate à Desertificação

Dado que a desertificação é um fenómeno fortemente influenciado pelo homem, é então ao homem que compete tomar medidas para que, principalmente nas regiões em risco, se evitem todos os processos que facilitem a desertificação, pois que, uma vez iniciada, os mecanismos de realimentação interna intensificarão o fenómeno e dificilmente se reconstituem, naturalmente, as condições iniciais.

Importa, por essa razão, aumentar a gestão ativa dos territórios comunitários, aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustível e desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de bens e pessoas, nestes espaços. Importa, ainda, enveredar por uma linha de ação que objetive a gestão funcional dos territórios comunitários e introduza, em simultâneo, princípios de DFCI de modo a tendencialmente diminuir a intensidade e área percorrida por grandes incêndios e facilitar as ações de pré-supressão e supressão.²⁷

4. Valorização Social das Comunidades Locais

Como bens coletivos com peso económico e social apenas restam hoje os baldios. Os outros bens coletivos perderam-se, ou, se alguns existirem, não têm peso económico e social e manter-se-ão, quando existem, como memória cultural. Importa estudar e encontrar soluções no âmbito do desenvolvimento rural para esta “tragédia” das comunidades locais rurais. Importa, pois, valorizar socialmente as comunidades locais rurais.²⁸

Pretende-se que estes eixos sirvam de orientação aos Baldios aquando da execução e/ou atualização do seu Plano de Gestão Florestal, obrigatório ao abrigo do Artigo 13º, ponto 1, alínea a) do Decreto – Lei nº 16/2009 de 14 de janeiro, que dita que: “Ficam obrigatoriamente sujeitos à elaboração de PGF: a) As explorações florestais e agro-

²⁶Retirado de <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/baldios/CNVTC>

²⁷ Retirado de <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/baldios/CNVTC>

²⁸ Retirado de <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/baldios/CNVTC>

florestais públicas e comunitárias”. No entanto, até à data²⁹, o que se sabe acerca da elaboração do Plano de Gestão Florestal resume-se à sua apresentação ao ICNF e à disponibilização de um período de consulta pública, não tendo sido encontrada nenhuma referência à disponibilidade para consulta pública em nenhum meio de comunicação social como dita o Decreto – Lei nº 16/2009 de 14 de janeiro, no artigo 20º, ponto 2 em que: “O período de apresentação é iniciado através de publicação de aviso num jornal de âmbito regional e no sítio na internet do ICNF, I.P, (...)”. Não foi convocada nenhuma reunião de compartes para apresentação da proposta de PGF até ao dia de hoje e, uma vez que o anúncio da disponibilidade do documento para consulta pública falhou a correta divulgação, a assembleia de compartes e restante comunidade desconhecem o conteúdo do Plano e falharam o período de consulta que lhes permitiria acrescentar sugestões. A única referência à elaboração do PGF passa pela análise, discussão e votação da minuta do mesmo, não do documento.



Figura 26 - Madeira de Pinho preparada para alienação, por motivos fitossanitários, após o fogo de Agosto de 2017. Fonte: Bárbara Franco.

O corte de madeira e a extração de resina são as principais formas de exploração do povoamento de *Pinus pinaster* na freguesia. Este tipo de extração e rendimento fica muito aquém do potencial de biodiversidade e matéria prima que poderá ser alcançado

²⁹ À data de elaboração deste documento ocorreu uma alteração significativa na comissão gestora dos Baldios, tendo a Assembleia de Compartes reunido a 5 de dezembro de 2018, reivindicando a restituição da gestão dos Baldios de Cortes do Meio à Junta de Freguesia de Cortes do Meio, que assumiu a gestão do Baldio no dia 12 de janeiro de 2019.

com uma exploração que se aproxime mais do potencial biofísico e que respeite as características geomorfológicas e climáticas da região. O retorno financeiro poderá não ser tão rápido como o atual, mas, por ser mais amplo o aproveitamento e extração, mais serão as fontes e mais diversas as escalas temporais de retorno.



Figura 27 - Copo de recolha de resina. Fonte: Bárbara Franco.

6.2.4.3. O PNSE

Grande parte da área da Junta de Freguesia coincide com a do Parque Natural da Serra da Estrela, pertencente ao Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Centro (DCNFC). Na área do PNSE que pertence aos limites administrativos da Freguesia de Corte do Meio podemos encontrar os níveis de proteção apresentados na Tabela 2, segundo o Regulamento do POPNSE (em Diário da República, 1ª série – Nº 175 – de 9 de setembro de 2009). A importância de relacionar o desenvolvimento da freguesia com o desenvolvimento do PNSE prende-se com questões estratégicas definidas para ambos os casos. Quanto mais em sintonia estiverem os planos estratégicos definidos pelas duas entidades, maior será a taxa de sucesso esperada uma vez que trabalharão convergindo para objectivos semelhantes e poderão aliar esforços e contribuir de forma holística para o desenvolvimento dos dois territórios em questão.

Tipologia de Área Protegida	Características	Objectivos	Usos
ÁREAS DE PROTECÇÃO PARCIAL do Tipo II	Compreendem os espaços que contêm valores naturais e paisagísticos de interesse relevante, ou tratando-se de valores excepcionais, apresentam uma sensibilidade ecológica moderada.	Visam a manutenção dos sistemas, dos valores e dos processos naturais bem como a preservação das formações geológicas e dos valores biológicos e paisagísticos relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade.	A intervenção humana deve potenciar os valores naturais e paisagísticos em presença sendo admitidos usos temporários ou esporádicos compatíveis com os objectivos de conservação da natureza.
ÁREAS DE PROTECÇÃO PARCIAL do Tipo III	Compreendem os espaços que contêm valores naturais e paisagísticos de interesse relevante, que apresentam moderada sensibilidade ecológica e que dependem dos sistemas culturais tradicionais.	Visam a preservação dos valores naturais relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade bem como a manutenção dos recursos naturais, paisagísticos e culturais.	A intervenção humana deve potenciar a manutenção ou adaptação dos sistemas tradicionais do uso do solo e da água. Os usos agrícola, florestal ou misto poderão ser exercidos desde que de acordo com sistemas tradicionais e adaptados às características e aptidões do território e à conservação dos valores naturais e das paisagens associadas a esses sistemas.
ÁREAS DE PROTECÇÃO COMPLEMENTAR	Compreendem os espaços humanizados onde predominam áreas rurais com valores paisagísticos e culturais relevantes, de moderada sensibilidade ecológica, cuja manutenção pressupõe a intervenção humana, e onde as acções de gestão devem promover o equilíbrio entre os objectivos da conservação da natureza e do desenvolvimento social e económico local.	Visam a manutenção dos espaços rurais, assegurando a conservação dos valores paisagísticos e culturais. A promoção do uso sustentável dos recursos, garantindo o desenvolvimento socioeconómico local. A valorização das actividades tradicionais de natureza agrícola, florestal, a pastorícia ou de exploração de outros recursos, que constituam o suporte, ou que sejam compatíveis com os valores paisagísticos a preservar. A integração de áreas de transição ou de amortecimento de impactes, necessárias à protecção das áreas sujeitas aos níveis de protecção superiores.	Os usos devem ser os compatíveis com as aptidões territoriais embora assegurando a manutenção dos valores naturais e paisagísticos.
ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICA – Penhas da Saúde e Piornos	Compreendem espaços e sítios de interesse natural relevante, assim como espaços vocacionados para o recreio com características particulares que requerem a tomada de acções especiais de salvaguarda ou valorização.	Visam a definição específica de planos, projectos e acções em que é preponderante a intervenção da administração pública, visando operacionalizar regras de gestão.	Os usos serão relacionados com a actividade de recreio e lazer e promoção/educação ambiental e devem minimizar os impactes, primando pela integração dessas situações pontuais.

Tabela 2 - Características, Objectivos e Usos das Tipologias de Áreas Protegidas no Parque Natural da Serra da Estrela (presentes na Freguesia de Cortes do Meio).³⁰

³⁰ POPNSE, 2008, pág. 41



Figura 28 - Zonamento das áreas de protecção do PNSE.³¹ Sem escala.

6.2.4.4. A ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela – Sul

A área de intervenção desta associação compreende 15 freguesias dos Concelhos da Covilhã e do Fundão: Cortes do Meio, Unhais da Serra, Peso e Vales do Rio, Erada, Paúl, Barco e Coutada, Sobral de São Miguel, Casegas e Ourondo, São Jorge da Beira, Aldeia de S. Francisco de Assis, Silvares, Lavacolhos, Barroca, Bogas de Cima, e Bogas de Baixo e Janeiro de Cima.

A Aderes é uma entidade gestora do programa LEADER desde 1996 que, com base nas orientações da U.E. para o programa PT 2020 através da A.D.C, promove formações, aprova e financia candidaturas a projectos empresariais, agrícolas, florestais, etc. na área de intervenção.

A Aderes tem uma estratégia de intervenção pela qual orienta os seus projectos. É definida com base nas necessidades do território que representa e em linha com as

³¹Carta de Síntese do POPNSE, 2008.

orientações do P.D.R. e da CCDR - Centro. Os focos de intervenção da Aderes são os seguintes:

- ◇ Pobreza;
- ◇ Abordagem LEADER/ PRODER;
- ◇ Cooperação;
- ◇ Outros programas, acções e projectos;
- ◇ Consultadoria e apoio a entidades.



Figura 29 - Programas representados e âmbito da ADERES.³²

6.2.4.5. A Queiró - Associação para a Floresta, Caça e Pesca

A Queiró é uma Associação de Produtores Florestais por natureza jurídica. É uma OPF certificada pelo ICNF e faz prestação de serviços através do Programa de Sapadores Florestais, tendo à disposição duas equipas de sapadores florestais que efectuem a prestação de serviços florestais vários, serviço público e fazem parte do dispositivo de Protecção Civil.

A contribuição desta associação para a limpeza e gestão da floresta é da maior importância e deve ser tida em consideração para o correto desenvolvimento florestal e económico da freguesia.

³² Fonte: website da ADERES em <http://www.aderes.com.pt/inicio/>.

6.2.4.6. A ADIRAM - Aldeias de Montanha: Natureza Autêntica, Pessoas Genuínas



Figura 30 - Logotipo da ADIRAM.³³

A ADIRAM pretende criar uma marca identitária das aldeias de montanha, valorizando a cultura, saberes e tradições das populações das aldeias de altitude na Serra da Estrela. A aldeia de Cortes do Meio e o aglomerado urbano das Penhas da Saúde integram esta rede.

Apesar de a presença desta rede não ter sido ainda consequente no desenvolvimento das aldeias da freguesia de Cortes do Meio, não é de ignorar o potencial que pode advir de uma promoção dos valores da Freguesia, já identificados, num plano de maior expressão e reconhecimento.

³³ Disponível em <http://www.aldeiasdemontanha.pt/>

A serra corre de nordeste a sudoeste, como incomensurável raiz de outra cordilheira que rompesse longe do seu tronco. Belo monstro de xisto e de granito, com terra a encher-lhe os ocos do esqueleto, ondula sempre.

Contorce-se aqui, alteia-se acolá, abaixa-se mais adiante, para se altear de novo, num bote de serpente que quisesse morder o sol. Ao distender-se, forma altivos promontórios, dos quais se podem interrogar o infinito, e logo se ramifica que nem centopeia de pesadelo, criando, entre as suas pernas, trágicos despenhadeiros e tortuosas ravinas, onde nascem rios e as águas rumorejam eternamente.

Ferreira de Castro in *A Lã e a Neve*,
1947

7. Unidades de Paisagem

(Recomenda-se a consulta do Anexo VI)

as unidades de paisagem (...) correspondem a áreas com características relativamente homogéneas no seu interior, não por serem exatamente iguais em toda a área, mas por terem um padrão específico que se repete e que diferencia a unidade em causa das envolventes. Os factores determinantes para a especificidade da paisagem numa unidade não são sempre os mesmos: podem ser as formas do relevo, a altitude, o uso do solo, a urbanização, várias combinações entre estes factores, etc.³⁴

Segundo o Relatório de Caracterização do PNSE³⁵, a freguesia de Cortes do Meio insere-se no Grupo de Unidades de Paisagem I – Maciço Central, na Unidade de Paisagem 62 – Serra da Estrela e na Subunidade de Paisagem F – Encosta Sul.

Esta Subunidade, como o nome indica, abrange toda a encosta sul da Serra da Estrela e “desenvolve-se em declives moderados a acentuados, que se começam a suavizar, ainda dentro do Parque Natural, junto à povoação de Cortes do Meio. Sensivelmente até meio da encosta, a litologia é de origem granítica, surgindo posteriormente os xistos, incluindo «a área drenada pelos afluentes do médio Zêzere» (Godinho *et al.*, 1996). Estes cursos de água caracterizam-se por leitos fluviais rochosos e pedregosos, de

³⁴ Cancela d'Abreu *et al.*, 2001, p.199

³⁵ PEPNSE, 2018, p. 237

correntes rápidas e águas frias, com pouca vegetação, associada sobretudo a espécies das famílias das Salicáceas e Betuláceas (Meireles, 2006).”³⁶

Nesta subunidade, os povoamentos resumem-se às aldeias de Cortes do Meio e Unhais da Serra, sendo que as actividades agrícolas que desenvolvem em torno das mesmas. É uma zona onde o Pinheiro-bravo se adapta com facilidade e, em tempos, foi do mesmo que a população obteve principal fonte de rendimento, competindo e ultrapassando o pastoreio.

Em jeito de conclusão, o Relatório acrescenta a indicação de que a dependência da mão humana no caso da paisagem da Serra da Estrela como um dos factores mais importantes a registar. As diversidades florísticas, faunísticas, patrimoniais e tradicionais fazem desta região uma das mais atractivas do país, pelo que o seu “correto ordenamento deve ser direccionado para a valorização, recuperação, e protecção dos atributos significativos que a caracterizam, assegurando a manutenção da paisagem numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, que oriente e harmonize as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais.”³²

Com o propósito de melhor compreender as dinâmicas da paisagem da freguesia de Cortes do Meio, a mesma foi por mim analisada à escala 1: 25.000. Foi possível identificar três situações distintas de caracterização paisagística, que se acrescentam à classificação já defendida por Cancela D’Abreu:

- i. F3 - Urzais de Altitude: entre os 2000 m e os 1200 m de altitude, com declives na ordem dos 0% aos 16% de inclinação, desenvolve-se esta subunidade de paisagem que coincide grandemente com o andar superior da Serra da Estrela e onde se desenvolve o bioclima orotemperado. Nesta subunidade de paisagem domina o estrato arbustivo, havendo, no entanto, potencial para algumas espécies arbóreas se desenvolverem (especialmente exóticas). A Ribeira das Cortes nesta fase ainda se encontra muito perto da nascente. Só perto da cota dos 1300/1400m é que a Ribeira das Cortes se forma. Até lá, todos os ribeiros e

³⁶ Relatório de Caracterização do PNSE, POPNSE, 2008, pp. 237 - 238

linhas de água que confluem para a original têm pouco caudal e, por ocorrerem numa região granítica rica em afloramentos rochosos, a vegetação ripícola a registar é esparsa. No que diz respeito à apropriação humana, é uma zona caracterizada pela riqueza em património cultural não classificado: o número de Cortes, Bardos e Chiqueiras (abrigos de pastor) é muito significativo e remonta a uma era que não se consegue precisar. Estas construções de carácter temporário são bem representativas da importância que a pastorícia teve em dias na freguesia, assim como do impacto que os movimentos pendulares de transumância tiveram na paisagem, marcando-a até aos dias de hoje. Outra marca que a transumância deixou na paisagem foi a identificação dos caminhos que ligam as zonas mais altas da freguesia (Varanda dos Pastores ou a Malhada do Prior) aos aglomerados urbanos da encosta ou já nos campos, que nesta unidade de paisagem, devido à tipologia da vegetação e ao relevo, se identifica através da presença de Mariolas. Só há a registar um aglomerado urbano, com residências temporárias e com problemas urbanísticos graves por resolver, que são as Penhas da Saúde. O nome atribuído a esta subunidade deriva das suas duas características mais notáveis: a altitude e o habitat/ associação fitoclimáticas que nela ocorrem.

- ii. F2 - Encosta de Protecção: entre a cota dos 700 m e dos 1200 m de altitude, com declives na ordem dos 25% de inclinação – ou mais – esta sub -unidade de paisagem coincide com a transição do andar basal da Serra da Estrela para andar intermédio e ainda na totalidade do andar intermédio. O bioclima que ocorre nesta zona é o Mesomediterrânico. Não obstante, domina o Pinhal Bravo (agora ardidado), ainda que o potencial seja de carvalhal de *Quercus rotundifolia* e *Quercus pyrenaica* (vestigiais e possíveis de encontrar numa mancha de azinhal que se encontra na encosta e resistiu ao passado incêndio). As marcas de apropriação humana estendem-se por todo o vale das cortes, mas nesta zona caracterizam-se em específico pela ainda presença de Cortes e Bardos, pelas primeiras Azenhas (ou Moinhos de Água) e por alterações na tipologia dos percursos – passam a ser talhados na encosta, através da sobreposição de pedras, num caminho estreito que acompanha as curvas de nível e garante um

declive confortável. É ainda nesta subunidade de paisagem que se desenvolvem os socalcos agrícolas e se encontram poços de água horizontais (estruturas de “furam” a encosta cerca de 2 metros, horizontalmente, até que encontram água que era, então, canalizada para as habitações). A meia encosta encontramos os povoamentos da Bouça e de Cortes do Meio, os de maior importância e densidade populacional da freguesia. É na relação com estes povoamentos que a freguesia se desenvolve na sua interação com a paisagem. É aqui que se encontra de tudo quanto é necessário à sobrevivência: onde se guarda o gado de que se extrai o leite; lã; carne, onde se cultivam os cereais, se mói a farinha para fazer o pão e onde a vida social se concretiza. O nome da subunidade surge da importância de proteger as encostas, tão íngremes, da erosão, e da importância que as encostas bem geridas e apropriadas têm para a protecção da ribeira.

- iii. F1 - Campos de Produção: entre a cota dos 300m e os 700m de altitude, podemos encontrar na freguesia uma situação de campos de cultivo, em que as classes dominantes de declives são as que variam entre os 0 – 8 % e os 8 – 16 %. A presença de Azenhas é já diminuta, mas ainda relevante, e os percursos da transumância caracterizam-se por serem conduzidos entre muros de granito, bem definidos e entre culturas agrícolas. Domina a policultura sob olival, os grandes campos de culturas arvenses e campos de pastagem para o gado nos meses mais frios, compartimentados junto à ribeira e às populações. A galeria ripícola é aqui mais densa e em melhor estado de conservação. Os povoamentos a registar são as Cortes de Baixo e o Ourondinho.

A maioria dos processos decorrentes da humanização da paisagem, e em particular aqueles que têm vindo a ser desencadeados pela agricultura moderna, tendem a reduzir drasticamente os valores da biodiversidade natural, mas também da própria diversidade cultural. Esta simplificação generalizada dos ecossistemas agrícolas e florestais e a destruição sistemática dos ecossistemas naturais impede o alcance de formas de Desenvolvimento Sustentável.

Este tipo de Desenvolvimento só é atingível em paisagens onde as componentes ecológicas naturais e as culturais se relacionem de forma equilibrada (...).

Cruz de Carvalho, M. A.

In Importância dos Corredores Naturais na implementação da Diversidade Ecológica da Paisagem Rural

8. A Freguesia e os Incêndios Florestais

8.1. Cronologia

A regeneração natural do Pinhal ocorre a partir da maturidade de reprodução do mesmo, depois de atingir os 20 anos. Pretende-se neste capítulo fazer um resumo das áreas ardidas no período de 20 anos que antecede o incêndio de agosto de 2017, de modo a que possa especular acerca da área espectável de ocorrência de regeneração natural no povoamento de *Pinus pinaster* afectado no passado incêndio.

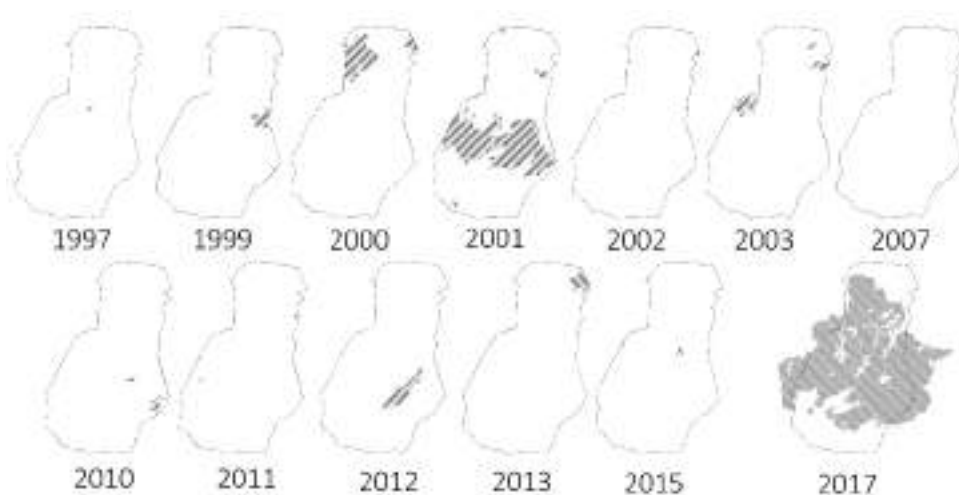


Figura 31 - Cronologia da área ardida na área de intervenção desde 1997 até ao grande fogo de 2017.³⁷

³⁷ Adaptado de ICNF (I. P.).

Estima-se que, no somatório das áreas ardidas entre 1997 e 2017 não se verifique regeneração natural, sendo que a área mais problemática para esta situação é a que, antes de ter ardido em 2017 ardeu também em 2000 e 2001, por representar a maioria da área ardida e por se estimar que, pelas dimensões, tenha sido um fogo de maior intensidade e temperaturas mais elevadas, factores que também contribuem para uma possível regeneração natural.

Propõe-se que a única área de pinhal a explorar ocorra em povoamento misto e seja apenas resultante do pinhal não ardido e de qualquer regeneração natural que ocorra. A constatação da ocorrência de regeneração natural do povoamento ardido deve verificar-se decorridos dois anos desde o incêndio.

8.2. Na origem dos incêndios

Cotgrove, 1982, citado por Saraiva, 1999, identifica dois paradigmas sociais opostos na interpretação das atitudes perante o ambiente:

- ◇ O paradigma dominante das sociedades ocidentais, cujos valores nucleares se apoiam na justificação do crescimento económico, no controlo e domínio da natureza e na crença de que o homem tem o direito e capacidade de utilizar os recursos naturais para atingir os seus fins. Assume plena confiança na ciência e tecnologia para assegurar os meios e conhecimentos para apoiar esses fins, e perfilha a crença no recurso ao método científico para o progresso da sociedade;
- ◇ O paradigma ambiental alternativo, que se polariza no extremo oposto, caracterizado pela oposição ao conceito materializado pelo crescimento orientado, unicamente, por objectivos económicos, pautando-se por uma filosofia de valorização intrínseca da natureza e de uma ideia de ética de vida em harmonia com ela. Dá prioridade aos valores não materiais, demonstrando ausência de confiança na ciência e tecnologia para resolução de problemas ambientais.

O facto de, a haver consciência ambiental por parte dos Baldios, da Junta de Freguesia e dos privados, esta se manifestar mais de acordo com o segundo paradigma enunciado,

tem levado a muitas falhas na gestão do território da freguesia de Cortes do Meio. A ausência de PGF e de pessoal técnico qualificado na coordenação e gestão do pinhal leva a acumulações de matos heliófilos, ao crescimento desregrado e desordenado de novos pinheiros, resultando numa mata densa de pinhal com material combustível em continuidade na ordem dos hectares. Segundo Fernandes, Botelho, & Rego, 2005, a intensidade do fogo é influenciada pela morfologia das árvores na medida em que o potencial de fogo de copas diminui com o aumento da distância entre a base da copa e o sub-bosque, e aumenta com a densidade foliar no andar arbóreo.

A relação da população com a serra e com a floresta alterou-se irreversivelmente nos últimos 50 anos e a desconecção com a última leva a um descontrolo das quantidades de combustível que, em florestas pirófitas como o pinhal se revelam perigosíssimas. Segundo Fernandes et al., 2005, uma análise à escala da paisagem mostra que o fogo “selecciona” o pinhal e tem tendência a evitar as manchas de folhosas e floresta mista, “uma vulnerabilidade que foi dramaticamente patente no verão de 2003, durante o qual ardeu 8,8% da área de pinhal bravo do país” (Fernandes et al., 2005, p. 234).

Saraiva, 1999, aborda a relação do homem com os processos naturais a partir de quatro fases históricas distintas:

- ◇ Temor
- ◇ Harmonia
- ◇ Controlo
- ◇ Degradação

Segundo a mesma tese, apenas a consciência das causas e efeitos da fase de degradação pode levar a uma situação de Recuperação ou Sustentabilidade.

Apesar de na Freguesia de Cortes do Meio ser possível compreender uma tentativa de transição da fase de Degradação para a fase de Sustentabilidade, há muito que evoluir. É devido à fase de Degradação que os fogos de grandes dimensões, como o de agosto de 2017, ocorrem. Na Fig. 30 é possível verificar a densidade e desordenamento do povoamento de pinhal na freguesia. Seria fácil que, por qualquer ignição, o fogo

alastrasse rapidamente. Segundo o ICNF, na maioria dos fogos que decorreram desde 1997 não foi possível registar a origem do fogo. Mas foi, certamente, devido à degradação da floresta e à desconecção da população com o povoamento florestal que este se tornou tão destrutivo.

8.3. Consequências dos Incêndios



Figura 32 - Povoamento de *Pinus pinaster* na freguesia de Cortes do Meio.³⁸

8.3.1. Regeneração natural

Segundo Fernandes et al., 2005, “as plantas do género *Pinus* e o fogo estão estreitamente associados” e em muitos ecossistemas, “o regime de fogo condiciona a sucessão da floresta de *Pinus* para a de folhosas” (Fernandes et al., 2005, p. 235). Dependendo da frequência e da intensidade do fogo, podemos esperar diferentes respostas:

- ◇ Frequência – “número de fogos por unidade de tempo. É uma poderosa força selectiva quando a duração de vida das árvores excede o intervalo de retorno do fogo: as espécies incapazes de lhe sobreviver ou de se reproduzir após a sua ocorrência extinguir-se-ão” (Fernandes et al., 2005, p.235).
- ◇ Intensidade – “libertação de calor por unidade de comprimento da frente do fogo (kW m^{-1}), que determina o dano sofrido pelos tecidos das plantas. (...) Por exemplo, a posse de casca espessa (que atrasa e diminui o pico de temperatura no câmbio) é de reduzida valia se o fogo for suficientemente intenso para danificar irremediavelmente a copa da árvore” (Fernandes et al., 2005, p.235).

Perante o fogo, nas espécies do género *Pinus* ocorre a abertura das pinhas por acção do calor (bradisporia ou deiscência térmica), provocando a dispersão das sementes. Esta estratégia é particularmente importante se a mortalidade das árvores for generalizada,

³⁸ Fonte: Bárbara Franco. (22-08-2018)

o intervalo de retorno do fogo impeça a reprodução a partir de plantas que se estabeleçam entre fogos e a dimensão do fogo seja tal que não haja colonização significativa de áreas adjacentes não ardidas. O grau de bradisporia depende da posição das pinhas na árvore e da idade das árvores. (Fernandes et al., 2005)

A abertura das pinhas inicia-se quando sujeitas a temperaturas próximas dos 50°C, mas a sua germinação não é estimulada pelo calor e a probabilidade de germinação diminui em sementes directamente sujeitas a temperaturas acima de 130°C; é natural que a regeneração pós incêndio do pinheiro bravo seja melhor sucedida se não houver combustão da copa. “O resultado da regeneração pós fogo é bastante variável” e é “comparativamente menor em fogos mais severos” (Fernandes et al., 2005, p. 240).

Por não dispor de propriedades de resiliência, o pinheiro bravo dará progressivamente lugar a quercíneas ou matagais após uma sucessão de incêndios extensos e severos. (...) A *Pinus pinaster* tenderá a desaparecer onde a frequência de fogos de severidade elevada for incompatível com a sua reprodução, especialmente em regiões afectadas por incêndios de grande dimensão. (Fernandes et al., 2005, pp. 243 – 244)

8.3.2. Efeitos do fogo no solo, regime hidrológico, flora e fauna

Segundo Neary et al., 1999, citado por Moreira et al., 2010, “os fogos produzem todo um espectro de impactos mais ou menos severos sobre o solo, que dependem de múltiplos factores, incluindo: o regime de fogo, a meteorologia, a vegetação, o tipo de solo e o relevo”(Moreira et al., 2010, p. 22).

Numa primeira abordagem podemos verificar a ocorrência de efeitos directos sobre o solo, “essencialmente derivados da acção do calor sobre a sua componente orgânica”, e de efeitos indirectos, “derivados do desaparecimento da protecção proporcionada pelo coberto vegetal e pela folhada”, sistematizando-se da seguinte forma:

- ◇ Efeitos directos: consistem na mineralização da matéria orgânica no solo, que fica mais disponível para exportação pelos processos hidrológicos e erosivos;

- ◇ Efeitos indirectos: o desaparecimento do coberto vegetal e da folhada que tornam a camada de solo mais susceptível à erosão e a uma alteração notável do regime hidrológico. (Moreira et al., 2010, p. 22)

No entanto, as perdas de nutrientes nos ecossistemas não ocorrem apenas devido aos processos de escorrência e de escoamento superficial após um incêndio florestal, contribuindo os processos de volatilização também de forma relevante. “A perda de nutrientes para a atmosfera por esta via, depende da temperatura atingida pela combustão” (Moreira et al., p. 26).

Vários são os processos que intervêm no solo após um incêndio florestal:

Outro efeito dos incêndios florestais sobre os solos, com relevância para os processos hidrológicos e de degradação é o aparecimento ou fortalecimento da repelência dos solos à água. Este processo tem sido encontrado em locais queimados por incêndios florestais de elevada intensidade, bem como sob alguns tipos de manta morta (...). Quanto mais intenso for o incêndio, mais profundamente se forma a camada hidrófoba e maior a quantidade de material desagregado hidrófilo entre a superfície do solo e a camada hidrófoba. Esse material é extremamente erodível e grande parte é perdido nos primeiros 4 meses após o incêndio. (DeBano, 1981; Ferreira et al., 2000; Coelho et al., 2004, citados em Moreira et al., 2010, pp. 28 – 30)

Quando a vegetação e a manta morta são consumidas pelo incêndio, o resultado é o aumento dos níveis de escorrência e consequentes cheias com consequências potencialmente catastróficas:

“Para além de aumentar drasticamente a energia do impacto das gotas da chuva sobre o solo, a perda de vegetação e da manta morta na sequência de um incêndio reduz ainda mais a capacidade de retenção e armazenamento da água bem como a resistência aos fluxos de água nas vertentes, também em resultado da perda de matéria orgânica do solo. Os picos de cheia acontecem mais rapidamente e com magnitudes superiores, quando comparados com as respostas em bacias hidrográficas com vegetação. O fogo também poderá consumir uma parte dos sistemas radiculares, contribuindo para a perda de coesão do solo. São muitos os casos de picos de cheia de dimensões muito superiores ao normal, que ocorrem em áreas recentemente queimadas. Em alguns casos registaram-se mortes de pessoas e

importantes perdas de bens em pequenas bacias hidrográficas”.
(Moreira et al., pp. 31 – 32)

Ainda segundo Llor et al., 2004, citado em Moreira et al., 2010, “a mortalidade vegetal após um fogo pode ser diminuída, devido aos mecanismos de resistência ou compensada pela germinação de sementes pouco depois do fogo”(Moreira et al., p. 61).

Existem apenas duas possibilidades de regeneração das plantas após o fogo:

- ◇ Regeneração Vegetativa: exprime-se através da emissão de rebentos, “é a forma através da qual muitas plantas perenes sobrevivem e recuperam após o fogo, refazendo a sua componente aérea” (Moreira et al., p. 62). Quase todas as árvores, exceptuando dos pinheiros, apresentam esta técnica de regeneração, principalmente espécies dos géneros *Quercus*, *Ilex*, *Ulmus*, *Fraxinus*, *Olea*, *Acer* e *Prunus* (entre outras). Relativamente ao estrato arbustivo, esta estratégia prevalece nos géneros *Cytisus* e *Genista*, está representada nalguns tojos e zimbros (*Juniperus oxycedrus*) sendo também relevante noutras plantas lenhosas ou sub-lenhosas (*Hedera*, *Rubus*, por exemplo). Em contrapartida, a regeneração vegetativa é rara nas Cistáceas e Lamiáceas com as do género *Cistus*, *Rosmarinus* e *Lavandula*, bastante presentes na área de intervenção. (Moreira et al., 2010)
- ◇ Regeneração Seminal: “Independentemente da capacidade de cada espécie para regenerar vegetativamente, a grande maioria das espécies de plantas vasculares têm a capacidade de produzir sementes” (Moreira et al., 2010, p. 66). A deiscência das sementes é um exemplo deste tipo de regeneração comum a várias espécies do género *Pinus*:

O pinheiro-bravo é referido como uma espécie que consegue manter um banco de sementes na copa através da produção de pinhas serôdias, uma designação também referida como bradisporia por alguns autores. As pinhas abrem entre dois a três dias após o incêndio, o que permite à semente (penisco), provida de uma asa de grandes dimensões, percorrer distâncias consideráveis na horizontal até cair sobre o manto já arrefecido de cinzas, onde tem a possibilidade de germinar. Algumas das pinhas podem permanecer durante 40 anos na árvore «à espera» do próximo fogo, e o penisco pode manter-se viável durante 30 anos. (Moreira et al., 2010, p. 68)

Ainda assim, como afirma Moreira et al., 2010, em fogos pouco intensos podem ser possíveis baixos valores de mortalidade da vegetação no estrato arbóreo, verificando-se apenas mortalidade na vegetação do sub-coberto. Em fogos de copas de elevada intensidade, pode ocorrer uma alteração completa ao nível da comunidade de plantas, podendo verificar-se a substituição do tipo de floresta. Em Portugal, exemplos disso são o caso do sobreiro e do pinheiro-bravo, ambos apontados como exemplos, por serem capazes de sobreviver a elevadas temperaturas e, no caso do pinheiro-bravo, devido à facilidade de colonização de áreas queimadas através da dispersão de sementes e, apesar disso, “em regimes de fogo que combinam simultaneamente uma elevada intensidade (...), e uma elevada frequência de origem antropogénica, o pinheiro-bravo perde a sua competitividade (...) o que pode ditar o seu desaparecimento do processo de sucessão ecológica” (Moreira et al., 2010, p. 75).

Ao nível da fauna, pode afirmar-se que:

Os efeitos do fogo na fauna (a curto-prazo) fazem-se sentir de forma directa e imediata e são observados ao nível do indivíduo. O efeito mais importante de curto-prazo é a mortalidade. Para além desta, o fogo pode também provocar ferimentos ou levar os animais a efectuar movimentações, que podem variar de simples fugas às chamas, até movimentos de emigração ou imigração de maior amplitude. (...) Os efeitos do fogo na fauna a médio/ longos prazos fazem-se sentir de forma indirecta, através de alterações na vegetação, nomeadamente na sua composição específica, produtividade e estrutura, que por sua vez afectam, de forma positiva ou negativa, a disponibilidade de alimento e o habitat ou micro-habitat das espécies presentes (e.g. qualidade de refúgios ou de locais de nidificação). (...)O fogo controlado pode constituir uma importante ferramenta de gestão do habitat para a fauna, quer a nível local, quer à escala da paisagem – contribuindo para a criação/ manutenção de diversidade da paisagem (mosaico paisagístico) e consequentemente para a diversidade faunística. (...) Por último, de referir que a aplicação desta técnica pode ser ainda integrada localmente com objectivos de gestão de combustíveis ao nível da paisagem, por exemplo combinada com o pastoreio, contribuindo assim para a redução do risco de grandes incêndios. (Moreira et al., 2010, pp. 92 – 117)

8.3.3. A gestão pós – fogo

8.3.3.1. Funções da floresta portuguesa

A estratégia tradicional de restauro de áreas degradadas na região mediterrânica, durante muito tempo, foi baseada na florestação com coníferas, havendo inúmeros programas e incentivos financeiros a esta prática, em Portugal e Espanha, desde meados do séc. XX. Estas arborizações, para além de providenciarem emprego nas áreas rurais, visavam sobretudo aumentar a produtividade florestal, mas também proteger os recursos hídricos e fixar dunas. Inerente a esta estratégia estava também o conceito de que a estratégia de restauro de áreas degradadas passava pela introdução de uma espécie pioneira de crescimento rápido – uma resinosa – que facilitaria a introdução posterior de folhosas, mais características de fases avançadas da sucessão ecológica. Esta abordagem tradicional acabou por ter uma eficácia bastante pobre, devido ao regime de perturbação que uma maior frequência de incêndios impôs, bem como à excessiva simplificação na previsão das trajectórias de sucessão ecológica esperadas e na falta de capacidade técnica e financeira de as concretizar no terreno. (Moreira et al., 2010, p. 122)

De acordo com Moreira et al., 2010, atualmente, as possibilidades de gestão de uma área ardida e as técnicas silvícolas disponíveis para o gestor florestal são muitas mais, factor que obriga a reconsiderar as práticas históricas anteriormente instruídas aos técnicos florestais, levantando questões como “O que fazer a seguir a um incêndio?”. De acordo com os autores, “a resposta a estas questões depende de duas variáveis fundamentais: a nossa capacidade de prever a resposta dos ecossistemas afectados pelos incêndios e os objectivos de gestão definidos para a área ardida” (Moreira et al., 2010, p. 123).

O segundo aspecto é fulcral, porque dele dependem as acções de intervenção que o gestor considerará aplicar. A complexidade aumenta quando também os objectivos de gestão para uma área ardida, por sua vez, são tão diversos quando as condições e situações. De forma a simplificar, podemos distinguir os objectivos em “tradicionais” (como a regulação hidrológica, o aumento da produtividade florestal e melhoria da economia das populações rurais) e os “novos” objectivos (como o “combate à desertificação, o aumento da biodiversidade, a minimização do impacto das alterações climáticas, a fixação de carbono, a prevenção de incêndios ou o uso multifuncional da

floresta”(Moreira et al., 2010, p. 123)). Com a evolução da percepção do sistema florestal, os objectivos mais relacionados com a produtividade foram perdendo o relevo de outros dias, “sobretudo em regiões secas e com baixa produtividade madeireira” (Moreira et al., 2010, p. 123). Para os mesmos autores, é possível definir as funções dominantes da floresta portuguesa de acordo com o descrito na tabela seguinte:

Produção	Protecção	Conservação	Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores	Recreio, Enquadramento e Estética da Paisagem
Madeira	Da rede hidrográfica	Da diversidade biológica e genética	Suporte à caça e conservação de espécies cinegéticas	Enquadramento de aglomerados urbanos, monumentos e equipamentos turísticos
Frutos e sementes	Contra a erosão eólica	De geomonumentos	Suporte à pastorícia e apicultura	Conservação de paisagens notáveis
Biomassa para energia	Contra a erosão hídrica e cheias	Espécies de fauna e flora	Suporte à pesca nas águas interiores	Enquadramento de infraestruturas
Cortiça	Recuperação de solos degradados	Habitats protegidos		
Resinas	Contra incêndios			
Cogumelos				

Tabela 3 - Funções da floresta portuguesa.³⁹

8.3.3.2. Conceitos de restauro ecológico

Restauro

Visa a reconstrução do sistema original anterior à perturbação. Podemos também designá-la como processo de assistência à recuperação de ecossistemas degradados. A dificuldade óbvia desta abordagem consiste em conhecer com exactidão a situação ecológica anterior à perturbação, especialmente na bacia do mediterrâneo onde os ecossistemas sofreram transformações profundas durante séculos. Na prática, a caracterização do ecossistema original é feita a partir de ecossistemas de referência que subsistem em pequenas áreas não perturbadas (Moreira et al., 2010, p. 127).

³⁹ Fonte: Moreira et al., 2010, p. 124

Na freguesia de Cortes do Meio, as áreas de referência não perturbadas são constituídas pela mancha de azinhal e pelo aglomerado de indivíduos de *Ilex aquifolium* junto à ribeira.

Também segundo Moreira et al., 2010, “as estratégias de restauro de ecossistemas têm como princípio genérico imitar a natureza e acelerar a sucessão ecológica, apoiando a regeneração através de uma sequência de etapas” (Moreira et al., 2010, p. 126), permitindo manter a degradação do ecossistema, enquanto promove a regeneração, considerando a estrutura e funções do mesmo. “Restauro ecológico é o processo de auxílio à recuperação de ecossistemas que se encontram perturbados, deteriorados ou destruídos” (Moreira et al., 2010, p. 126).

São vários os tipos de restauro possíveis:

- ◇ Restauro ativo: intervenção mais exigente onde se recorre a sementeiras ou plantações;

Inconvenientes: necessidade de preparação do local, utilização de equipamento pesado, aquisição e transporte de plantas ou sementes de viveiros, fertilização, protectores individuais e muitos recursos humanos.
(Moreira et al., 2010)

- ◇ Restauro passivo: intervenção que se baseia em aproveitar a ocorrência de regeneração natural e consiste em proteger as áreas em regeneração de outras perturbações, permitindo o desenvolvimento da vegetação através de processos sucessionais naturais, sendo por isso menos dispendiosa que a anterior;

Vantagens: não necessita de preparação do solo nem de equipamento pesado (mobilização e riscos de erosão do solo menores que em restauro activo);

Inconvenientes: pode implicar a realização de intervenções de restauro assistido, efectuado desbastes, tomando medidas para evitar a presença de animais herbívoros e necessidade de controlo de vegetação não desejada.

(Moreira et al., 2010)

- ◇ **Restauro de emergência:** “justifica-se quando existe um risco muito elevado de erosão do solo” (áreas com declives acentuados, associados a tipos de solo bastante erosionáveis) em consonância com uma baixa capacidade de rápida regeneração vegetal. Consiste em aplicar sementeiras, camadas de mulching ou estruturas de obstrução com o objectivo de reter a matéria orgânica, nutrientes e propágulos diminuindo, simultaneamente, a velocidade de escorrência da água. (Moreira et al., 2010)

As acções de restauro são necessárias quando a regeneração natural é incerta ou demasiado lenta para os objectivos pretendidos e, particularmente, quando há necessidade de evitar a progressão da degradação ou o risco de desastres. Há no entanto situações em que o nível de degradação é de tal forma avançado que o ecossistema não consegue regenerar sem uma intervenção mais activa. (Moreira et al., 2010, p. 129)

Só depois de compreender de que forma o sistema está a regenerar é que é possível definir quais as opções de restauro mais preementes, situação que só ocorre cerca de 1 a 2 anos após o incêndio.

Reabilitação

“Em alternativa ao restauro, é mais frequente pôr em prática acções de reabilitação que procuram alcançar um funcionamento ecológico semelhante ao do ecossistema pré-perturbação. A plantação de pinheiros em zonas cuja espécie nativa é a azinheira constitui um exemplo de reabilitação.” (Moreira et al., 2010, p. 127)

Substituição

“Neste caso o objectivo é construir um novo ecossistema, frequentemente mais simples que o original e por vezes mais produtivo, como o caso da substituição de charnecas por pastos agrícolas mais produtivos com baixa biodiversidade, por exóticas de crescimento rápido ou por outra espécie florestal” (Moreira et al., 2010, p. 127)



Figura 33 - Quadro demonstrativo da evolução dos conceitos de restauro, reabilitação e substituição.⁴⁰

É da maior importância compreender de que forma a recuperação natural se está a processar após o incêndio, assim como ter bem definidos quais os princípios pelos quais se quer guiar a gestão do povoamento florestal para determinar qual a estratégia (ou combinação de estratégias) a adoptar para promover uma recuperação mais eficaz do sistema.

8.3.3.3. Planeamento da gestão florestal pós-incêndio

Segundo Moreira et al., 2010, é importante seguir as seguintes fases de gestão e planeamento em caso de incêndio:

Identificação de áreas vulneráveis

Deve ser feita ainda antes do incêndio, por parte do gestor florestal (no caso da freguesia de Cortes do Meio, seria o Baldio⁴¹ das Cortes do Meio em coordenação com os proprietários de áreas privadas, o responsável) e são consideradas áreas vulneráveis as que combinam uma baixa capacidade de regeneração da vegetação (potencial de autosucessão – capacidade de regeneração – em associação à taxa de regeneração – velocidade) com o risco de degradação ambiental (risco de erosão + intensidade do período seco na região). Esta informação é a base para a identificação das áreas

⁴⁰Fonte: Moreira et al., 2010, p. 126

⁴¹ À data de elaboração deste documento ocorreu uma alteração significativa na comissão gestora dos Baldios, tendo a Assembleia de Compartes reunido a 5 de dezembro de 2018, reivindicando a restituição da gestão dos Baldios de Cortes do Meio à Junta de Freguesia de Cortes do Meio, que assumiu a gestão do Baldio no dia 12 de janeiro de 2019.

prioritárias para intervenção de emergência e recuperação a longo prazo. Mais tarde, associando esta base às áreas percorridas por um regime de fogo mais severo, é possível definir com precisão as áreas com maior urgência de intervenção.

*Avaliação de impactos *in situ**

Após o fogo, num espaço de duas semanas, deve ser conduzido um relatório com dados sobre a localização e limites da área ardida, geologia, climatologia, condições meteorológicas durante o incêndio, ocorrência de fogos anteriores na mesma zona, tipos de vegetação afectada, descrição genérica dos níveis de severidade, identificação das áreas biologicamente sensíveis, ocorrência de infraestruturas assim como uma breve descrição da resposta esperada de diferentes tipos de vegetação e do risco de erosão.

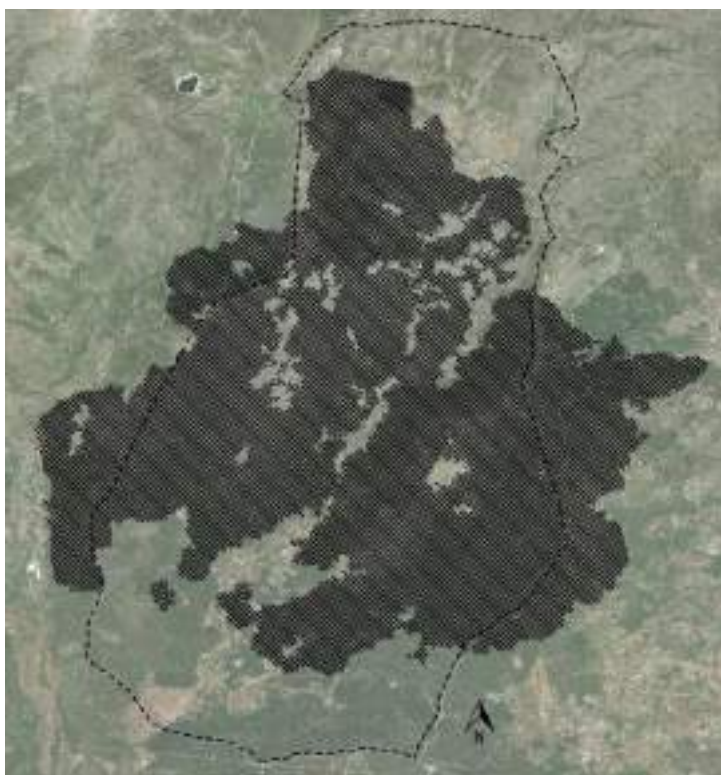


Figura 34 - Área ardida no incêndio de 20 de agosto de 2017 aplicada à área da freguesia.⁴²

⁴² Fonte: ICNF (I. P.)

Intervenção de emergência

estas intervenções, quando necessárias, devem ser efectuadas no prazo máximo de poucos meses após o incêndio, com o objectivo de minimizar os potenciais impactos negativos do fogo, em particular prevenir os processos de degradação, particularmente do solo e da qualidade da água, e prevenir riscos sanitários (pragas e doenças). (...) Frequentemente, as intervenções de emergência deveriam começar ainda na fase de combate ao incêndio, ao definir estratégias de protecção da rede hidrográfica, infraestruturas e habitats com interesse de conservação mais sensíveis. (Moreira et al., 2010, pp. 135 – 136)

No caso do incêndio na freguesia de Cortes do Meio, o ICNF, I.P. redigiu uma *“Ficha de identificação das necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio”* que descreve o incêndio em área, localização e data de ocorrência, as áreas de intervenção e os tipos de intervenção necessários (recuperação de infraestruturas afectadas; controlo da erosão, tratamento e protecção de encostas; prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação das linhas de água; diminuição da perda de biodiversidade) e calculou o valor monetário máximo para a aplicação das intervenções referidas em 247.750,00€. A quando da redacção deste relatório (passado mais de um ano do incêndio), nenhuma das acções de emergência descritas havia sido realizada.

Parte das recomendações do I.C.N.F., I.P. para a gestão pós-fogo passa por que se retire o material lenhoso ardido até à primavera seguinte. Este processo dá pelo nome de *“Alienação do Material Lenhoso”* e deve acontecer acompanhado de um Manifesto Florestal que especifica o que se vai cortar e para onde o material vai ser transportado.



Figura 35 - Povoamento de *Pinus pinaster* ardido, um ano decorrido após incêndio de agosto de 2018.⁴³

Fase Intermédia - nos dois anos que seguem o incêndio as intervenções passam por: avaliar os danos; monitorizar a reacção dos ecossistemas; controlo fitossanitário, acções de recuperação biofísica; reflorestação de zonas mais sensíveis.



Figura 36 - Povoamento de *Pinus pinaster* após limpeza do estrato arbustivo de acordo com as leis em vigor.⁴⁴

⁴³ Fonte: Bárbara Franco. (22-08-2018)

⁴⁴ Fonte: Bárbara Franco. (22-08-2018)



Figura 37 - Terreno após remoção do material lenhoso ardido para alienação por motivos fitossanitários.⁴⁵

“Neste contexto, devem ser programadas e implementadas acções de gestão que permitam o aumento das espécies desejáveis (nomeadamente folhosas) e impeçam a dominância das espécies indesejáveis (invasoras, ou regeneração excessiva de espécies nativas, em particular em pinhais).” (Moreira et al., 2010, p. 136)

Fase de recuperação a longo prazo

Na terceira fase são planeados e implementados os projectos definitivos de recuperação/ reflorestação, ou outras acções, em função dos objectivos definidos par a área ardida, normalmente a partir dos três anos após a passagem do fogo. Exemplos incluem desbastes para controlar a regeneração ou acções para minimizar a invasão por espécies exóticas. É também nesta fase que se deverá programar o planeamento à escala da paisagem, de forma a reduzir a combustibilidade e aumentar a sua resistência à propagação do fogo. Este planeamento pode implicar a promoção de políticas económicas, agrícolas, ou florestais, à escala local ou regional, com vista à prossecução dos objectivos pretendidos.

(Moreira et al., 2010, pp. 136 – 137)

É, portanto, para este horizonte temporal que este documento se orienta. Só depois de uma percepção da resposta do território ao incêndio de agosto de 2017 será possível efectuar intervenções mais concretas, quer à escala da paisagem quer à escala local.

⁴⁵ Fonte: Bárbara Franco (22-08-2018)

Monitorização

Neste contexto, é importante aprender com os sucessos e fracassos, pelo que o acompanhamento e avaliação científicos das acções de restauro pode ser muito importante para que o nível de conhecimento vá aumentando. Para além disso, o grau de incerteza no sucesso das acções aconselha a que sejam seguidos princípios de gestão adaptativa, nos quais seja possível rectificar e reorientar as acções tomadas em função dos seus resultados. Uma vez mais, a monitorização científica é crucial, desde o controlo da qualidade das medidas implementadas até à validação da sua eficácia. Os custos económicos deste acompanhamento deveriam ser uma parte integrante de todas as acções de restauro. (Vallejo et al., 2009, como citado em Moreira et al., 2010, p. 137)

Ainda sobre a gestão das áreas ardidas, um dos aspectos de maior importância é a gestão dos combustíveis, para a minimizar o impacto do incêndio e controlar a relação da floresta com o edificado e com as áreas agrícolas.

Em Moreira et al., 2010 encontramos indicações para a definição de três estratégias possíveis para a gestão de combustíveis, que em relação com os contextos biofísico e socioeconómico determinam a estratégia a adoptar (que pode ser constituída por uma estratégia dominante e/ ou um balanço de estratégias). As estratégias são as seguintes:

- ◇ Redução de Combustíveis, ou a sua modificação estrutural , que se consegue removendo-o através de, entre outras técnicas, fogo controlado e pastoreio dirigido;
- ◇ Conversão ou alteração da composição do coberto florestal e uso do solo: o critério para a substituição pode e deve incluir a resiliência da formação vegetal à passagem do fogo;

Isolamento ou interrupção da continuidade da vegetação, compartimentando o espaço florestal com o objectivo de confinar os incêndios, materializando-se através da instalação de faixas de largura variável, nas quais se exclui, modifica estruturalmente ou converte a vegetação e são mais conhecidas como «Faixas de Gestão de Combustível», que, em rede, integram as diversas estratégias de Defesa da Floresta Contra Incêndios através da rede primária (de nível sub-regional), rede secundária (de nível municipal ou local) e rede terciária (de nível local e apoiada das estruturas lineares existentes).



Figura 38 - Helicóptero da Protecção Civil estacionado no heliporto de Cortes do Meio, pronto para responder de imediato em caso de incêndio.⁴⁶

8.3.3.4. A extracção da madeira queimada

“Após um incêndio, a decisão de retirar ou não as árvores afectadas deve depender de diferentes factores: o nível de severidade do fogo e a mortalidade provocada nas árvores” (Moreira et al., 2010, p. 192). Apesar disso, há outros factores que terão influencia na decisão de remover ou não o material lenhoso ardido, como o risco de erosão do solo, ou o desejo da promoção da biodiversidade associada à madeira morta. Não obstante, a remoção dos troncos queimados após os incêndios florestais é uma prática bastante comum que responde a necessidades económicas, fitossanitárias, de gestão florestal pós incêndio – no âmbito da facilitação dos trabalhos - e também, a razões estéticas, de acordo com Mcivere Starr, 2000 & Beschta et al., 2004, citados por Moreira et al., 2010.

⁴⁶ Fonte: Bárbara Franco.



Figura 39 – Povoamento de *Pinus pinaster* ardido na encosta Oeste do Vale das Cortes.⁴⁷

Para melhor compreender os impactos da extração da madeira queimada, sabemos que:

Os efeitos ambientais da extração de árvores após um incêndio dependem das características dos povoamentos afectados, da severidade do fogo, do declive, do tipo de solo, das condições meteorológicas pós-incêndio, e da técnica de extração utilizada, bem como do momento da sua execução. (...) Nas florestas portuguesas, e principalmente nos pinhais, uma prática comum nas últimas décadas consistiu em extrair o mais rapidamente possíveis troncos queimados com o objectivo de minimizar a potencial perda de valor económico da madeira e dos ataques a escoltídeos. (Moreira et al., 2010, p. 192)



Figura 40 - Material lenhoso preparado para transporte e venda após corte.⁴⁸

⁴⁷ Fonte: Bárbara Franco. (10-09-2018)

⁴⁸ Fonte: Bárbara Franco. (22-08-2018)

“A facilitação dos futuros trabalhos de gestão ou recuperação da floresta, a redução da carga de combustível para futuros incêndios ou a prevenção da propagação de pragas de insectos perfuradores da madeira” são os principais argumentos apontados a favor deste procedimento. Não obstante, no caso da freguesia de Cortes do Meio, devido à extensão do incêndio e ao elevado risco de incêndio, teria sido mais prudente acautelar as questões de perda de solo através da erosão, não retirando a totalidade da madeira no espaço de poucos meses, deixando o solo completamente desprotegido.

Ainda que não se possa descartar que em algumas condições particulares a extracção da madeira queimada possa ter um efeito positivo sobre o ecossistema, o balanço das consequências ecológicas deste tipo de actividades parece oscilar entre a neutralidade e o prejuízo. Logo, a recomendação genérica é a da precaução. Em geral, a curto e médio prazo e para as condições habituais em que se aplica esta medida nas florestas mediterrânicas, a extracção da madeira queimada não parece modificar significativamente a recuperação pós fogo do coberto vegetal ou a regeneração dos pinhais, nem afecta o desenvolvimento das plântulas de pinheiro num ou noutro sentido. Nos casos em que a extracção de madeira se realize com uma forte participação de maquinaria e sobre ecossistemas menos resilientes, os efeitos negativos podem ganhar peso no balanço ecológico. (...) Os escoltídeos perfuradores parecem mostrar uma clara preferência por árvores afectadas de forma moderadamente severa pelo fogo. A confirmar-se este padrão, a eficácia da extracção de madeira queimada como medida preventiva contra a colonização por escoltídeos limitar-se-á, por isso, às árvores afectadas parcialmente, e a um período não superior ao primeiro ano após o incêndio, uma vez que passado este período os tecidos das árvores mortas estão demasiado degradadas para permitir o desenvolvimento das espécies de escoltídeos consideradas problemáticas. (...) Uma solução prometedora é a transformação dos resíduos em estilha e a sua distribuição pela superfície do solos. Deste modo, ao mesmo tempo que se aplica uma medida de conservação de solos, grande parte da matéria orgânica fica na floresta. Fica ainda a registar a tão necessária continuidade e acréscimo de investigação científica sobre este tema. (Moreira et al., 2010, p. 205)

Na freguesia de Cortes do Meio, maior parte da área ardida coincide com a área gerida pelos Baldios. Depois do fogo de agosto de 2017, a decisão tomada passou pela extracção completa de todo o material lenhoso ardido com recurso a maquinaria pesada. Este processo deixou completamente desprovidas de vegetação encostas inteiras do Vale das Cortes.

Prós	Contras
Evitar pragas (escoltídeos)	Aumento da erosão e compactação do solo provocada pela maquinaria e arraste de troncos
Melhorar a germinação dos pinheiros (se a extracção for imediata)	Impacte negativo na biodiversidade e fauna florestal
Aproveitar o potencial valor económico da madeira queimada	Impacte negativo na regeneração natural do povoamento
Reduzir o impacto visual	Impacte negativo na regeneração natural da vegetação
Reduzir o risco de acidentes provocados por quedas de árvores	Perda da matéria orgânica no sistema, que pode afectar negativamente a reciclagem de nutrientes
Redução da carga de combustível que diminui o risco de futuros incêndios	

Tabela 4 - Prós e Contras do Corte e extracção da madeira queimada.⁴⁹

8.3.4. Combate e Prevenção

Parte da relação que a freguesia tem com os incêndios florestais prende-se com a gestão que é feita na prevenção e combate ao incêndio.

Não é possível, aquando da ignição, prever a dimensão que o fogo pode alcançar, mas através do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – de carácter obrigatório⁵⁰ - é possível fazer um estudo do comportamento expectável do fogo perante as condições base que cada uma das freguesias do Concelho oferece e a partir daí definir uma estratégia de intervenção que proponha um conjunto de medidas e acções de curto, médio e longo prazo, no âmbito da prevenção e do combate, para a defesa da floresta contra incêndios florestais.

No caso do Município da Covilhã, o PMDFCI está activo e diz respeito ao período 2016 – 2020. Organiza-se em dois Cadernos: Caderno I – Diagnóstico e Caderno II – Plano de

⁴⁹ Adaptado de Moreira et al., 2010, p. 194

⁵⁰ Decreto – Lei nº 156/2004, Art.º 8º

Acção. Segundo o Diagnóstico realizado, para a Freguesia de Cortes do Meio, a tipologia dos povoamentos florestais apresenta a seguinte estrutura:

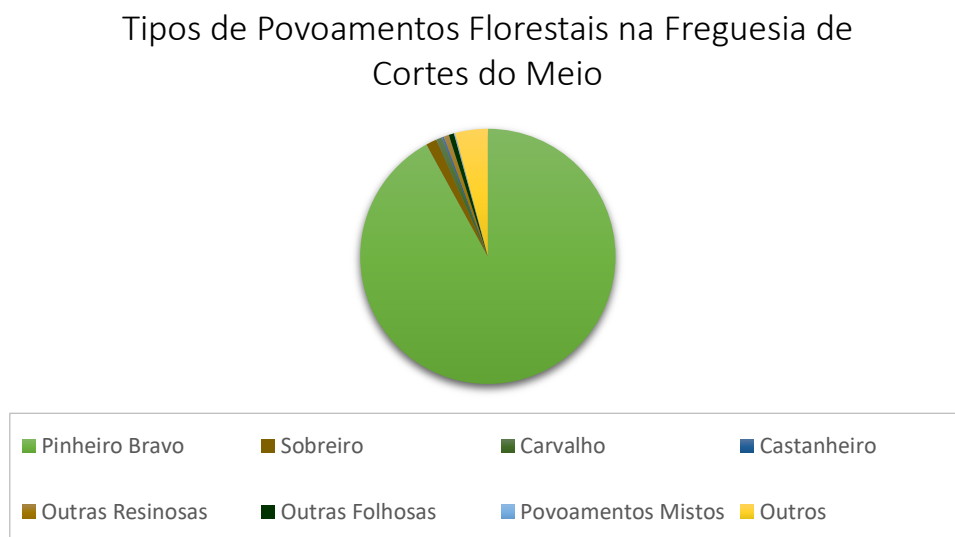


Figura 41 - Tipos de Povovamentos Florestais na Freguesia de Cortes do Meio.⁵¹

Enquanto o Caderno I nos permite uma abordagem analítica às características da freguesia, o Caderno II pretende desenvolver e identificar eixos estratégicos e medidas para uma efectiva concretização da defesa do território contra os incêndios florestais. Assim, são cinco os eixos estratégicos:

- I. Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
- II. Redução da incidência dos incêndios
- III. Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios
- IV. Recuperar e reabilitar os ecossistemas
- V. Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

De acordo com o PMDFC, na freguesia de Cortes do Meio, desde 2010, houve a registar a ocorrência de quatro focos de ignição de incêndio, sendo que em 2010 ocorreu uma ignição provocada por negligência, em 2011 e 2012, as restantes ignições são de origem desconhecida.

⁵¹Câmara Municipal da Covilhã, 2016.

III – PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA

9. Análise SWOT da área de intervenção

(Recomenda-se a consulta do Anexo VII)

A execução de uma análise S.W.O.T (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) é da maior importância num território tão sensível e tão dinâmico. Neste documento far-se-á referência a esses termos na sua tradução portuguesa: Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças. Pretende-se com esta análise complementar e fundamentar a estratégia de desenvolvimento para a freguesia.

“Forças” - São os elementos e características existentes na freguesia que lhe atribuem valor; “Pontos Fracos” - São as características do território que não permitem o seu desenvolvimento ou o prejudicam directamente; “Oportunidades” - São as situações para que o território pode tender em caso de boas práticas e boa gestão, contrariando os seus pontos fracos e valorizando os seus pontos fortes; “Ameaças” - São as circunstâncias e situações que colocam em risco o desenvolvimento do território.

Para a freguesia de Cortes do Meio, a análise SWOT é a que está representada na tabela 7, na página seguinte.

Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Dinamismo Associativo	Ausência de Cadastro de propriedade	Potencial Turístico anual (inverno – neve/ verão – ribeira – ver Fig. 36 e 38)	Desordenamento do Território
Extensão do Território	Perda populacional	Desenvolvimento Sustentável	Degradação dos sistemas
Importância ecológica da Ribeira das Cortes (Fig. 33)	Isolamento dos agregados populacionais	Nova estrutura económica com base na floresta	Perda de Biodiversidade
Importância estética da Ribeira das Cortes (Fig. 33)	Incêndios Florestais recorrentes	Novas fontes de rendimento (castanha, madeira, mel, queijo, cosmética – Fig. 39)	Perda continuada de população
Importância cultural da Ribeira das Cortes (Fig. 33)	Degradação dos sistemas (fluvial, vias, etc...)	Criação de emprego	Continuação da ocorrência de incêndios florestais
Recreio e Lazer na Ribeira das Cortes	Monocultura de pinheiro bravo		
Diversidade de Ambiências (Fig. 34 e Fig. 35)	Ignorância Ambiental da população		
Riqueza Cultural (Tradições, Gastronomia, etc.)	Má gestão do território		
Saber tradicional	Ausência de cooperação entre entidades		
Presença de neve nas zonas mais altas			

Tabela 5 - Análise SWOT da freguesia de Cortes do Meio.

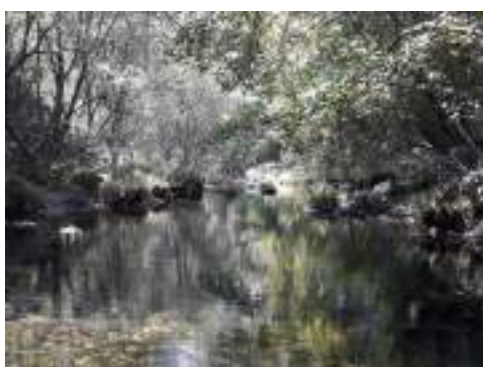


Figura 42 - Ribeira de Cortes do Meio. Fonte: Bárbara Franco.



Figura 43 - Campo agrícola em pousio na localidade de Ourondinho. Fonte: Bárbara Franco



Figura 44 - Planalto superior da Serra da Estrela; Penhas da Saúde vistas do ponto de referência "Varanda dos Pastores". Fonte: Bárbara Franco.



Figura 45 - Fotografia panorâmica da vista conseguida a partir do ponto de referência "Varanda dos Pastores". Fonte: Bárbara Franco.



Figura 46 - Moinho do Farinha, Cortes de Baixo. Fonte: Bárbara Franco.



Figura 47 - *Castanea sativa* na localidade do Ourondinho. Fonte: Bárbara Franco.



**Figura 48 - Ao fundo: área não ardida; em primeiro plano: terreno pré alienação do material lenhoso ardido e terreno pós alienação do material lenhoso ardido.
Fonte: Bárbara Franco. (22-08-2018)**

Esta posição passa por retirar de cada período da história aquilo que ele melhor tem para nos dar e enriquecê-lo com as lições tiradas dos erros cometidos, em vez de invalidar as experiências anteriores, enveredando pela ignorância e facilidade

Manuela Raposo Magalhães

In Arquitetura Paisagista – Morfologia e Complexidade, 2001

10. Proposta de Recuperação e Desenvolvimento

10.1. Contributo da Arquitetura Paisagista para o Ordenamento da Paisagem

Trata este capítulo de esclarecer de que forma é que as intervenções da Arquitetura Paisagista contribuem para um correto Ordenamento da Paisagem e como é que estas potenciam o desenvolvimento dos territórios.

É importante começar por distinguir paisagem de território e, como já foi referido por Manuela Raposo Magalhães, “actualmente, verifica-se uma certa confusão entre o conceito de paisagem e território, o que gera alguns equívocos no campo de intervenção dos recentes engenheiros do território e dos Arquitetos Paisagistas. O Território começou por ter um conteúdo estritamente físico e administrativo (...), é a componente física da paisagem que não abrange a sua forma. Na prática, no nosso país, também não abrange os pressupostos ecológicos” (Magalhães, 2001, p. 53).

A mesma autora, ajuda a esclarecer o objecto de estudo da Arquitetura Paisagista, a paisagem, definindo-a como “todo o espaço sem tecto” (Magalhães, 2001, p. 50) , ou “uma realidade ecológica, corporizada fisicamente num espaço que se poderia chamar natural (...), no qual se inscrevem os elementos e as estruturas construídas pelos homens, com determinada cultura” (Magalhães, 2001, p. 50).

Fernando Pessoa refere num texto intitulado *Desenvolvimento e Conservação da Natureza – Um Conflito Insustentável?* de setembro de 1980 na Assembleia Geral da Federação Europeia de Parques Nacionais e Naturais realizada no Parque Nacional de Circeo:

Para construir o Ambiente e para oferecer qualidade de vida, é preciso ordenar o território; e nesse ordenamento do território tem que estar presente, de forma impressiva, a Natureza, com toda a influência vivificadora dos seus elementos. A Conservação da Natureza insere-se hoje, com uma presença dinâmica, na ótica do ordenamento do território, com vista a um mais racional uso do solo. Conflito insustentável? Conflito talvez, mas também condição indispensável à reorganização da vida dos povos, sobretudo daqueles que (...) têm hoje de reencontrar um novo padrão de qualidade de vida assente nos seus recursos naturais, garantindo a perenidade do fundo de fertilidade de cada território.

O mesmo autor acrescenta ainda uma definição de desenvolvimento muito pertinente para o que se pretende demonstrar neste capítulo, defendendo o desenvolvimento como o aproveitamento racional e equilibrado das potencialidades naturais, de forma a garantir a manutenção da renovação dos recursos, para que não se perca o fundo de fertilidade e mantenha o equilíbrio dos ecossistemas. Acrescenta que o desenvolvimento integrado do território insere o Homem na dinâmica dos ecossistemas naturais, sem os quais não sobrevive. É nesta perspectiva que a visão do Arquiteto Paisagista, desenhando para o homem enquanto respeita e se deixa conduzir pelas dinâmicas naturais, é fundamental para o desenvolvimento.

Ainda assim, e apesar de esclarecedoras, as definições enunciadas não são claras quanto ao papel do Arquiteto Paisagista enquanto promotor do Desenvolvimento Sustentável. É em *O Rio como Paisagem*, de Maria da Graça Saraiva, que encontramos uma relação concreta entre o conceito e a sua *praxis* através do Arquiteto Paisagista. Segundo a autora, é na década de 80/90 que o conceito de Desenvolvimento Sustentável ganha força, surgindo como uma metodologia que defende a importância dos problemas ambientais intergeracionalmente e integra os princípios ecológicos e económicos no estabelecimento das políticas de desenvolvimento. A autora, citando Caldeira Cabral, refere que a Arquitetura Paisagista é “a arte de ordenar o espaço exterior em relação ao homem” através da formação em artes e ciências naturais e sociais. Acrescenta que “a Arquitetura Paisagista procura encontrar em cada momento o equilíbrio das forças da Natureza mais favorável para o homem. Este equilíbrio deve realizar o melhor compromisso entre três exigências fundamentais da actividade humana: a maior

produtividade possível, assegurando uma razoável segurança e dando-nos uma garantia de permanência” (Saraiva, 1999, p. 31 & pp. 36-45).

Assim, o Arquiteto Paisagista, ao considerar nas suas intervenções a arte e a ciência (natural e social) para responder às necessidades do Homem, promove os princípios do Desenvolvimento Sustentável porque reconhece que qualquer intervenção na paisagem tem que obedecer às regras impostas pelo mundo natural, mas que do mesmo se pode tirar o melhor serviço para que, de acordo com as características de determinada cultura, as necessidades de quem a habita estejam sempre preenchidas. O Arquiteto Paisagista, ao ordenar a paisagem, contribui para o desenvolvimento social e cultural de determinado território porque respeita as suas características biofísicas e delas extrai o maior proveito.

Pretende-se, portanto, repensar e redesenhar a paisagem do Vale das Cortes de forma a potenciar as suas características ecológicas e sociais na promoção do desenvolvimento de uma freguesia melhor preparada e mais capaz.

10.2. Plano Estratégico

(Recomenda-se a consulta do Anexo VIII)

O planeamento estratégico do desenvolvimento da freguesia de Cortes do Meio foi elaborado tendo por base a análise S.W.O.T. desenvolvida neste documento (consultar capítulo 9). Partindo da análise efectuada e das conclusões retiradas, foi possível definir uma orientação para o desenvolvimento da freguesia, esclarecendo quais os eixos prioritários de intervenção e estabelecendo uma hierarquia entre eles.

Este plano estratégico define a ponte entre a situação actual da freguesia e a sua situação ideal. É a base orientadora do Plano Geral, documento que descreve e ilustra a proposta de ações concretas a implementar na freguesia para dar resposta às suas necessidades e objectivos de desenvolvimento.

As principais fraquezas do território prendem-se com o seu isolamento, a perda continuada de população e a degradação dos sistemas ecológicos. Por conseguinte, as principais ameaças são a perda continuada e irreversível de população e de equilíbrio ecológico. As principais forças são o dinamismo associativo, a existência da Ribeira das Cortes e a diversidade de ambiências do território (muito devido à sua extensão) aliadas a um fortíssimo reconhecimento e manutenção do saber tradicional, que abrem portas a oportunidades como a definição de novas fontes de rendimento. A alteração da estrutura económica da freguesia de Cortes do Meio aliada ao seu potencial turístico é a base para o seu Desenvolvimento Sustentável

O Plano Estratégico compreende os seguintes elementos como base para o desenvolvimento:

- ◇ Eixos de Comunicação
- ◇ Aglomerados Urbanos
- ◇ Zonamento Biofísico

O primeiro ponto pretende dar resposta a uma das principais ameaças ao desenvolvimento da freguesia: o isolamento. Integrando a sede da freguesia na rede dos principais eixos rodoviários do município, o mote para combater o seu isolamento está lançado. A valorização do eixo rodoviário que liga a estrada N 230 (Covilhã – Unhais da Serra) à estrada N 339 (Covilhã – Seia) é da maior importância para a inclusão da freguesia na rede rodoviária de âmbito municipal e nacional. Pretende-se que, enquanto a inclusão da freguesia na rede de circulação e comunicação municipal é feita por via rodoviária, a interligação dos aglomerados urbanos pertencentes à freguesia seja feita por via pedonal. Tão importante como criar acessos para a freguesia e combater o seu isolamento é a criação de atractivos que motivem a fixação e exploração da freguesia. Os pontos de maior interesse na freguesia são, além dos seus valores naturais, a sua riqueza cultural e saber tradicional (características apontadas como forças do território). É a partir desses pontos que o potencial turístico é desenvolvido. A presença de neve no inverno, os Poços presentes na Ribeira das Cortes (piscinas naturais no verão), as Azenhas, as Cortes e Bardos e os percursos dos pastores, potenciam a descoberta desta freguesia num contacto íntimo com a natureza, que só o percurso pedestre permite.

As sedes para o desenvolvimento da freguesia, através do potencial turístico, são a localidade das Penhas da Saúde e a aldeia de Cortes do Meio. Penhas da Saúde, como centro turístico da freguesia, coordena a recepção de visitantes, encaminhando-os para a descoberta do restante território. Central na recepção dos turistas, a aldeia de Cortes do Meio é fulcral para a descoberta da freguesia e para a fixação e atracção de população.

Fundamental para a fixação e atracção de população são a criação de emprego e a geração de riqueza. Além do turismo, assente nas características estéticas, culturais e naturais, as últimas potenciam uma nova fonte de diversificação da economia da freguesia: uma alteração profunda na tipologia de floresta, aproximando-a do seu potencial bioclimático, poderá ser a solução para impulsionar os investimentos privados e um desenvolvimento de base ecológica em Cortes do Meio, garantindo um futuro para as seguintes gerações destas aldeias serranas. O objectivo do Plano Estratégico é a criação de uma linha orientadora das prioridades de intervenção na freguesia para o seu desenvolvimento.

10.3. Plano Geral

(Recomenda-se a consulta dos Anexos VIII e IX)

10.3.1. Estrutura Ecológica

10.3.1.1. A Mata - Áreas de Vegetação Espontânea

A mata tem uma relação estreita com os campos agrícolas. É a ocupação dos terrenos ideal para a produção de madeiras, lenhas, fibras e resinosas; promove a valorização dos campos de cultura adjacentes e constitui-se como único recurso de terrenos de difícil acesso ou necessidade especial de protecção, uma vez que a sua presença assegura as seguintes mais-valias:

- ◇ Protege os solos das zonas declivosas contra a erosão;
- ◇ Fixa e promove o aprofundamento de solos delgados;
- ◇ Serve como cobertura das cabeceiras de recepção dos cursos de água;
- ◇ Reveste as margens dos cursos de água.

Para que as matas cumpram a sua função de protecção têm de obedecer a certas condições, e nem sempre poderão ser totalmente produtivas, ao menos no sentido imediato em que se encarou a função de produção.

De uma maneira geral, e sem entrar em pormenores que seriam descabidos neste lugar, para que a mata exerça a sua função de protecção é necessário que seja constituída como povoamento misto permanente. É também da maior importância que a orla esteja devidamente desenvolvida. De facto, sem ela não há propriamente clima do povoamento. (...) Queremos ainda lembrar a necessidade de dar uma larga representação na mata às espécies climácicas. (...) A mata em maior ou menor extensão deve, portanto, manter-se em todas as paisagens equilibradas e ocupar aí determinados pontos estratégicos. São estes fundamentalmente três:

- os cimos dos cabeços
- as encostas muito declivosas e
- as zonas de nascentes dos cursos de água.

(Caldeira Cabral, F. & Ribeiro Telles, G., 1999, p. 116)

Assim, a proposta para a área de intervenção compreende uma mata de protecção precisamente nas zonas mais sensíveis do ponto de vista ecológico: as áreas definidas na Reserva Ecológica Nacional (REN) como cabeceiras de linhas de água e áreas com risco de erosão (ou áreas com declive superior a 25%).

Foi possível encontrar e identificar na área de intervenção manchas de vegetação espontânea, mais especificamente um azinhal na encosta Este e um pequeno núcleo de azevinhos com presença de hera, junto à ribeira.

Pretende-se, propondo uma mata de protecção para as zonas mais sensíveis, atingir a protecção e retorno ao equilíbrio do ecossistema, através da continuidade e prolongamento destas manchas naturais de vegetação.

A mata penetra os campos agrícolas (orlas) sob a forma de sebes de compartimentação – espaços de maior riqueza florística e faunística, onde a continuidade natural é garantida. Segundo Caldeira Cabral & Ribeiro Telles, 1999, a compartimentação da mata com campos de cultura ou pastagem, evita a propagação dos fogos.



Figura 50 - *Hedera helix* subsp. *canariensis* junto à Ribeira das Cortes. Fonte: Bárbara Franco.



Figura 49 - Pormenor da folha de *Hedera helix* subsp. *canariensis* junto à Ribeira das Cortes. Fonte: Bárbara Franco.



**Figura 51 - *Ilex aquifolium* junto à Ribeira das Cortes.
Fonte: Bárbara Franco. (28-08-2018)**



**Figura 52 - Copado da mancha de azinhal na encosta Este do Vale das Cortes.
Fonte: Luís Alçada Batista. (28-08-2018)**



**Figura 53 – Orla degradada de azinhal na encosta Este do Vale das Cortes.
Fonte: Bárbara Franco. (28-08-2018)**



Figura 54 - Junto à Ribeira das Cortes, troço onde é possível registar a presença de alguns indivíduos de *Hedera helix* subsp. *canariensis*, *Frangula alnus*, *Ilex aquifolium*, *Quercus rotundifolia* e *Pinus pinaster*. Fonte: Bárbara Franco.

10.3.1.2. Sebes de Compartimentação

As funções da sebe na paisagem resumem-se da seguinte forma:

- ◇ Protecção contra o vento
 - Das plantas
 - Do solo
 - Da água
- ◇ Protecção contra geadas
- ◇ Defesa da água
 - Infiltração
 - Transpiração
- ◇ Combate à erosão
 - Terraceamento e consequente consolidação das encostas;
- ◇ Equilíbrio da biocenose (aves de bico mole, caça, insectos predadores)
- ◇ Produção de madeiras e lenhas⁵²

Na área de intervenção encontramos dois tipos de sebes de compartimentação: as de montanha, de “grande transparência indispensável para garantir a drenagem atmosférica”(Caldeira Cabral & Ribeiro Telles, 1999, p. 121) e protecção do vento, que seguem desde a localidade do Ourondinho até às Cortes de Baixo e a sebe já muito degradada de meia encosta, nos socacos das zonas de maior declive



Figura 55 - Terreno agrícola em pousio limitado pela galeria ripícola (em frente) e por sebe de compartimentação (à esquerda). Fonte: Bárbara Franco. (22-08-2018)

⁵² Retirado de Caldeira Cabral & Ribeiro Telles, 1999, p. 120

10.3.1.3. Galerias Ripícolas

Também conhecidas como matas ribeirinhas, este sistema de vegetação ribeirinha é composto por um estrato herbáceo, arbustivo, de lianas e arbóreo. É composto por vegetação climácica, hidrófila, e está, portanto, associada aos cursos de água.

A galeria ripícola acompanha os cursos de água desde a sua nascente à sua foz e varia consoante a inclinação do relevo, a disponibilidade hídrica, ou a altitude a que se encontra o sistema fluvial.

Segundo Caldeira Cabral e Telles, “a mata ribeirinha tem uma grande importância para a regularização da humidade atmosférica, (...) é de alto interesse económico no aspecto da produção lenhosa, (...) quebra a violência das cheias e constitui a melhor defesa das várzeas, assegurando ao mesmo tempo todos os benefícios da compartimentação.” (Caldeira Cabral & Ribeiro Telles, 1999, p. 128)

Ainda de acordo com os mesmos autores, as funções da galeria ripícola passam por:

- ◇ “Manter seguras as margens dos cursos de água e dominar o seu leito”;
- ◇ “Favorecer a sua riqueza piscícola”;
- ◇ “Manter a pureza das suas águas” (Caldeira Cabral & Ribeiro Telles, 1999, p. 128).

Todas estas funções desempenham um papel fulcral na Ribeira das Cortes uma vez que esta é uma ribeira cujas margens se encontram em constante perigo de erosão devido ao seu declive e constante ocorrência de incêndios florestais, à presença de uma importante estrutura de pesca desportiva e à necessidade de pureza das águas uma vez que a ribeira desagua no rio Zêzere e, eventualmente, contribui a jusante para o abastecimento hídrico da cidade de Lisboa.

As imagens seguintes ilustram parte da composição e estado de conservação da galeria ripícola da Ribeira das Cortes.



Figura 56 - Troço da galeria ripícola da Ribeira de Cortes do Meio em degradado estado de conservação.
Fonte: Bárbara Franco. (22-08-2018).



Figura 57 - *Alnus glutinosa* na Ribeira de Cortes do Meio. Fonte: Bárbara Franco.

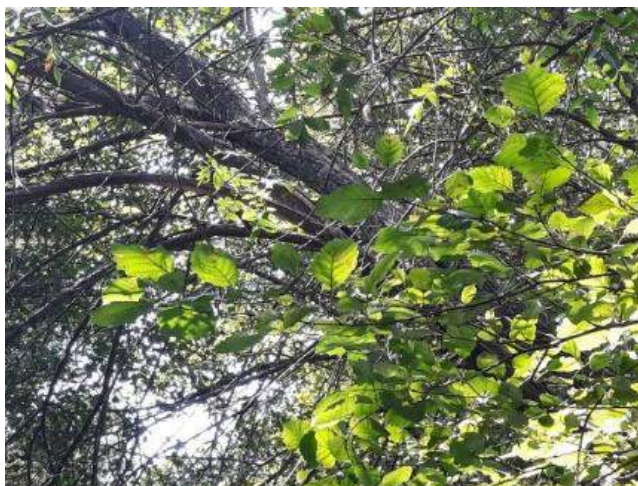


Figura 58 - *Populus nigra* na Ribeira de Cortes do Meio.
Fonte: Bárbara Franco. (22-08-2018)

Salvar a paisagem rural como valor cultural

A beleza da paisagem rural e a dignidade da ruralidade constituem os principais suportes do turismo. É a paisagem dos campos e serras e a ruralidade que mais decisivamente contribuem para a agradabilidade duma visita de férias.

O turismo deverá interessar, social e economicamente, toda a população e, por isso, todo o país deverá estar organizado para que tal se verifique. Se os turistas tiverem que tapar o nariz ao atravessar um rio; se forem obrigados (...) a percorrem aldeias miseráveis em que as características próprias estão a ser destruídas para darem lugar aos mais confrangedores cenários que nada adiantam em relação à melhor qualidade de vida que se deseja para os seus habitantes; é evidente que aqueles turistas apenas permanecerão em poucos lugares privilegiados cuja saturação e destruição do próprio valor turístico será muito depressa provocada pela excessiva densidade de utentes.

A acrescentar a estes aspectos teremos que considerar o impacto negativo da florestação industrial, quer no que diz respeito à beleza das paisagens quer à própria actividade cinegética e também o impacto deplorável provocado pela dispersão e fealdade da chamada casa do emigrante.

Ribeiro Telles, G., 1984, em *A Capital*

10.3.2. Percursos Pedestres

A proposta turística predominante para a freguesia de Cortes do Meio é assente numa aposta significativa da valorização da paisagem e a sua comunhão com os aglomerados urbanos através do desenho de dois percursos pedestres que pretendem pôr em evidência a relação entre os os principais corredores ecológicos da freguesia e a população: os festos e talvegues e relacioná-los com os centros urbanos da freguesia, promovendo uma relação íntima entre a cultura e a paisagem serrana.

Tal efeito é conseguido através dos percursos “Ribeira das Cortes” e “Miradouros”.

10.3.2.1. Percurso da Ribeira das Cortes

(Recomenda-se a consulta do Anexo IX – A)

Trata-se de um Percurso Circular, de dificuldade média, com a possibilidade de se tornar linear, se desejado. O percurso inicia e termina na aldeia de Cortes do Meio seguindo o contorno da Ribeira das Cortes. Perto do Poço do Embude, é possível que a caminhante escolha entre a possibilidade de retornar à aldeia ou seguir encosta acima em direcção às Penhas da Saúde, sempre perto da Ribeira das Cortes. Recomenda-se que o percurso se desenvolva na seguinte sequência: Cortes do Meio – Ourondinho – Cortes de Baixo – Bouça – Cortes do Meio /Penhas da Saúde.

As seguintes imagens têm o propósito de uma melhor compreensão das diferentes ambiências e vistas possíveis ao longo do percurso, guiando-nos desde um dos troços de cota mais elevada até, descendo pela encosta, à zona de menor cota da freguesia.

A diversidade e qualidade estética da paisagem são um dos pontos mais fortes da freguesia e é precisamente nesse aspecto que este percurso se foca, permitindo ao caminhante que, através de uma estrutura linear previamente definida pela natureza e estruturante para a freguesia em termos culturais e ambientais, se possa conhecer e respeitar melhor este território. O caminho segue, em parte, por troços outrora definidos pelos pastores, na sua lide diária de pastorícia devido à transumância.



**Figura 59 - Fotografia panorâmica da Tapada. À direita, troço da levada "romana".
Fonte: Bárbara Franco. (28-08-2018)**



**Figura 60 - Levada "romana"⁵³, em altitude - entre as Penhas da Saúde e a Malhada do Prior.
Fonte: Bárbara Franco.**

Pouco abaixo das Penhas da Saúde, perto do local onde começa a Ribeira das Cortes, encontramos um importante sistema de levadas, como a que podemos ver na Fig. 57, que é alimentado pelas ribeiras do Covão do Teixeira, da Nave da Areia, da Água Fria e da Malhada do Prior. Encontramo - nos perante uma paisagem de altitude, como é visível na Fig. 56. É nesta zona que começa o único troço linear (e opcional) deste percurso. É já a meia encosta que se encontra o traçado principal do percurso. Começamos por cima.

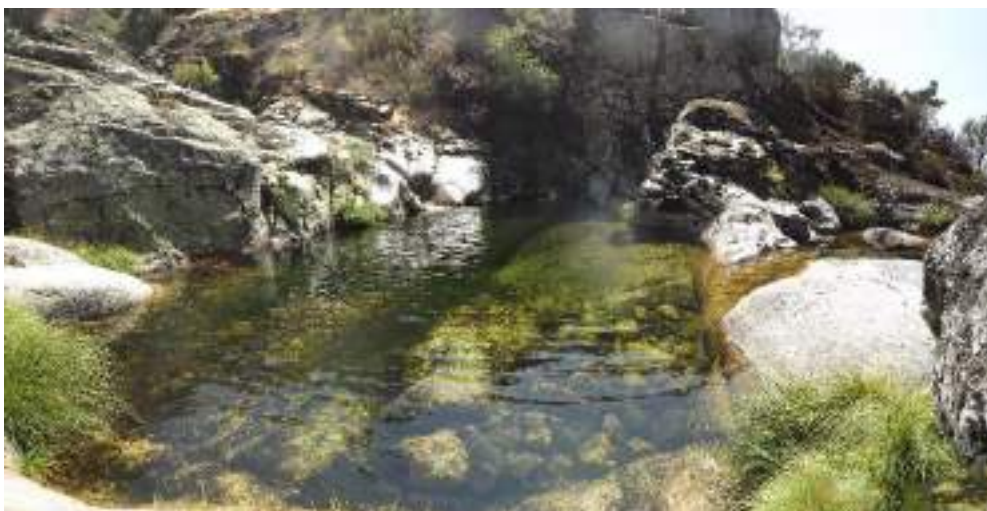


Figura 61 - Poço do Breje. Fonte: Bárbara Franco. (28-08-2018)

⁵³ “Romana” porque, apesar de o método de construção ser muito semelhante ao encontrado noutras levadas já datadas, ainda não foi possível datar com precisão a época de construção deste sistema de levadas em altitude.

Entrando no vale encaixado e pedregoso, seguimos pela Ribeira das Cortes sempre que possível. Os mergulhos são possíveis em poços como o Poço do Breje, mas são maioritariamente de difícil acesso.

Encontramo-nos ainda dentro do troço alternativo do percurso. Ao descer a ribeira, vamos seguir pela encosta através de um caminho de pastores com vista para um denso e belíssimo azinhal, já referido como a principal mancha de vegetação espontânea que podemos encontrar na freguesia. Terminada a mancha de azinhal, surge o encontro com o percurso principal, de onde podemos seguir para as Cortes de Baixo ou para a Bouça. Recomenda-se o percurso até à Bouça, onde nos podemos banhar no Poço do Embude (Fig. 59) antes de continuar caminho.



Figura 62 - Poço do Embude. Fonte: Bárbara Franco. (08-2018)

Depois de alguns mergulhos nas águas cristalinas da Ribeira das Cortes, altura de seguir para a aldeia da Bouça, sempre com vista para os socalcos (Fig. 60) que outrora deram vida e sustento à serra e população.



Figura 63 - Socalcos da Bouça. Fonte: Bárbara Franco. (08-2018)

Depois da aldeia da Bouça, passando pela aldeia de Cortes do Meio, é altura de chegar às Cortes de Baixo e ao Ourondinho, na zona de menor altitude da freguesia. Pelo caminho vamos cruzar-nos com azenhas e cortes sem data, relatos estáticos da história de um povo. Há-os na Ribeira das Cortes desde a Bouça, mas também perto de Cortes do Meio e de Cortes de Baixo (Fig. 61). A beleza e riqueza cultural é marcante em todo o percurso. A zona de menor cota não escapa, como podemos constatar pelas Figuras 63, 64, 65 e 66.



Figura 64 - Corte na localidade do Ourondinho.
Fonte: Bárbara Franco. (08-2018)



Figura 65 - Ribeira das Cortes, em Cortes de Baixo.
Fonte: Bárbara Franco. (08-2018)



Figura 66 - Moinho do Farinha, Cortes de Baixo.
Fonte: Bárbara Franco. (08-2018)



Figura 67 - Levada de água para campos agrícolas de Cortes de Baixo em alvenaria tradicional de granito.
Fonte: Bárbara Franco. (08-2018)

De forma reforçar a importância da ribeira nas tradições e saberes da freguesia, o primeiro troço a ser intervencionado é apelidado de “rota da broa” e promove a ligação entre o Poço da Monteiro (e moinhos requalificados) e o também requalificado Forno Comunitário. A valorização deste troço do Percurso da Ribeira surge da necessidade de requalificar os dois edifícios enunciados em sintonia para que se compreenda a ligação entre eles, tão rica e tão intemporal.

Outro dos benefícios da execução deste troço relaciona-se com a promoção da circulação pedonal no centro da aldeia de Cortes do Meio e com a estratégia de redução de veículos motorizados nas proximidades do Poço da Monteiro. O estacionamento é limitado e deverá ser utilizado só para veículos de emergência ou em caso de dificuldades de acesso devido a mobilidade reduzida. Prevê-se, a médio prazo, que a aldeia tenha capacidade de receber e hospedar os turistas através da criação de serviços como a restauração e o alojamento, seguindo com moderação o bom exemplo das Penhas da Saúde.

10.3.2.2. Percurso dos Miradouros

(Recomenda-se a consulta do Anexo IX – B)

Trata-se de um percurso circular de média dificuldade que começa e termina na aldeia de Cortes do Meio. Recomenda-se que o percurso seja efectuado no sentido Cortes do Meio – Cabeço dos Coucinhos – Piornos (este troço inclui um desvio à Varanda dos Pastores) – Penhas da Saúde – Pedra da Mesa – Alto dos Livros – Bouça – Cortes do Meio. As Figuras 61, 62 e 63 ilustram a vista possível em alguns dos miradouros e pontos de interesse descritos.

Tendo início na aldeia de Cortes do Meio, o percurso segue no sentido sudoeste, em direcção à aldeia de Cortes de Baixo. Antes de chegar à aldeia, o caminhante segue caminho pela encosta Oeste da Ribeira, iniciando o primeiro troço do percurso: a subida até à linha de feito que divide o Vale das Cortes do Vale de Unhais da Serra.



Figura 68 - Fotografia panorâmica da vista possível sobre o Vale de Unhais da Serra. Fonte: Bárbara Franco.

Continuando pela linha de festo, o caminhante chega à nave de Santo António, no Planalto Superior da Serra da Estrela, onde, antes de prosseguir para os Piornos, lhe é sugerida uma visita à Varanda dos Pastores, ponto mais alto da freguesia de Cortes do Meio e de onde é possível contemplar toda a sua extensão.



Figura 69 - Fotografia panorâmica da vista na Varanda dos Pastores. Fonte: Bárbara Franco.

O ponto seguinte é a localidade das Penhas da Saúde, onde o percurso se cruza com a alternativa do Percurso da Ribeira no troço Penhas da Saúde – Bouça. É o local para descontrair no parque de merendas, dar um mergulho na piscina natural antes da descida de regresso ao ponto de partida. Iniciando a descida pela linha de festo que limita o Vale das Cortes a Este, o caminhante depara-se com a cidade da Covilhã e o mosaico de paisagem da Cova da Beira à sua esquerda enquanto começa a compreender o Vale das Cortes à sua direita.



Figura 70 - Fotografia panorâmica da vista no marco geodésico da Pedra da Mesa. Fonte: Bárbara Franco.

Poderá parar no marco geodésico da Pedra da Mesa e/ou no miradouro do Alto dos Livros, de onde partirá para a Bouça. O troço Bouça – Cortes do Meio, segmento final do percurso, acontece junto à ribeira e permite ao caminhante a liberdade de umas paragens para pura descontração em comunhão com a natureza.

10.3.3. Potencial Económico



Figura 71 - *Castanea sativa* (Castanheiro) em primeiro plano, Quinta do Ourondinho em segundo plano e Planalto Superior da Serra da Estrela em último plano. Fonte: Bárbara Franco.

O potencial para o desenvolvimento da freguesia de Cortes do Meio tem por base um aproveitamento sustentável da floresta. Para um correto desenvolvimento económico da freguesia, as questões ecológicas e culturais, além de não poderem ser esquecidas, devem servir de plataforma de lançamento.

Assim, a estratégia passa pelo desenvolvimento dos três sectores (primário, secundário e terciário), dando maior ênfase ao sector ao primário, através de um correto aproveitamento e gestão da floresta:

- ◇ Sector Primário: através da manutenção da floresta e da extracção de matéria prima fornecida pela mesma, estão criadas as bases para o desenvolvimento do

sector secundário e terciário na freguesia. As matérias primas possíveis de obter na freguesia de Cortes do Meio são as seguintes:

- Cogumelos
- Cortiça;
- Frutos Secos (Castanhas, Nozes e Avelãs);
- Madeira (de Freixo, Azinho, Carvalhos vários – principalmente *Quercus pyrenaica*), Castanheiro e Pinho);
- Mel;
- Óleos essenciais;
- Pão Tradicional;
- Queijo;
- Resina.

Pela sua ocorrência natural, ou aptidão fitoclimática, a manutenção e gestão destes elementos na floresta depende do seu correto uso. É imprescindível que o acompanhamento e gestão da floresta seja feito por uma equipa técnica dotada de conhecimento científico e capacidade técnica para dar resposta às necessidades dos diferentes nichos económicos aqui potenciados que, ao contrário do que acontece em modelos de silvicultura mais simplistas, exige diferentes épocas de cultivo, poda e apanha dentro do mesmo sistema. A época de colheita de cogumelos é diferente da época de apanha de frutos secos e cada uma destas matérias primas exige técnicas de cultivo e tratamento diferentes, não podendo por isso ser tratadas da mesma forma.

- ◇ Sector Secundário: este sector só poderá proliferar com o correto aproveitamento e desenvolvimento do sector primário que lhe está associado. A estratégia para este sector passa por transformar a freguesia de Cortes do Meio atractiva para a fixação da indústria associada ao tratamento das matérias primas enunciadas no ponto anterior. Assim, as indústrias a fixar seriam relacionadas com os produtos alimentares, a cosmética e madeira, dependentes de pessoal técnico qualificado para o seu sucesso.

- ◇ Sector Terciário: o principal serviço a beneficiar das alterações propostas para a freguesia e com potencial para o crescimento é o do Turismo de Natureza. Os atractivos já se encontram presentes no Vale das Cortes e foram enunciados na análise SWOT já efectuada; os poços que convidam ao mergulho, a presença de neve no inverno e o valor cénico do vale (promovido pela diversidade de ambiências) associados a uma proposta rede de novos percursos, à valorização dos miradouros naturais e à melhoria de condições para o usufruto da natureza lançam o mote para atrair turistas e investimentos privados neste sector, nas áreas da restauração e alojamento (com restaurantes, cafés e alojamentos rurais/locais).

Podemos ver na Figura 68 a variação de ambiências na freguesia, a presença de castanheiros (ainda em minoria na freguesia) e a ruína de uma das quintas mais bonitas e de maiores dimensões da freguesia, também com potencial inegável para a sua transformação numa estrutura de alojamento.

10.3.4. Desenvolvimento Social

A estratégia adoptada para o desenvolvimento da freguesia passa muito pela questão socioeconómica - a existente e a que se pretende criar a longo prazo. O desenvolvimento social é o objectivo último das propostas a desenvolver na freguesia e o processo pelo qual se pretende lá chegar passa pelos seguintes passos:

1. Identificar o potencial de desenvolvimento da freguesia;
2. Criar Políticas Públicas de Intervenção à escala local que potenciem as características anteriormente identificadas;
3. Atracção de investimento privado com base nas políticas criadas para a criação de emprego, desenvolvimento turístico e gestão florestal;
4. Fixação de capital financeiro e humano;
5. Aproximação aos objectivos definidos em 1 e redefinição dos mesmos, se necessário.

Qualquer contributo para o desenvolvimento da freguesia de Cortes do Meio, tem como finalidade a melhoria da qualidade de vida da população residente. Esse objectivo só é alcançado através da luta contra as fraquezas sociais identificadas na análise SWOT e garantido um combate persistente contra a desertificação, através da fixação de investimentos na freguesia, da potenciação dos recursos naturais, e valorizando sempre o investimento na educação ambiental para o desenvolvimento sustentável.

Apenas através da fixação de pessoal qualificado, de investimentos criteriosos na freguesia e do seguimento de uma linha de intervenções coerente e persistente que valorize a educação é possível atingir os objectivos identificados.

Hoje, nenhum Governo pode enfrentar cabalmente os complexos problemas da sociedade contemporânea se não dispuser à sua retaguarda, e na sua vanguarda, de um aparelho do Estado permanentemente atento, perscrutante e preparado pelo conhecimento dos resultados da sua actuação passada, para a sua auto-regulação reforma e aperfeiçoamento.

Esse aparelho tornou-se necessariamente tão complexo e de gestão tão delicada que não pode ficar exposto às intervenções voluntaristas mas insensatas de aventureiros de política, inexperientes, ignorantes, e por isso atrevidos e irresponsáveis.

Ilídio de Araújo
“A protecção da Natureza e das Paisagens no planeamento da sua gestão”
Em *A Utopia e os Pés na Terra* – Gonçalo Ribeiro Telles, 2003

IV – ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA NO ÂMBITO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO

11. Instrumentos de Planeamento

11.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Relatório⁵⁴

Para a Região Centro o contexto estratégico identifica algumas características do território em que urge intervir e/ou valoriza, a saber:

- Os Recursos Hídricos (a Região Centro dispõe das principais reservas com origem exclusivamente nacional) com o seu aproveitamento e recuperação da sua qualidade como principais desafios;
- Os Recursos Florestais, com problemas graves associados à estrutura de propriedade, à falta de planeamento e à falta de uma gestão responsável e sustentável;
- A Paisagem e o Património, que pelas suas valias e singularidades, se constituem recursos estratégicos.

É ainda assumido pelo PNPOP que esta é uma região com elevados riscos naturais, de incêndio e outros, revelando-se também a que apresenta os níveis mais elevados de poluição dos recursos hídricos.

Acresce o reconhecimento, a nível nacional, de que “a região possui passivos ambientais cujas abordagens integradas se impõem face aos riscos que apresentam, mas também face às potencialidades que os novos modelos de regeneração ambiental podem assumir para a revitalização da atividade económica” (Relatório do PNPOP, 2006, pág. 94).

De forma sintetizada, a proposta defendida para o desenvolvimento da freguesia de Cortes do Meio, vai ao encontro das opções estratégicas territoriais definidas no Relatório do PNPOP para a Região Centro nos seguintes pontos:

- ◇ «Promover a coesão, nomeadamente dinamizando as pequenas aglomerações com protagonismo supra-local e estruturando o povoamento das áreas de baixa densidade»;

⁵⁴ Relatório do PNPOP, 2006.

- ◇ «Promover o potencial turístico, dando projecção internacional ao património natural, cultural e paisagístico»;
- ◇ Assumir como prioridade estratégica a protecção, valorização e gestão sustentável dos recursos florestais;
- ◇ Ordenar a paisagem, salvaguardar as áreas agrícolas ou de valia ambiental da pressão do uso urbano/industrial e implementar estruturas ecológicas de âmbito regional e local;
- ◇ Ordenar as Áreas Protegidas, articulando níveis elevados de protecção dos valores naturais com o uso sustentável dos recursos, com benefícios económicos e sociais para a população residente.

O Relatório defende ainda que a abordagem a adotar para a Beira Interior passa, entre outras, pelas seguintes “Opções para o Desenvolvimento do Território”:

- ◇ Organizar a rede de equipamentos de âmbito supramunicipal numa lógica de complementaridade, especialização e funcionamento concertado;
- ◇ Preservar a qualidade da paisagem e prevenir os fogos florestais.

Programa da Acção⁵⁵

No âmbito do Programa de Acção, pretende-se enunciar quais os «Objectivos Específicos» para o território se coadunam com a proposta preconizada para freguesia de Cortes do Meio. Assim, todas as «Medidas Prioritárias» previstas para os «Objectivos Específicos» são medidas a implementar na freguesia. De acordo com os seguintes «Objectivos Estratégicos», as medidas a implementar passam por:

Objectivos Estratégicos:

- ◇ Conservar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos⁵⁶;

⁵⁵ Programa de Acção do PNPOT, 2007

⁵⁶ Programa de Acção do PNPOT, p. 16

- Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais;
 - Aperfeiçoar e consolidar os regimes, os sistemas e as áreas fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade e os recursos naturais;
 - Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural;
 - Avaliar e prevenir os factores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respectivos efeitos.
- ◇ Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global⁵⁷;
- Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atracção de populações com níveis elevados de qualificação;
 - Implementar uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal às escalas nacional, regional e local.
- ◇ Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais⁵⁸;
- Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico no Continente, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades intra-urbanas;
 - Promover um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade e das zonas rurais ajustado à sua diversidade, considerando em especial as necessidades e a especificidade das áreas mais vulneráveis e despovoadas.
- ◇ Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social⁵⁹;

⁵⁷ Programa de Acção do PNPOT, p. 29

⁵⁸ Programa de Acção do PNPOT, p.37

⁵⁹ Programa de Acção do PNPOT, p. 42

- Dinamizar uma rede de equipamentos culturais que valorize identidades, patrimónios e formas de expressão artística num quadro de aprofundamento da educação para a cultura e de reforço da equidade de acesso e da participação nas atividades culturais;
- ◇ Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública⁶⁰;
 - Promover as T.I.C. (Tecnologias de Informação e Comunicação) como instrumento fundamental de desenvolvimento territorial e de coesão social, generalizando a sua utilização na difusão de informação e na oferta de serviços de interesse público;
- ◇ Reforçar a qualidade e eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições⁶¹.
 - Produzir e difundir o conhecimento sobre o ordenamento e o desenvolvimento do território;
 - Renovar e fortalecer as capacidades de gestão territorial;
 - Promover a participação cívica e institucional nos processos de ordenamento e desenvolvimento territorial;
 - Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território.

Cada uma das medidas que concretiza os objectivos específicos aqui referidos, é uma medida a implementar na freguesia de Cortes do Meio, segundo os princípios e objectivos definidos previamente.

⁶⁰ Programa de Acção do PNPOT, p. 53

⁶¹ Programa de Acção do PNPOT, p. 56

11.2. Plano Regional de Ordenamento do Território - Centro

No Programa de Acção⁶² do PROTCentro é possível identificar um conjunto de sistemas em que a intervenção é necessária. Esses sistemas subdividem-se em Sectores, que compreendem uma ou várias medidas/acções a efectuar no território.

O objectivo deste capítulo é fazer uma relação entre os sectores mencionados no Programa e os objectivos para o desenvolvimento da freguesia de Cortes do Meio. Assim, os sectores e respectivas medidas que se destacam por irem ao encontro da proposta são as descritas na Tabela 6.

É possível, através destes exemplos de acções preconizadas para a região Centro, compreender que as propostas para o desenvolvimento da freguesia de Cortes do Meio se enquadram no que é o modelo de desenvolvimento da Região Centro e respondem, por isso, aos problemas e potencialidades também identificados a nível regional, tendo toda a legitimidade para serem levadas a cabo.

⁶² Programa de Execução e Indicadores de Monitorização do Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro (Coimbra, Maio de 2011), pp. 5 - 42

Sector	Medidas de Intervenção
Áreas Naturais	Desenvolvimento sustentável e valorização económica
Biomassa Florestal	Gestão e monitorização da biomassa na região centro
Cartografia	Realização e actualização da cartografia
Conservação da Natureza e biodiversidade	Conservação da natureza e educação ambiental
	Desenvolvimento local
	Ordenamento e regulamentação da visitação das áreas classificadas
Educação/ formação	Programa de qualificação do potencial humano envolvendo as várias tipologias de ensino, desde o ensino básico, ao ensino superior e profissional
Floresta dos territórios de baixa densidade – ambiente e valorização económica	Estruturação e integração da cadeia de valor da fileira florestal na região centro
Floresta	Inventário e cadastro florestal; Elaboração dos PGF subordinados às orientações dos PROF
	Incentivar a aplicação dos códigos de boas práticas florestais e incluindo os da Norma Portuguesa da Gestão Florestal Sustentável
Gestão Territorial	Estudos de ordenamento do território
Incêndios Florestais	Identificação e implementação de faixas de segurança contra incêndios florestais
	Implementação de medidas de prevenção dos incêndios florestais
Paisagem	Estabelecer uma política de paisagem na região
	Criação da rede regional de percursos de natureza
Recursos Hídricos	Elaboração dos planos de bacia hidrográfica
	Projecto/limpeza e regularização de cursos de água
	Projecto/ prevenção da poluição em albufeiras e outros planos de água
Rede para a criação e transferência de conhecimento e tecnologia	Rede integrada de incubação de ideias e empresas, considerando a incubação (até 4 anos) e a aceleração de empresas (até 8 anos)
Requalificação Patrimonial	Programa de requalificação do património (classificado) arqueológico e construído
Rotas de Interesse Turístico	Criar e potenciar novas rotas de interesse patrimonial e cultural
Serviços nas áreas rurais	Disponibilizar serviços básicos para a população rural
Solo	Planos de recuperação do solo e de ecossistemas degradados e monitorização – estabelecer planos de recuperação do solo e de ecossistemas adequando os usos às suas aptidões
Turismo em espaço rural e de natureza	Valorização turística das albufeiras e cursos de água interiores
	Valorização turística do património natural
Valorização dos territórios de baixa densidade	Articular as políticas de desenvolvimento rural

Tabela 6 – Medidas de Intervenção de Intervenção do Programa de Acção do PROT - C aplicáveis à freguesia de Cortes do Meio por sector de intervenção.

11.3. Plano Regional de Ordenamento Florestal – Centro (PROF- BIN)

Este capítulo foca-se nos cadernos 5 (Normas e Modelos de Silvicultura) e 6 (Proposta de Plano) do PROF – BIN. Segundo este documento, os espaços florestais possuem cinco funções que importa manter: a) produção; b) protecção; c) conservação de habitats; d) silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores; e) recreio, enquadramento e estética da paisagem.

O PROT – BIN ao definir modelos de silvicultura, fá-lo de modo a que estes abranjam uma visão mais holística dos espaços florestais, exprimindo um carácter mais abrangente de gestão florestal, numa «intervenção activa» que considera a conservação, protecção e recreio dos mesmos. Assim, este documento, no Caderno 5, expõe um conjunto de intervenções de acordo com o propósito a alcançar. Temos que, dentro das normas genéricas de intervenção em espaços florestais, intervenções com vista à:

Produção	de madeira (PRD1 – pp. 5 - 18)
	de cortiça (PRD2 – pp. 19 - 21)
	de biomassa para energia (PRD3 – pp. 22 - 23)
	de frutos e sementes (PRD4 – pp. 24 - 25)
	de outros materiais vegetais e orgânicos (PRD5 – pp. 26 – 27)
Protecção	da rede hidrográfica (PRT1 – pp. 32 - 38)
	contra a erosão hídrica e cheias (PRT2 – 39 - 43)
	microclimática (PRT3 – pp. 44 - 45)
	ambiental (PRT4 – pp. 45 - 46)
Conservação	de habitats classificados (CHEG1 – pp. 52 - 59)
	de espécies da flora e da fauna protegida (CHEG2 – pp. 60- 67)
	de geomonumentos (CHEG3 – p. 68)
	de recursos genéticos (CHEG4 – pp. 69 - 72)

Tabela 7 - Modelos de Silvicultura a privilegiar na freguesia de Cortes do Meio considerando as indicações do PROT - BIN.

Para cada código descrito acima, existem um conjunto de objectivos da gestão e intervenções florestais a atingir. No documento estão descritas nas páginas enunciadas as medidas para implementar os objectivos segundo as normas previstas para uma correcta gestão, como que um guia à implementação.

Entre as páginas 75 e 96, encontram-se as indicações para a criação e gestão de espaços florestais cuja função é o suporte à silvopastorícia, caça e pesca. As indicações relacionadas com a função do recreio e enquadramento encontram-se entre as páginas 100 e 120 – é especialmente neste âmbito que é necessária a intervenção de um Arquiteto Paisagista e que o exercício dessa arte se mostra mais capaz, aquando do planeamento florestal.

Há ainda a registar o capítulo 5.1.6 – Infraestruturas florestais e de defesa da floresta contra incêndios entre as páginas 122 e 164. Em tudo a proposta de desenvolvimento defendida neste documento vai ao encontro do preconizado pelo PROF – BIN. Não obstante, a proposta para a freguesia de Cortes do Meio passa por converter a rede primária de Faixas de Gestão de Combustível, substituindo a atual postura de criação de faixas de interrupção de combustível (FIC) na totalidade por faixas de redução de combustível (FRC), fazendo com que em qualquer das redes (primária, secundária ou terciária), a continuidade “Continuum Naturale” se verifique. O que se pretende é substituir as faixas de interrupção de combustível por sistemas bem adaptados ao fogo e com capacidade de, bem utilizados, funcionarem como barreira à sua propagação, como é o caso de azinhais bem estruturados e saudáveis. Ao transformar toda a rede primária de faixas de gestão de combustível em sistemas naturais capazes de conter e evitar a propagação do fogo, os efeitos para todo o sistema são notáveis. Assim, propõem-se a adaptação das FGC de 125m sem vegetação a faixas de Povoamentos Florestais modificados, com uma largura variável entre os 125 e os 400m, de azinhal com controlo do mato com recurso a técnicas como pastoreio ou o fogo controlado efectuado pela equipa de sapadores florestais.

Seguindo o caderno 5 é possível criar um plano coerente e sustentável de gestão florestal para a freguesia de Cortes do Meio e, principalmente, para os Baldios.

No caderno 6 – Proposta de Plano, é possível encontrar uma análise SWOT da área de intervenção do PROF – BIN e a identificação de metas para a sub-região para 2025 e 2045, que passam pelos principais quatro pontos:

1. Manutenção da percentagem de espaços florestais na sub-região Beira Interior Norte nos 67% atuais;

2. Aumento da percentagem de espaços florestais arborizados na região dos “atuais”⁶³ 22% para os 34% em 2025 e para os 45% em 2045;
3. Alteração da composição dos espaços arborizados, reduzindo até 2025 as percentagens de:
 - a. Pinheiro bravo de 64% para 36%
 - b. Eucalipto de 6% para 2%E aumentando:
 - a. Sobreiro de 2% para 5%;
 - b. Azinheira de 2% para 5%;
 - c. Carvalhos de 21% para 34%;
 - d. Castanheiro de 2% para 13%;
4. Reduzir o número de povoamento sujeitos a silvicultura intensiva de 6% para 2%;

A segunda parte do Caderno 6 identifica os objectivos específicos, modelos de organização territorial e medidas a implementar por zonas de intervenção do PROF – BIN, sendo que para a sub-região em que se insere a freguesia de Cortes do Meio, temos que:

As funções a privilegiar são as seguintes:

1ª: Recreio, enquadramento e estética da paisagem;

2ª: Protecção;

3ª: Conservação dos habitats, de espécies protegidas de fauna e flora e geomonumentos.

Foi feita uma análise para a sub-região que considera os seguintes aspectos:

Principais pontos fortes

(entre outros)

- Potencial produtivo óptimo para Carvalho – alvarinho, favorável para o Carvalho negral e zona óptima para o Castanheiro (na vertente Este);
- Elevado potencial para a silvopastorícia;
- Bom potencial para a produção de mel;

⁶³ Estimativa do PROF – BIN baseada no Inventário Florestal Nacional de 1995 (3ª Revisão).

Principais pontos fracos

(entre outros)

- Existência de zonas de médio risco de erosão;
- Risco de incêndio muito alto
- Existência de troços de cursos de água classificados como muito degradados (com referência específica para a Ribeira das Cortes);
- Uso tradicional do fogo para gestão de pastagens.

Considerando os dados reunidos na análise, foram definidos os seguintes objectivos específicos para a sub-região homogénea Estrela:

Objectivo 7 – Adequar os espaços florestais à crescente procura de valores paisagísticos e de actividades de recreio:

- 1.1 Definir as zonas com bom potencial para o desenvolvimento de actividades de recreio e com interesse paisagístico e elaborar planos de adequação destes espaços ao uso para recreio nas zonas identificadas;
- 1.2 Dotar as zonas prioritárias para recreio e com interesse paisagístico com infra-estruturas de apoio;
- 1.3 Adequar o coberto florestal nas zonas prioritárias para a actualização para recreio e com interesse paisagístico;
- 1.4 Controlar os impactos dos visitantes sobre as áreas de conservação;

Objectivo 8 – Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão

Objectivo 9 – Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificados

Objectivo 10 – Desenvolver a actividade silvopastoril

- 1.1 Aumentar o nível de gestão dos recursos silvopastoris e o conhecimento sobre a actividade silvopastoril;
- 1.2 Integrar totalmente a actividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados

Objectivo 11 – Desenvolver o ordenamento dos recursos piscícolas

Objectivo 12 – Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a actividade apícola e integrar a actividade na cadeia de produção de produtos certificados.

Objectivo 13 – Promover a produção de produtos não – lenhosos, nomeadamente a castanha, os cogumelos e as ervas aromáticas, condimentares e medicinais.

Ainda no Caderno 6, surge o capítulo das Estratégias Complementares, que indica que para a zona da Beira Interior Norte, é importante que se definam os seguintes planos:

◇ Planos de Gestão Florestal

Servem como regulamentação espacial e temporal das explorações florestais e promovem uma gestão sustentada de bens e serviços originados nos espaços florestais, com consciência de que são determinados por condições económicas, sociais e ecológicas.

◇ Zonas de Intervenção Florestal

De acordo com o Decreto – Lei nº 127/ 2005, de 5 de Agosto, as ZIF são, por definição, “áreas territoriais contínuas e delimitadas, constituídas maioritariamente por espaços florestais, submetidos a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e geridas por uma única entidade”. As ZIF são constituídas por um mínimo de 1000 hectares e um mínimo de 50 proprietários ou 100 prédios rústicos.

Provavelmente por ser uma “zona de floresta madura que interessa estruturar com vista à defesa contra incêndios e/ou conservação”⁶⁴, o perímetro florestal da freguesia de Cortes do Meio é uma área prioritária à constituição de ZIF. Atualmente, por ser uma “zona com uma superfície significativa de área ardida recente”¹⁷, a prioridade à constituição de uma ZIF na freguesia intensifica-se.

◇ Florestas Modelo

⁶⁴ Critério preferencial à criação de ZIF na região da BIN, retirado de PROF – BIN, p. 349

São laboratórios vivos, cujo objectivo é serem espaços alvo de estudos de investigação, desenvolvimento, aplicação e monitorização de técnicas alternativas de gestão florestal. O perímetro florestal de Manteigas é um exemplo neste âmbito.

◇ Defesa da Floresta Contra Incêndios

Sabendo que “ a disseminação na paisagem de aglomerados e infra-estruturas, que não adoptam medidas de protecção contra incêndios, desvia os recursos de combate para a defesa desses bens, reduzindo drasticamente a eficiência no controlo perimetral do incêndio e no aproveitamento das infraestruturas instaladas no terreno”⁶⁵, é importante que haja uma planificação pré e pós incêndio, que defina as metodologias para a gestão florestal no sentido de evitar catástrofes, mas também quais as medidas prioritárias na recuperação após o incêndio. Outro aspecto de maior importância previsto pelo PROF – BIN é o da divulgação e envolvimento das pessoas na elaboração e divulgação das medidas de DFCI.

⁶⁵ PROF – BIN, p. 353

11.4. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela

O Plano de Ordenamento do PNSE organiza espacialmente e regulamenta os usos do solo criando as condições para minimizar os problemas/ameaças, relativamente aos habitats, floresta, paisagem, e maximizar as potencialidades/oportunidades relativamente à biodiversidade, valor paisagístico e aproveitamento turístico sustentado. Assenta, por isso, nos seguintes vectores estratégicos (com tradução executória ao nível do Programa de Execução):

1 – Gestão do património natural, designadamente através da conservação dos habitats, da flora e fauna, da conservação e valorização dos recursos naturais e do ordenamento e valorização de áreas específicas de conservação da natureza;

2 – Promoção do desenvolvimento sustentável, fornecendo as bases para a valorização dos recursos naturais e das actividades humanas, para o desenvolvimento do turismo de natureza e ordenando e valorizando áreas específicas de vocação recreativa

(Relatório do POPNSE, 2008, pág. 39)

O principal objectivo do PNSE é “garantir a utilização ordenada dos recursos, através do aproveitamento sustentado das espécies e dos ecossistemas, a sua recuperação e melhoramento e a preservação da variedade, singularidade e beleza dos ecossistemas naturais, seminaturais e da paisagem”⁶⁷

No que diz respeito à aplicabilidade do PNSE enquanto regime legal e requisitos das intervenções a desenvolver na área do Parque Natural, as estratégias a adoptar dividem-se entre as das Áreas de protecção parcial (de vários tipos), as áreas de protecção complementar e as áreas de intervenção específica (de que são exemplos os Piornos e as Penhas da Saúde).

A estratégia geral do POPNSE passa por “possibilitar a fruição pública do Parque com base nos seus valores, tornando-a compatível com a sua conservação”⁶⁸ e “promover a educação ambiental e o conhecimento público dos valores ecológicos e culturais do Parque e do seu significado”.⁶⁶

⁶⁶ Relatório do POPNSE, pág. 40

Para as áreas de protecção complementar é especificado, entre outras linhas orientadoras, que “a reconversão de áreas ardidas para novos povoamentos florestais de produção, deveria obrigar à apresentação de projecto da especialidade, a aprovar pelo PNSE”⁶⁷ e que se considera que “sendo esta a zona de maior concentração populacional do Parque e de desenvolvimento das actividades, apresentando áreas de boa e elevada qualidade paisagística e simultaneamente razoável capacidade de carga, será nesta zona que deve desenvolver-se o equipamento turístico e de lazer”⁶⁸.

A relação mais directa que o POPNSE estabelece com a freguesia de Cortes do Meio estabelece-se através do seu regime legal – que dita a legitimidade e enquadramento legais das propostas definidas para a freguesia – mas também da análise SWOT que o documento apresenta, deixando transparecer bastantes pontos de encontro entre a freguesia e o PNSE.

Ao verificar que, de acordo com o Regime Legal do POPNSE, as propostas para a freguesia estão em conformidade com as situações previstas e não vão contra nenhum objectivo específico ou estratégico do mesmo. Torna-se ainda mais relevante que haja uma sintonia entre as análises SWOT dos dois territórios, uma vez que a mesma permite que as intervenções na freguesia sejam realizadas em consonância com os Planos Estratégicos em que se insere e que o seu desenvolvimento caminha para a sustentabilidade.

A tabela 10 põe em evidência as características identificadas pelo Relatório do POPNSE para uma Análise Estratégica que mais se relacionam com as características da freguesia identificadas no Capítulo 9 deste documento.

⁶⁷ Relatório do POPNSE, 2008, p. 39

⁶⁸ Relatório do POPNSE, 2008, p. 39

Problemas	Potencialidades	Oportunidades	Ameaças
Floresta pouco diversificada, visando a produção de madeira.	Valor paisagístico elevado	Articulação entre turismo, ordenamento do território e desenvolvimento local	Tendências para continuação da perda populacional
O fogo que provoca a destruição de habitat	Suporte de actividades tradicionais (pastoreio, transumância)	Planeamento das acessibilidades rigoroso, ecologicamente sustentado e economicamente viável	Construção de vias alternativas de atravessamento da Serra da Estrela, sem o devido equacionamento dos seus impactes ambientais
Exploração florestal assente na produção de madeira	Atractividade turística, exploração de frutos silvestres e de outros produtos para além da madeira	Possibilidade de requalificação das Penhas da Saúde e Penhas Douradas	Erosão
Monocultura de pinheiro-bravo	Possibilidade de valorização económica de produtos agrícolas tradicionais.	Desenvolvimento do Turismo de Natureza	Fogo
Floresta de resinosas atreita a fogos	Exploração sustentada e diversificada da floresta.	---	---
Floresta sem atractividade para o lazer e turismo	Património (natural, cultural, paisagístico) nacional único Oferta turística e		
Degradação do património paisagístico	---		
Alteração de usos tradicionais do território			
Incorrecto ordenamento e gestão dos povoamentos florestais			
Decréscimo acentuado da população rural			
Tráfego relativamente elevado na EN17 e EN339 (torre)			
Povoamentos de folhosas residuais			
Presença de imóveis clandestinos no vale de Unhais e Penhas da Saúde			

Tabela 8 - Análise SWOT estratégica do Relatório do POPNSE, 2008. Pág. 33

11.5. PDM Covilhã

De acordo com o artigo 7º do Plano Director Municipal da Covilhã, “Espaços Urbanos – regime geral”, ponto 3, para a “defesa e preservação da estrutura e do ambiente urbano, (...) deverão as acções (...) ser sempre orientadas pelos instrumentos de planeamento (...) nomeadamente os planos municipais de ordenamento do Território de maior detalhe que o PDM”⁶⁹.

Mais é acrescentado que, como definido no ponto 4, as acções para a defesa e preservação da estrutura e do ambiente urbano devem ter em conta certos objectivos, entre os quais:

(...)

«b) Respeito pelas características que conferem identidade própria ao centro urbano, ou ao sector onde a acção incidir, nomeadamente no que se refere ao património urbano/ arquitectónico e ou paisagístico;»

(...)

«e) Manutenção e valorização das linhas de água existentes, através da criação de espaços verdes de desenvolvimento linear;»

(...)

O PDM Covilhã esclarece ainda as definições dos principais tipos de uso do solo no concelho em que, os de maior importância para o enquadramento e definição da proposta de desenvolvimento da freguesia de Cortes do Meio foram considerados os seguintes:

Artigo 14º - Espaços agrícolas

São “aqueles que possuem as características mais adequadas à actividade agrícola”⁷⁰, em que se enquadram as “Áreas de grande aptidão agrícola”⁷¹, onde se inclui a RAN e as “áreas de aptidão agrícola incluídas no perímetro do PNSE”⁷² entre outras.

⁶⁹ Diário da República, I Série – B, N.º 248, 1999, p.7085

⁷⁰ Diário da República, I Série – B, N.º 248, 1999, p.7088

⁷¹ Diário da República, I Série – B, N.º 248, 1999, p.7088

⁷² Diário da República, I Série – B, N.º 248, 1999, p.7088

Artigo 15º - Espaços agrícolas complementares e de protecção e enquadramento

São áreas de uso predominantemente agrícola, em que “as edificações consideradas só poderão ser permitidas no caso de não afectarem negativamente as áreas envolventes, nomeadamente do ponto de vista paisagístico”⁷³.

Artigo 16º - Espaços Florestais

São espaços em que “predomina, ou é desejável que predomine, uma cobertura florestal dominante, de manifesta importância para o equilíbrio ambiental ou a beleza da paisagem e ainda aqueles que se destinam à exploração florestal”⁷⁴

No caso da freguesia de Cortes do Meio, é de notar que os espaços florestais desempenham a função de se destinarem à exploração florestal, uma vez que o monocultivo de Pinhal bravo não potencia nem o equilíbrio ambiental nem paisagístico na freguesia.

Artigo 17º - Espaços naturais e culturais

São “todas as áreas ou ocorrências pontuais que evidenciam uma maior sensibilidade ecológica, paisagística ou ambiental ou onde se encontrem presentes valores patrimoniais de especial relevância”⁷⁵. As intervenções nestas áreas estão sujeitas à legislação do Parque Natural da Serra da Estrela e das Áreas de Protecção e Valorização Ambiental, como são exemplo as APVA dos Piornos, da Lagoa do Viriato e das Penhas da Saúde, na freguesia de Cortes do Meio.

Artigo 19º - Espaços especiais de infra-estruturas turísticas

São espaços como a Zona do Parque de Campismo das Penhas da Saúde. Nestes espaços interditam-se todas as acções que, pela sua natureza, dimensão ou características sejam inadequadas à actividade turística. A Zona do Parque de Campismo das Penhas da Saúde destina-se em exclusivo à prática de campismo.

No artigo 20º - Áreas críticas de reconversão urbanística

⁷³ Diário da República, I Série – B, N.º 248, 1999, p.7089

⁷⁴ Diário da República, I Série – B, N.º 248, 1999, p.7089

⁷⁵ Diário da República, I Série – B, N.º 248, 1999, p.7089

São áreas que necessitam de uma reestruturação com vista ao aumento da sua qualidade urbana e em que a elaboração de planos de pormenor é considerada urgente. Encontramos o núcleo urbano das Penhas da Saúde e a área envolvente.

Artigo 21º - Unidades operativas de planeamento

São “áreas que, pela sua homogeneidade estrutural devem ser objecto de estudos pormenorizados de conjunto, a particularizar em planos municipais de ordenamento do território de escala apropriada, nomeadamente no que respeita as zonas previstas para expansão urbana, relacionando-as com o tecido urbano consolidado”⁷⁶, como são exemplos a Área crítica de Reconversão urbanística das Penhas da Saúde (UOP 5) e a Albufeira de barragem prevista para a Ribeira das Cortes e área circundante (UOP 9).

Assim, depois da análise dos artigos mais relacionáveis com a proposta para a freguesia de Cortes do Meio – nomeadamente, a designação dos usos do solo e os enquadramentos legais da proposta – é possível reconhecer que o PDM se encontra demasiado desatualizado e é de difícil leitura e que, quaisquer relações neste capítulo estabelecidas podem não ser da maior validade quando comparadas com a realidade atual no terreno. Ainda assim, depois de verificadas as condições atuais, a legitimidade do PDM mantém-se uma vez que, mesmo desatualizado e com informação em falta, não se desvia muito da realidade atual.

Pelo que é possível constatar, as ações propostas para a freguesia de Cortes do Meio vão ao encontro do que está definido em PDM e não fogem do que está legalmente previsto para cada circunstância na freguesia de Cortes do Meio, dando resposta aos problemas identificados, inclusivamente.

11.5.1. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

⁷⁶ Diário da República, I Série – B, N.º 248, 1999, p.7090

O Plano de Acção (Caderno II) do PMDFCI determina as acções a desenvolver para reduzir o número de incêndios no Concelho, aumentar a resiliência da floresta e aumentar e melhorar a capacidade de resposta em caso de incêndio. Fá-lo através da definição de cinco eixos estratégicos, em que as medidas a aplicar se relacionam directamente com a freguesia na seguinte medida:

Eixo Estratégico	Medida / Objectivo Estratégico
I – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais	Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas através da redução de combustíveis
II – Redução da incidência dos incêndios	Educar e sensibilizar a população Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações
III – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios	Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como um sistema integrado municipal Estruturar o nível municipal da 1ª intervenção
IV – Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliar e mitigar os impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto, médio e longo prazo Definir tipologias de reabilitação a aplicar (...) promovendo o controlo da erosão, protecção da rede hidrográfica, defesa das infraestruturas e dos habitats mais sensíveis
V – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz	(-----)

Tabela 9 - Resumo do Plano de Acção (Caderno II) do PMDFCI da Covilhã.

É de notar que este documento se trata de um instrumento de planeamento que pretende uma evolução positiva no paradigma da destruição causada pelos incêndios, em especial no concelho da Covilhã. Porém, peca por não ser nem específico nem consequente o suficiente uma vez que é pouco ambicioso, não prevê uma evolução anual, mas sim um objectivo a obter no fim do limite temporal do documento, sem explicar nem como nem por quem. A inconsequência deste tipo de documentos leva a que, por melhor identificadas que estejam as dificuldades e susceptibilidades do território, não seja alcançável a mudança do paradigma que o coloca susceptível e em dificuldades por não ser realista nem atribuir responsabilidades.

12. Inserção em Regimes Legais Específicos

12.1. Baldios

A Lei nº 75/2017 de 17 de Agosto define o regime legal aplicável aos Baldios e demais regimes produtivos comunitários.

O Regime Legal aplicável aos terrenos baldios dita que “as comunidades locais não têm personalidade jurídica, sem prejuízo de terem personalidade judiciária, serem titulares de direitos e deveres e de se poderem relacionar com todos os serviços públicos e entidades de direito público e privado para o exercício de todos os direitos reconhecidos às entidades privadas que exercerem atividades económicas que não sejam contrárias à sua natureza comunitária”, que “a comunidade local é responsável pelas contraordenações praticadas pelos seus órgãos no exercício das suas funções, quando estes ajam em nome ou em representação do respetivo baldio” e que “a responsabilidade da comunidade local não exclui a responsabilidade individual dos membros dos respetivos órgãos nem depende da responsabilização destes, salvo os que expressamente se tiverem oposto ou não tiverem estado presentes na reunião em que tiver sido tomada a correspondente deliberação”⁷⁷.

Assim, será de esperar que, quaisquer actos danosos e eventuais contra-ordenações cometidas, especialmente no pós – incêndio de agosto de 2017, que tenham prejudicado a freguesia e posto em causa outros regimes legais descritos neste capítulo sejam levados à justiça.

⁷⁷ Lei nº 75/2017, de 17 de Agosto, Art.º 4º

12.2. Protecção da Floresta Contra Incêndios

O Decreto – Lei nº 156/ 2004 de 30 de Junho “estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta contra Incêndios”⁷⁸.

Ao fazê-lo, estipula como obrigatória a criação de Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios e no seu artigo 7.º, designa por “zonas críticas as manchas onde se reconhece ser prioritária a aplicação de medidas mais rigorosas de defesa da floresta contra incêndios face ao risco de incêndio que apresentam e em função do seu valor económico, social e ecológico. Os critérios que estiveram na base da demarcação das zonas críticas assentam, entre outros, nas classes Alta e Muito alta da probabilidade de ocorrência de incêndio florestal em Portugal continental nas manchas com elevada taxa de arborização, nas áreas submetidas a regime florestal e nas áreas protegidas”⁷⁹.

Qualquer infração ao definido pelo documento constitui contra-ordenação, de acordo com o artigo 29º do Decreto – Lei em questão.

⁷⁸ Decreto – Lei nº 156/ 2004 de 30 de Junho, Art.º 1º.

⁷⁹ Decreto – Lei nº 156/ 2004 de 30 de Junho, Art.º 7º.

12.3. Regime Florestal

O Regime Florestal é o conjunto de disposições destinadas a assegurar não só a criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias, no litoral marítimo.⁸⁰

Na freguesia de Cortes do Meio, encontrar-se-ia sob gestão directa do ICNF o perímetro florestal da Serra da Estrela – Cortes do Meio, se a ela se aplicasse o Regime Florestal Total.⁸¹ Quando coincidente com terrenos baldios, o Regime Florestal é Parcial, situação que decorre em quase todo o perímetro florestal da freguesia de Cortes do Meio.

Esta característica permite que se oriente “a existência da floresta a determinados fins de utilidade pública, permite, contudo, que na sua exploração sejam atendidos os interesses imediatos do seu possuidor”⁸². Assim, apesar de se aplicar o Regime Florestal à freguesia de Cortes do Meio, a gestão dos Baldios é soberana. Não obstante, é recomendável que os princípios pelos quais se rege a gestão seja discutida e ponderada em coordenação com o ICNF, uma vez que, além de Regime Florestal, grande parte da área de Baldio se insere também no perímetro do Parque Natural da Serra da Estrela.

⁸⁰ parte IV, artigo 25.º, do Decreto de 24 de dezembro de 1901, retirado de <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/regflo/perim-flor>

⁸¹ De acordo com a Deliberação nº 717/ 2017 do ICNF

⁸² Decreto de 24 de Dezembro de 1903, Art.º 3º, retirado de <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/regflo/enqleg>

12.4. Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica de âmbito europeu abrange as Zonas Especiais de Conservação (ZEC – Directiva Aves) e as Zonas de Protecção Especial (ZPE – Directiva Habitats).

Descritas e consolidadas pelo Decreto – Lei nº 140/ 99, as ZEC estão “sujeitas a medidas de conservação que satisfaçam as exigências ecológicas dos tipos de habitats naturais (...) presentes nos sítios”⁸³ e foram criadas com o objectivo de “evitar a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, bem como as perturbações que atinjam espécies para as quais as ZEC foram designadas”.⁸⁴

Já as ZPE surgem em forma de decreto regulamentar, abrangendo “as áreas que contêm os territórios mais apropriados, em número e em extensão, para a protecção das espécies de aves (constantas no anexo A-I), bem como das espécies de aves migratórias não incluídas no referido anexo e cuja ocorrência no território nacional seja regular”⁸⁵.

A definição destas áreas como áreas prioritárias à conservação e a sua presença na freguesia de Cortes do Meio, torna imperativo que se estabeleçam objectivos de gestão sustentáveis e que considerem a sensibilidade destes sistemas como determinante nas intervenções a desenvolver.

⁸³ Decreto – Lei nº 140/ 99, Secção II, Art.º 7º.

⁸⁴ Decreto – Lei nº 140/ 99, Secção II, Art.º 7º.

⁸⁵ Decreto – Lei nº 49/ 2005, Art.º 6º.

12.5. Domínio Público Hídrico

O Regime de Domínio Público Hídrico considera a água enquanto “factor de produção” e como “recurso estruturante ao desenvolvimento” que exige uma gestão assente na “racionalidade económica” e no princípio de disponibilidade quantitativa e qualitativa. Considera este regime algumas unidades de gestão, como a Bacia Hidrográfica, Conjuntos de Bacias Hidrográficas e Regiões Hidrográficas (a Ribeira de Cortes do Meio pertence à RH5 – Tejo e Ribeiras do Oeste).

Segundo o Art.º 2.º do Decreto – Lei nº 70/90 de 2 de Março,

a administração do domínio público hídrico do Estado e do domínio hídrico privado rege-se pelos seguintes princípios:

- a) Respeito pela bacia hidrográfica, conjuntos de bacias ou zonas consideradas afins numa óptica de utilização da água, como unidades de planeamento e gestão;
- b) Enquadramento das acções de intervenção no domínio público hídrico num processo de planeamento global e integrado, assente na especificidade de cada bacia;
- c) Utilização racional da água e protecção dos aquíferos dos leitos e das margens, salvaguardando aspectos de quantidade e de qualidade;
- d) Articulação do planeamento e administração dos recursos hídricos com os planeamentos sectoriais, as estratégias de desenvolvimento regional, o ordenamento do território e a conservação e protecção do ambiente.

Pelo mesmo Decreto – Lei, o Art.º 3.º dita que:

o processo de planeamento deve observar os seguintes requisitos:

- a) Globalidade, baseando-se numa abordagem conjunta e interligada dos aspectos técnicos, económicos, ambientais e institucionais;
- b) Racionalidade, visando a optimização da exploração das várias origens da água e a satisfação das várias necessidades, articulando a procura e a oferta e salvaguardando a preservação quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos, bem como uma aplicação económica dos recursos financeiros;

- c) Integração, em articulação com o planeamento dos sectores utilizadores, com o planeamento regional, com o ordenamento do território e com a conservação e protecção do ambiente;
- d) Coordenação, visando a satisfação articulada de objectivos de curto, médio e longo prazo;
- e) Participação, envolvendo agentes económicos e o público em geral e visando o alargamento de consensos⁸⁶.

As entidades responsáveis pela gestão da água em regime público são as seguintes⁸⁷:

- a) Instituto Nacional da Água (INAG) e respectivas Administrações de Recursos Hídricos (ARHs);
- b) Conselhos regionais da água;
- c) Associações de utilizadores e utilizadores individuais.

A utilização da água pode ter como fins “a ocupação por quaisquer infraestruturas, designadamente as destinadas à produção de energia, à realização de culturas biogenéticas, ao transporte e à prática de actividades desportivas ou de lazer”⁸⁸.

Para o licenciamento de quaisquer intervenções feitas em Regime Público Hídrico é necessário que as mesmas não entrem em “contradição com as orientações do planeamento da bacia ou região hidrográfica”⁸⁹. No caso das propostas estabelecidas para a freguesia de Cortes do Meio, as propostas definidas no Plano de Gestão da RH5 passam pela definição do Lugar da “Boiça”, freguesia de Cortes do Meio, Ribeira de Unhais da Serra, como local com pequeno potencial hidroelétrico (1,2 a 5 Mw), não havendo qualquer outra referência à freguesia.

Querendo avançar com as propostas definidas é importante ter em consideração que:

⁸⁶ Decreto – Lei nº 70/90 de 2 de Março

⁸⁷ Lei da Água (Lei nº 58/ 2005), Art.º 5º

⁸⁸ Decreto – Lei nº 70/90 de 2 de Março, Art.º 7º.

⁸⁹ Decreto – Lei nº 70/90 de 2 de Março, Art.º 8º.

em função da dimensão e características do empreendimento, poderá a ARH fazer depender a licença de utilização do domínio público hídrico dos seguintes requisitos:

- a) Estudo de viabilidade;
- b) Estudo prévio e ou projecto de execução;
- c) Estudo de impacte ambiental;
- d) Modelo de financiamento;
- e) Modelo de gestão.⁹⁰

⁹⁰ Lei n.º 58/2005, Art.º 16º

12.6. Reserva Ecológica Nacional

1 - A REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e susceptibilidade perante riscos naturais, são objecto de protecção especial.

2 - A REN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as acções compatíveis com os objectivos desse regime nos vários tipos de áreas.

3 - A REN visa contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território e tem por objectivos:

- a) Proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das actividades humanas;
- b) Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens;
- c) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- d) Contribuir para a concretização, a nível nacional, das prioridades da Agenda Territorial da União Europeia nos domínios ecológico e da gestão transeuropeia de riscos naturais⁹¹

No caso da freguesia de Cortes do Meio, aplicam-se as áreas de protecção já referidas no Capítulo 5.5.2 – Reserva Ecológica Nacional, e são “áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre e de áreas de prevenção de riscos naturais”⁹²

A nível municipal, a responsabilidade de elaboração da REN é da Câmara Municipal da Covilhã em articulação com a CCDR – C, neste caso. É de notar que, para o caso da

⁹¹ Decreto – Lei n.º 166/2008, Art.º 1.º.

⁹² Decreto – Lei n.º 166/2008, Art.º 2.º

freguesia de Cortes do Meio a informação se encontra muitíssimo desatualizada, uma vez que o PDM foi publicado em 1999 e até à data de hoje não foi publicada uma revisão.

O Regime Legal da Reserva Ecológica Nacional prevê que nas áreas incluídas na REN são interditos os usos e as acções de iniciativa pública ou privada que se traduzam em:

- a) Operações de loteamento;
- b) Obras de urbanização, construção e ampliação;
- c) Vias de comunicação;
- d) Escavações e aterros;
- e) Destruição do revestimento vegetal, não incluindo as acções necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo e das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais.

2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior os usos e as acções que sejam compatíveis com os objectivos de protecção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN.

No caso da freguesia de Cortes do Meio, é possível extrapolar que, ao remover na totalidade o revestimento vegetal pós – incêndio, numa área REN, numa extensão que se aproxima de metade da totalidade de área ardida, com recurso a maquinaria pesada, o Baldio de Cortes do Meio esteja a incorrer numa contra – ordenação muito grave⁹³ uma vez que, mesmo estando prevista a alienação do material lenhoso pós incêndio, esta foi feita em área protegida sem qualquer respeito pelos ciclos naturais e pondo em causa o correcto funcionamento do ciclo hidrológico potenciando a erosão massiva, consequente perda de nutrientes e aumento do risco de cheia.

12.7. Reserva Agrícola Nacional

⁹³ De acordo com o previsto pelo Art.º 37º - Contra - Ordenações

A RAN é o conjunto das áreas que em termos agro-climáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a actividade agrícola. (...) A RAN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as permitidas tendo em conta os objectivos do presente regime nos vários tipos de terras e solos.⁹⁴

A RAN é uma das componentes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, favorecendo a conectividade entre as áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas.⁹⁵

À semelhança do que sucede com a REN, a RAN para o concelho da Covilhã também se encontra muito desatualizada, uma vez que a sua atualização depende da atualização do PDM da Covilhã.

Pelo definido nos Artigo 21º e 22º do Decreto – Lei nº 73/ 2009, é possível verificar que nenhuma das propostas previstas para o Desenvolvimento da Freguesia de Cortes do Meio entra em conflito com o disposto nos mesmos, pelo que se encontram em conformidade – mas sujeito a aprovação – com o Regime Legal da RAN o desenvolvimento dos percursos pedestres e todos os outros objectivos.

⁹⁴ Decreto – Lei nº73/ 2009, Art.º 1º

⁹⁵ Decreto – Lei nº73/ 2009 Art.º 5º

V – PLANO DE EXECUÇÃO

13. Intervenções Prioritárias

Este capítulo pretende sintetizar e estabelecer uma ordem cronológica nas intervenções mais prementes a realizar na freguesia. Constituem-se como prioritárias uma vez que são as mais necessárias para dar resposta aos riscos que o incêndio de agosto de 2017 potenciou – na tentativa de os mitigar - e servem como impulsionadoras do desenvolvimento social e económico que se almeja.

Assim, por ordem cronológica, as intervenções a executar nos dois a três anos pós-incêndio (até agosto de 2020) são, de forma geral, as seguintes:

1. Recuperação das áreas ardidas através da aplicação das metodologias descritas no capítulo 8, privilegiando as intervenções em:
 - a. Encostas - estabilização das mesmas com recurso a metodologias de Engenharia Natural, assim como plantações de espécies autóctones de acordo com a proposta desenvolvida e, se possível, com recurso a material genético adaptado às condições edafoclimáticas do vale;
 - b. Galerias Ripícolas - requalificação da mesma de acordo com a flora local, respeitando a sensibilidade ecológica deste sistema;
2. Enquadramento Paisagístico do Poço da Monteiro – intervenção deve ter em conta a sensibilidade do sistema ribeirinho em que se insere e deve ser realizada de acordo com as normas em vigor, respeitando o legado cultural que acarreta;
3. Requalificação e realização Plano Urbanístico da Área de Lazer das Penhas da Saúde;
4. Limpeza (sem recurso a maquinaria pesada), identificação e manutenção dos antigos percursos dos pastores.

14. Intervenções Complementares

Este capítulo pretende orientar as intervenções a efectuar na freguesia no intervalo temporal que sucede o das intervenções prioritárias (ou seja, depois de meados de 2020) e tem como base o pressuposto de que as intervenções preconizadas para o intervalo temporal definido no capítulo anterior já se encontram terminadas.

Assim, nos anos que seguem as intervenções prioritárias, devem ser potenciadas na freguesia as seguintes iniciativas (não necessariamente por ordem cronológica):

1. Limpeza, identificação e Divulgação dos percursos pedestres da Ribeira e dos Miradouros;
2. Construção de Estufa/ Berçário da freguesia com espécies da flora local, de modo a que, em caso de necessidade (repovoamento, plantação, estabilização de talude, etc...), as espécies estejam disponíveis com a maior brevidade possível e sejam sempre as mais adequadas a qualquer intervenção no Vale das Cortes;
3. Construção e Manutenção da Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível através da plantação de um Azinhal, que posteriormente deverão ser limpo e cuidado para que não se verifique a presença do sub-coberto arbustivo e sub - arbustivo;
4. Criação de Incentivos à produção na freguesia dos seus recursos primários, por parte de privados, idealmente através de uma parceria entre todas as entidades intervenientes no território; neste âmbito, o Baldio desempenha uma função fundamental, sendo obrigado a , através de uma correta gestão florestal, promover a diversidade e qualidade dos produtos da floresta;
5. Criação de políticas públicas que promovam incentivos à fixação e criação de pequenas e médias empresas na freguesia, na área do turismo, dos serviços, mas principalmente da indústria transformadora.

CONCLUSÃO

Sair da nossa zona de conforto é sempre um passo em direcção ao crescimento pessoal. Mesmo que, como eu, nos julguemos a encaminhar para um sítio que já é tão nosso, ainda que desconhecido, como eu julgava ser a Serra da Estrela, vamos encontrar no destino a nossa inexperiência, insegurança e desconforto a sorrir de volta como quem nos esperava há anos.

Chegar à Covilhã e à aldeia de Cortes do Meio revelou-se um desses passos. A relação emocional que nutria pela região da Serra da Estrela depressa se apresentou como apenas cordial, de turista curiosa que na verdade pouco percebe do que é “ser serrano”.

Mais que chegar à Serra da Estrela como turista, disposta a explorar todos os recantos e a perder-se, a riqueza de chegar à Serra como aspirante a Arquiteta Paisagista traz consigo os olhos esbugalhados, os ouvidos abertos e o corpo pronto para absorver a beleza, as conversas do café da esquina, os gritos do pastor, a água fria dos mergulhos na ribeira, percorrer os caminhos sem data dos pastores. A Arquitetura Paisagista traz consigo os sentidos em euforia.

Depressa percebi que não estava em casa. Não havia na minha identidade qualquer relação com a cultura serrana por ser neta do Alentejo. Foi preciso, para compreender a serra, perder-me na conversa com os serranos. Igualmente depressa percebi que tinha na serra uma outra família, com dores diferentes das minhas, pesares com outras origens, mas em tudo o resto semelhante a mim na paixão que partilhávamos por esta Serra, esta casa deles que começava a ser minha também.

Foi assim que, acolhida, me dei conta de que ao partilharmos esta sensação de casa na Serra, o meu crescimento começava. Eu, enquanto Arquiteta Paisagista percebi, agora melhor que nunca, que a Serra são as pessoas. E os serranos, ao começarem a perceber a necessidade do regresso à sustentabilidade, depositaram em mim as esperanças do seu crescimento.

A importância da Arquitetura Paisagista em territórios social, económica e ambientalmente debilitados foi a principal lição a retirar da elaboração deste relatório, que encerra o fim do meu percurso académico enquanto estudante de Arquitetura Paisagista.

A compreensão das dinâmicas sociais e ambientais dos territórios e o respeito pela paisagem enquanto identidade de um povo são os aspectos que agora reconheço e mais valorizo nesta arte de desenhar paisagem.

Em Cortes do Meio há um pesar e saudade constantes da serra. A serra que é do povo, sobre a qual foi construída a família, é agora apenas memória antiga que tarda em regressar e há uma pressa para não esquecer quem se é. É urgente visitar os moinhos e fazer por eles passar água outra vez; é urgente provar o pão acabado de sair do forno a lenha comunitário; é urgente devolver vida às encostas, aos socacos e aos bardos; é urgente conhecer os pastores, antes que tudo se esqueça. Antes que os hectares contínuos de pinhal – ou o fogo, ou a ausência de pessoas – nos façam esquecer que aqui a serra (ainda) tem vida.

A realização deste estágio em contexto profissional numa junta de freguesia e sempre em contacto com diversas agências para o desenvolvimento local foi fundamental não só para a consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo de todo o percurso académico, mas também para uma compreensão mais palpável das dificuldades administrativas por que passam o poder administrativo local, as associações de solidariedade social, as associações de desenvolvimento local e as associações de gestão florestal. A realização deste estágio foi ainda fundamental para o primeiro choque com a dura realidade que é a falta de coordenação entre instituições.

Várias são as instituições a intervir neste território. Todas têm como princípio absoluto o serviço às pessoas e à população. Ainda assim, é rara a intervenção no território que seja feita em cooperação ou coordenação, quer entre as instituições, quer entre estas e a comunidade.

A elaboração de planos de desenvolvimento holísticos como este pretende ser deve cada vez mais servir como um instrumento directo de serviço à população que envolve todos os actores de desenvolvimento com poder de intervenção no território e sempre com o máximo respeito pela paisagem.

Ao terminar este capítulo da vida académica, fica o amadurecimento pessoal e a consolidação académica, uma maior consciência das dificuldades e riquezas da paisagem serrana e a compreensão do papel do Arquitecto Paisagista enquanto actor no desenvolvimento territorial e desenhador de paisagem. O desenvolvimento social é um sistema complexo e que, por isso, aquando da elaboração de planos de gestão e desenvolvimento do território exige que se considere toda a intrincada rede de relações que se estabelecem entre a questão social, económica e ambiental dos territórios e todas as suas valências. Estou para essa relação e delicada simbiose muito mais atenta depois da realização deste estágio.

Fica, para um futuro profissional, uma atitude crítica constante, a sensação de nunca ter o trabalho terminado e a humildade necessária ao trabalho em equipa.

A sensação de saber que nada sei cresceu em mim nestes últimos 10 meses e, sabendo que o exercício desta área profissional passa por um constante aperfeiçoamento e constante dúvida, sinto-me preparada para lidar com novos desafios e encontrar mais zonas de conforto para delas sair e me permitir crescer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Lusitana de Fitossociologia & Fédération Internationale de Phytosociologie, (2000), *Dados sobre a vegetação da Serra da Estrela: guia do itinerário geobotânico dos III encontros de fitossociologia*, Quercetea, Vol. N.º 2.

Caldeira Cabral, F., Ribeiro Telles, G., (1999), *A árvore em Portugal*, Lisboa: Assírio e Alvim.

Câmara Municipal da Covilhã, (1999), *Plano Director Municipal*, Covilhã.

Câmara Municipal da Covilhã, (2016), *Plano municipal de defesa da floresta contra incêndios*, Covilhã.

Cancela D'Abreu, A., Pinto Correia, T., & Oliveira, R, (2001), *Identificação de Unidades de Paisagem: metodologia aplicada a Portugal Continental*, Finisterra: XXXVI (72), pp. 195 – 206.

Castro, F., (1947), *A lã e a neve*, Guimarães editores.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, (2011), *Plano regional de ordenamento do território da região centro*, Coimbra.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, (2006), *Plano regional de ordenamento florestal da beira interior norte*, Coimbra.

Conselho da Europa, (2000), *Convenção europeia da paisagem*, Itália: Florença.

Cruz de Carvalho, M. A., (1985), *A compartimentação no ordenamento da paisagem rural: relatório e texto de apoio para uma aula da disciplina de Arquitetura Paisagista III*, Universidade de Évora.

Da Costa, J. B., (2011), *Caracterização e constituição do solo*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Decreto – Lei n.º 127, (2005) de 5 de agosto, retirado de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/241857/details/maximized>

Decreto – Lei n.º 140, (1999), retirado de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/531828/details/maximized>

Decreto – Lei n.º 156, (2004), de 30 de junho, retirado de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/517473/details/maximized>

Decreto – Lei n.º 16, (2009), retirado de <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/397359/details/maximized>

Decreto – Lei n.º 166, (2008), retirado de http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1058&tabela=leis&so_miolo=

Decreto – Lei n.º 49, (2005), retirado de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/608175/details/maximized>

Decreto – Lei n.º 58, (2005), retirado de http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1191&tabela=leis

Decreto – Lei n.º 70, (1990) de 2 de Março, retirado de https://dre.pt/pesquisa/-/search/332410/details/normal?p_p_auth=nQmYS2MH

Decreto – Lei n.º 73, (2009), retirado de <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/603209/details/maximized>

Decreto – Lei n.º 75, (2017), de 17 de agosto, retirado de
https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/108010871/details/maximized?p_p_auth=ET7xt3EZ

Decreto – Lei, (1901), de 24 de dezembro, retirado de
<http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/regflo/enqleg>

Decreto – Lei, (1903), de 24 de dezembro, retirado de
<http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/regflo/enqleg>

Direcção Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, (2018), *Reserva Agrícola Nacional*, retirado de <https://www.dgadr.gov.pt/ambord/reserva-agricola-nacional-ran>.

Fernandes, P., Botelho, H. & Rego, F., (2005). *A piroecologia do Pinheiro Bravo*. Silva Lusitana 13(2): pp. 233 – 248, Lisboa.

Ferreira, N., Viera, G., (1999), *Guia geológico e geomorfológico do Parque Natural da Serra da Estrela*, Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.

Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P., (2018), *Baldios*, retirado de <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/baldios>.

Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P., (2018), *Habitats*, retirado de <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/resource/doc/rn-plan-set/hab>.

Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P., (2018), *Incêndios*, retirado de <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relat/raa/ree-2017>.

Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I. P., (2008), *Plano de ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela*, Manteigas.

Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I. P., (2018), *Programa especial de ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela: relatório de diagnóstico*, Manteigas.

Jansen, J., (2002), *Guia geobotânico da Serra da Estrela*, Manteigas: Instituto de Conservação da Natureza.

Magalhães, M. R., (2001), *A Arquitetura Paisagista: morfologia e complexidade*, Editorial Estampa.

Mesquita, S., (2013), *Vegetação natural com valor de conservação*, retirado de <http://epic-webgis-portugal.isa.utl.pt/>.

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, (2006), *Programa nacional da política de ordenamento do território: relatório*, Lisboa.

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, (2007), *Programa nacional da política de ordenamento do território: programa de acção*, Lisboa.

Moreira, F., Catry, F. X., Silva, J. S. & Rego, F., (2010), *A ecologia do fogo e gestão de áreas ardidas*, ISAPress: Lisboa.

Portaria n.º 57 – B, (2015) de 27 de fevereiro, retirado de https://dre.pt/home/-/dre/66619907/details/maximized?p_auth=Z0dTHgn0

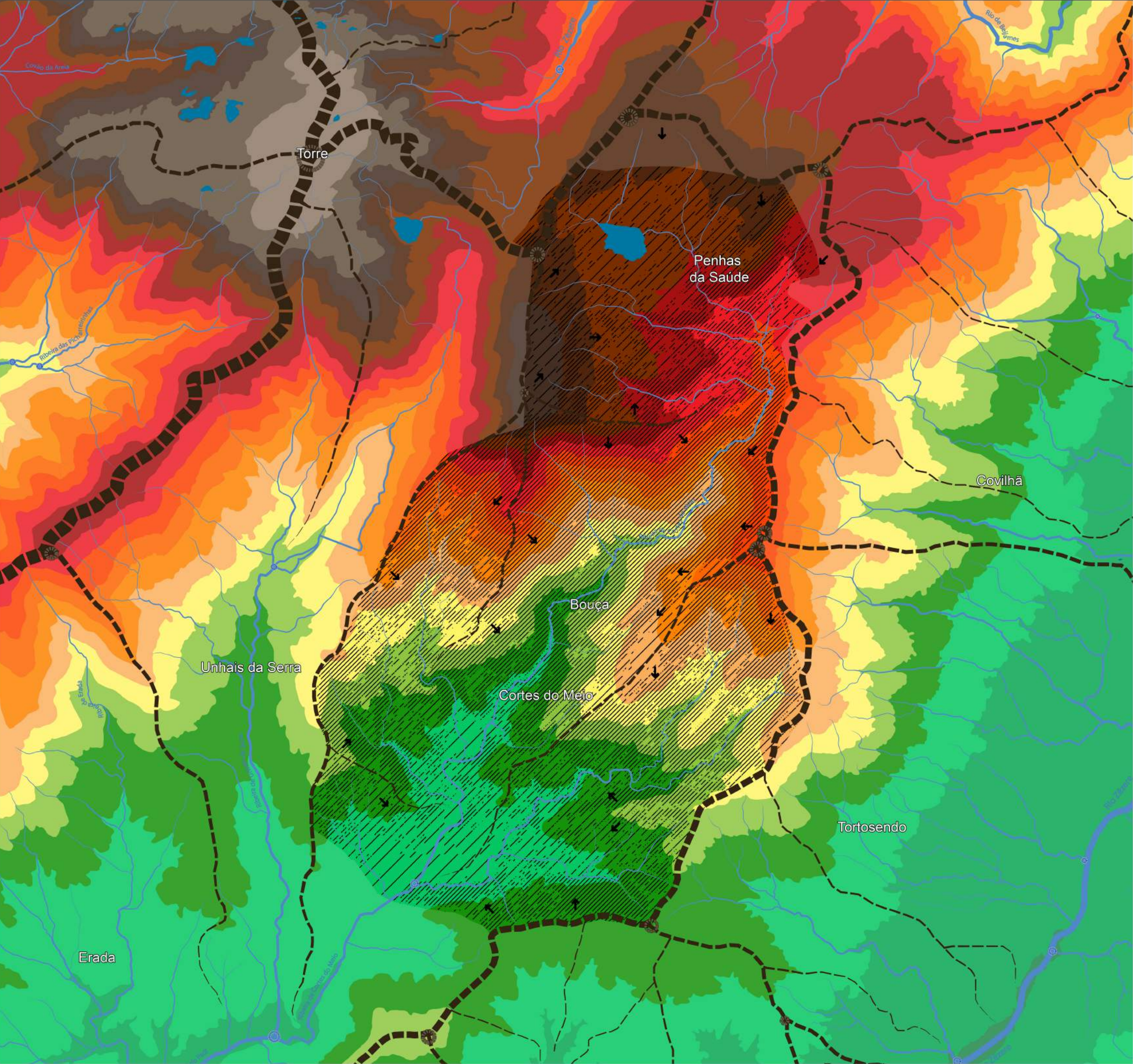
Ribeiro Telles, G., (2003), *A utopia e os pés na terra*, Instituto Português de Museus.

Rivas – Martínez, S., et al., (2014), Biogeography of Spain and Portugal: preliminary typological synopsis, *International Journal of Botanical Research*, Vol. n. º 4, pp. 1 – 64.

Rodrigues, D., (1999), *Diálogos raianos: ensaios sobre a beira interior*, Lisboa: Edições Colibri.

Saraiva, M. G., (1999), *O rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ANEXOS



LEGENDA

..... Limite da Freguesia

ALTIMETRIA

300- 400 m	1100- 1200 m
400- 500 m	1200- 1300 m
500- 600 m	1300- 1400 m
600- 700 m	1400- 1500 m
700- 800 m	1500- 1600 m
800- 900 m	1600- 1700 m
900- 1000 m	1700- 1800 m
1000- 1100 m	1800- 1900 m
	1900- 2000 m

LINHAS FUNDAMENTAIS DO RELEVO

- Linhas de Fecho
- Linhas de Água
- Centros de distribuição
- Centros de encontro

ORIENTAÇÃO DE ENCOSTAS

- Encostas quentes Encostas frias
- ↗
- ← ↖
- ↘ ↙
- ↗ ↖

DECLIVES

0- 8 %	16- 25 %
8- 16 %	> 25 %



Junta de Freguesia de Cortes do Meio



Universidade de Évora

Unidade Curricular:
Estágio Curricular para obtenção do grau de mestre em Arq. Paisagista

Peça técnica:
CARTA DE SÍNTESE DE RELEVO

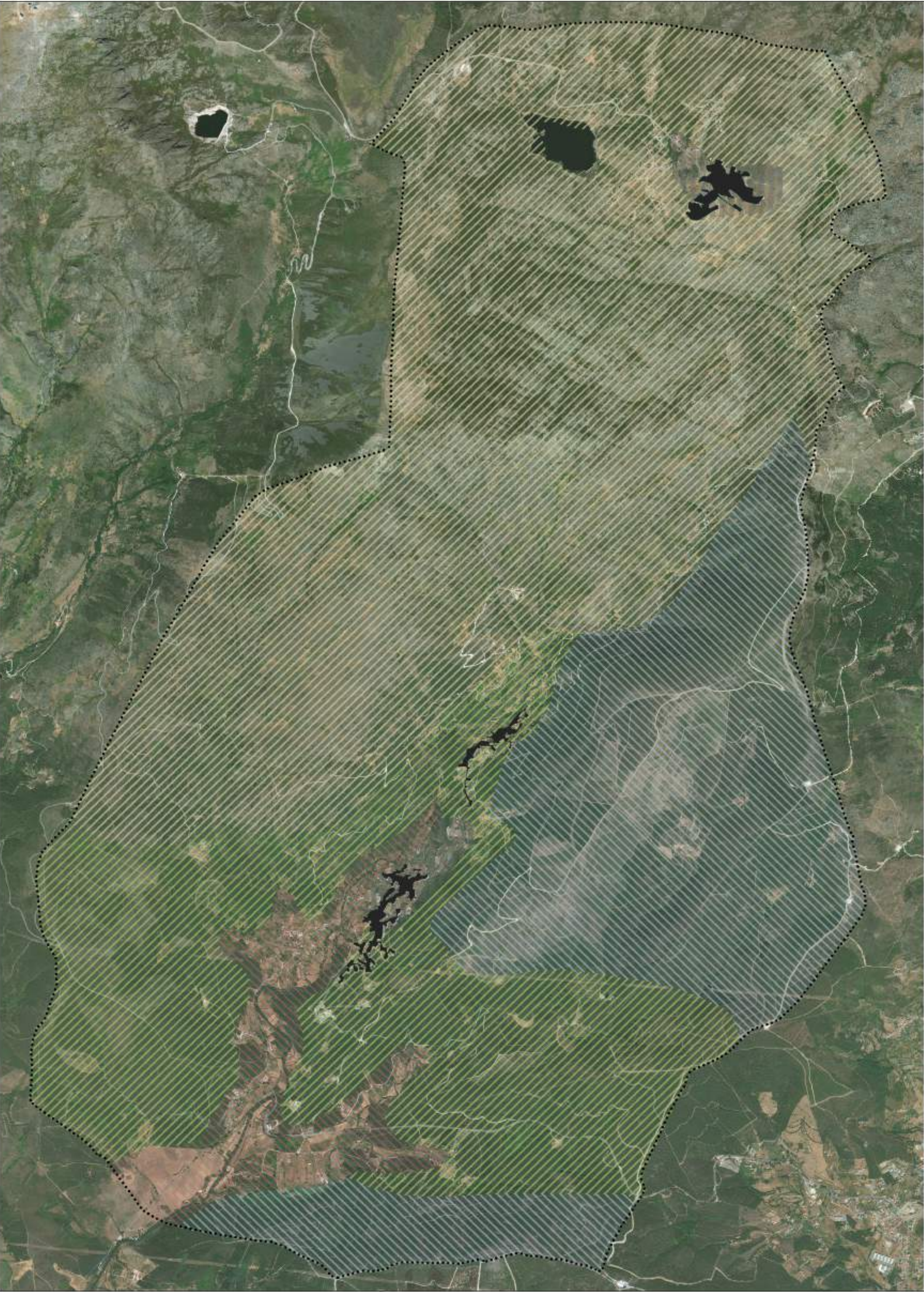
Nome e nº de aluno:
Bárbara Sofia Rodrigues Franco
m39607

Data:
Dezembro 2018

Orientação:
N

Escala:
1:25 000

ANEXO
I






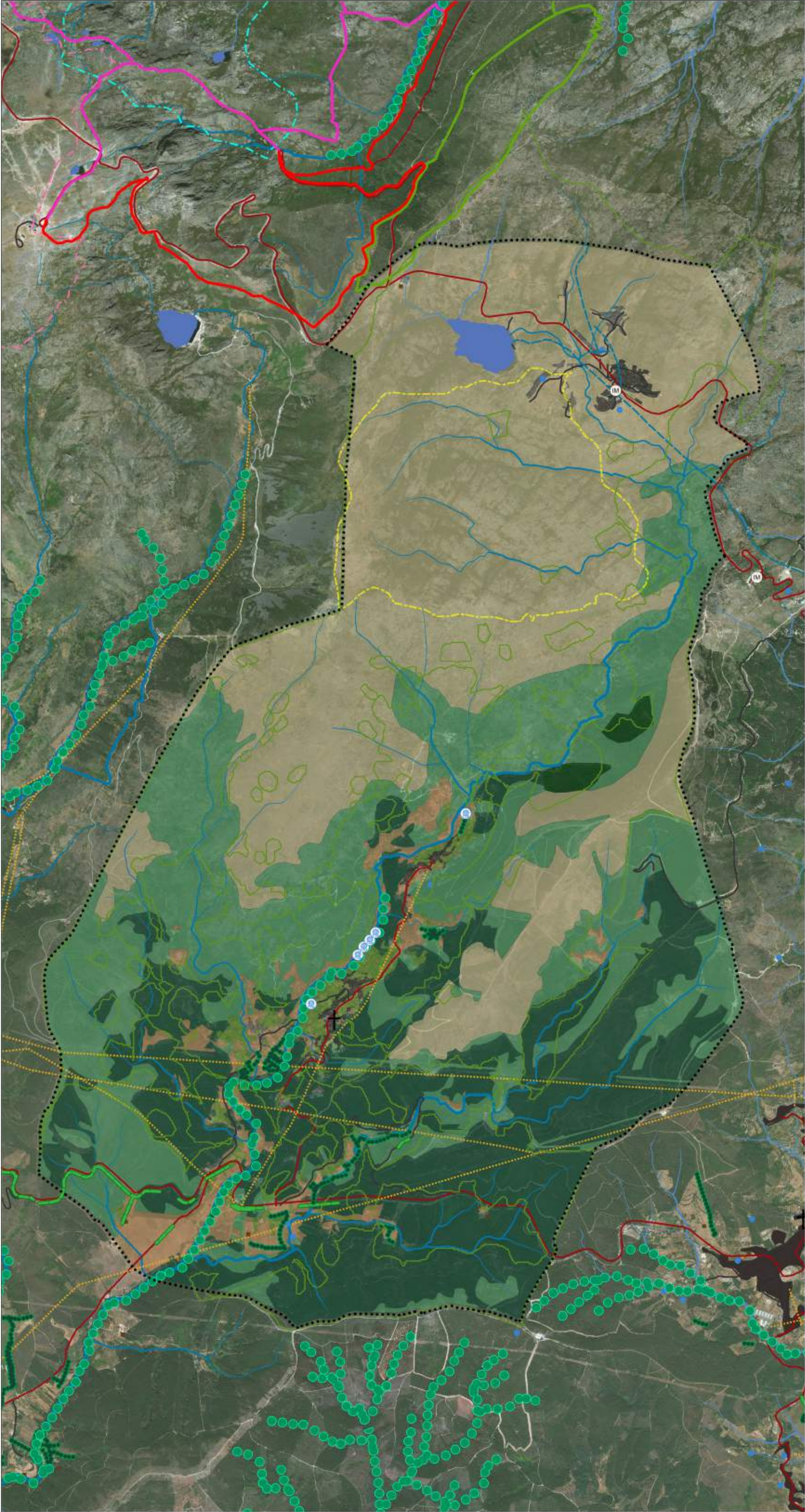
LEGENDA

..... Limite da Freguesia

TIPOS DE SOLOS

-  Litossolos
-  Podzóis
-  Regossolos
-  Solos Halomórficos
-  Áreas sociais

	Junta de Freguesia de Cortes do Meio	Data: Dezembro 2018
	Universidade de Évora	Orientação: 
Unidade Curricular: Estágio Curricular para obtenção do grau de mestre em Arq. Paisagista		Escala: 1:25 000
Peça técnica: CARTA DE SOLOS		ANEXO
Nome e nº de aluna: Bárbara Sofia Rodrigues Franco m39607		II



LEGENDA

..... Limite da Freguesia

USO DO SOLO

- Policutura de periferia urbana sob Olival tradicional
- Culturas pratenses de sequeiro
- Pastagens permanentes
- Povoamento denso de *Pinus pinaster*
- Povoamento disperso de *Pinus pinaster*
- Área de Baldio
- Tecido urbano contínuo
- Tecido urbano descontínuo
- Parques Industriais de pequena/média indústria

VALORES CULTURAIS

Património Classificado

- CIP- Conjunto de Interesse Público
- IIP- Imóvel de Interesse Público
- IM- Interesse Municipal
- MIM- Monumento de Interesse Municipal

Património em Vias de Classificação

- Interesse Municipal

Outros Valores Culturais

- Quintas
- Poços/ Nascentes
- Azenhas

ESTRUTURAS, INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS



- Estradas principais
- Estradas secundárias
- Caminhos rurais
- Ferrovias- Linha da Beira Baixa
- Rede Elétrica de Alta Tensão
- Percursos Pedestres
- Existentes
- PR5 MTG- Maciço Central
- PR6 MTG- Glaciár
- PR7 MTG- Poios Brancos
- Propostos pela C. M. Covilhã
- CMC | Na Senda dos Pastores
- CMC | Salgadeiras
- CMC | Ex-libris da Serra da Estrela

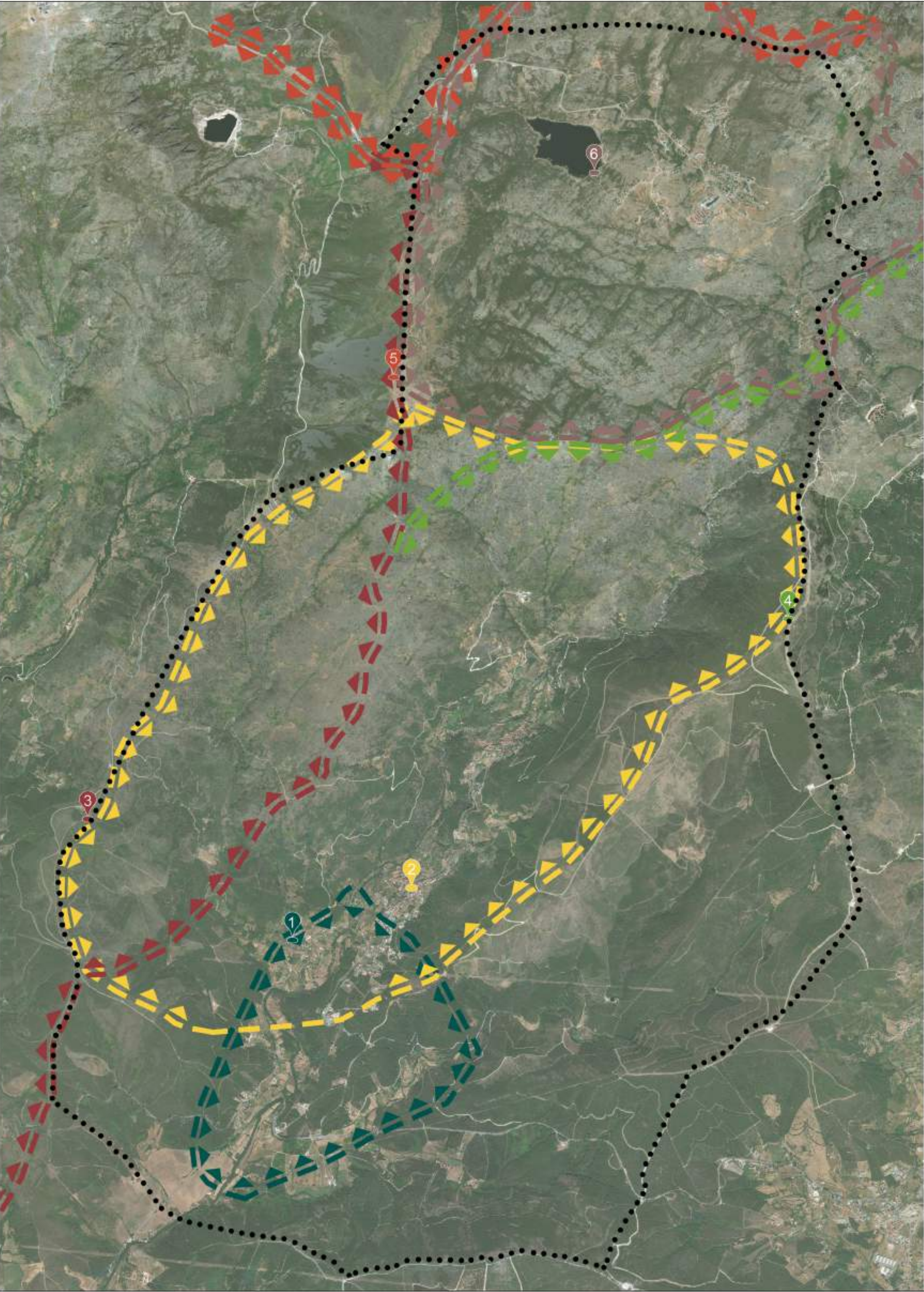
ETAR

- Cemitério
- Hospital
- Estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário
- Universidade da Beira Interior
- Data Center PT/ Altice
- Aqueduto Subterrâneo

VALORES NATURAIS

- Linhas de água
- Manchas Residuais de Vegetação Natural | Azinhal
- Galerias Ripícolas
- Sebes de Compartimentação
- Alinhamentos arbóreos (estradas)
- Albufeiras/ Charcas

	Junta de Freguesia de Cortes do Meio	Data: Dezembro 2018
	Universidade de Évora	Orientação: N
Unidade Curricular: Estágio Curricular para obtenção do grau de mestre em Arq. Paisagista		Escala: 1:25 000
Peça técnica: CARTA DE HUMANIZAÇÃO E VALORES NATURAIS		ANEXO
Nome e nº de aluna: Bárbara Sofia Rodrigues Franco m39607		III



LEGENDA

..... Limite da Freguesia

LIMITES VISUAIS DAS BACIAS DEFINIDAS A PARTIR DOS PONTOS DE OBSERVAÇÃO

Pontos de observação	Limites das Bacias Visuais

	Junta de Freguesia de Cortes do Meio	Data: Dezembro 2018
	Universidade de Évora	Orientação:
Unidade Curricular: Estágio Curricular para obtenção do grau de mestre em Arg. Paisagista		Escala: 1:25 000
Peça técnica: CARTA DE BACIAS VISUAIS		ANEXO IV-A
Nome e nº de aluna: Bárbara Sofia Rodrigues Franco m39607		



Cortes de Baixo



3

Estrada de Unhais da Serra



5

Varanda dos Pastores



15- Vale das Cortes visto da Varanda dos Pastores



2

Cortes do Meio



4



4

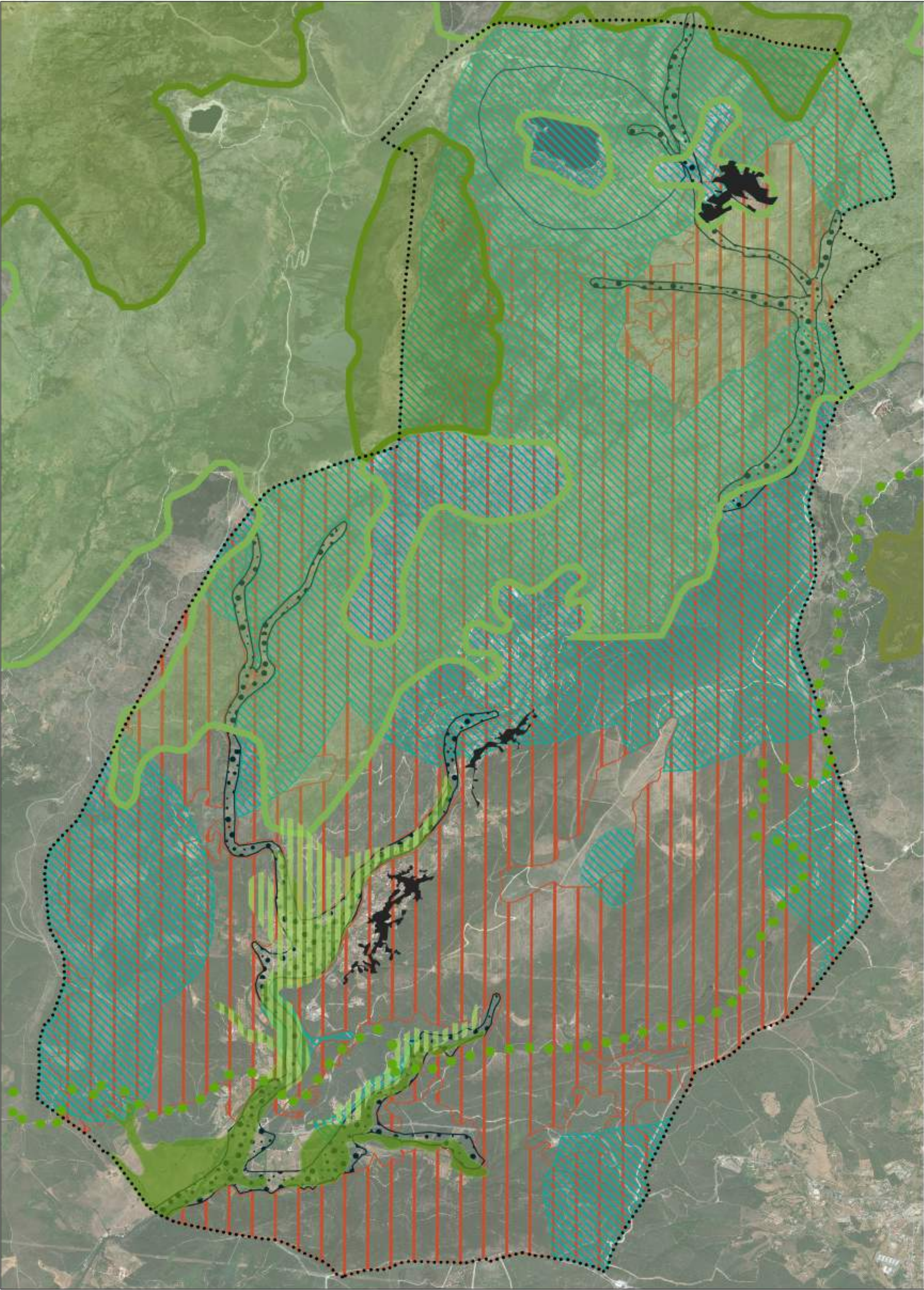
Alto dos Livros



6




Albufeira do Viriato

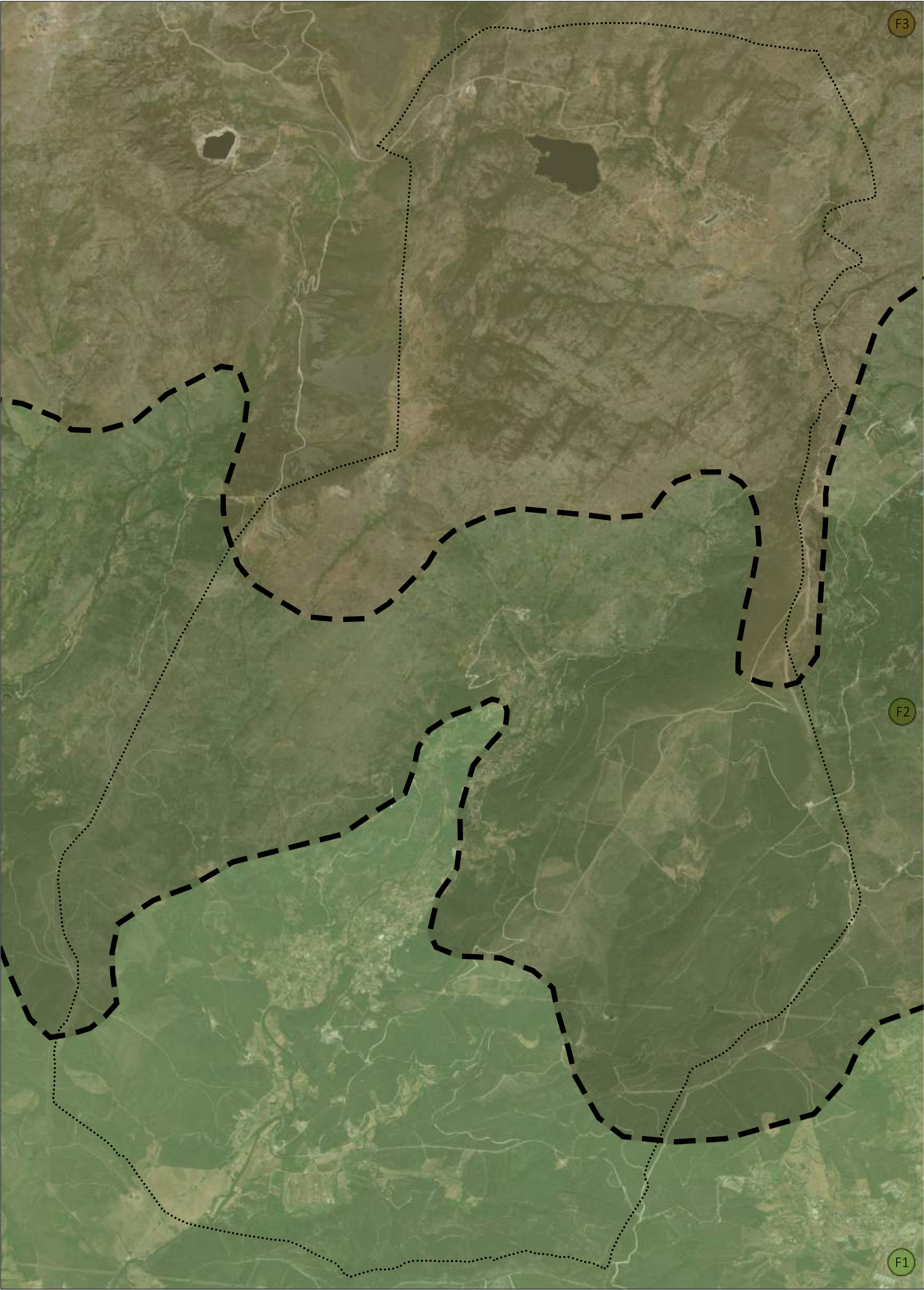




LEGENDA




- Limite da Freguesia
- Limite do Parque Natural da Serra da Estrela
- Vegetação Natural com valor de conservação
- Muito elevado
 - Elevado
 - Baixo
- Reserva Ecológica Nacional
- Áreas com Risco de Erosão
 - Cabeceiras de Linhas de água
 - Faixa de Proteção a Lagoas
 - Leitos dos cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias
- Reserva Agrícola Nacional
- Proposta pelo P.N.S.E.
 - Proposta pela C. M. Covilhã

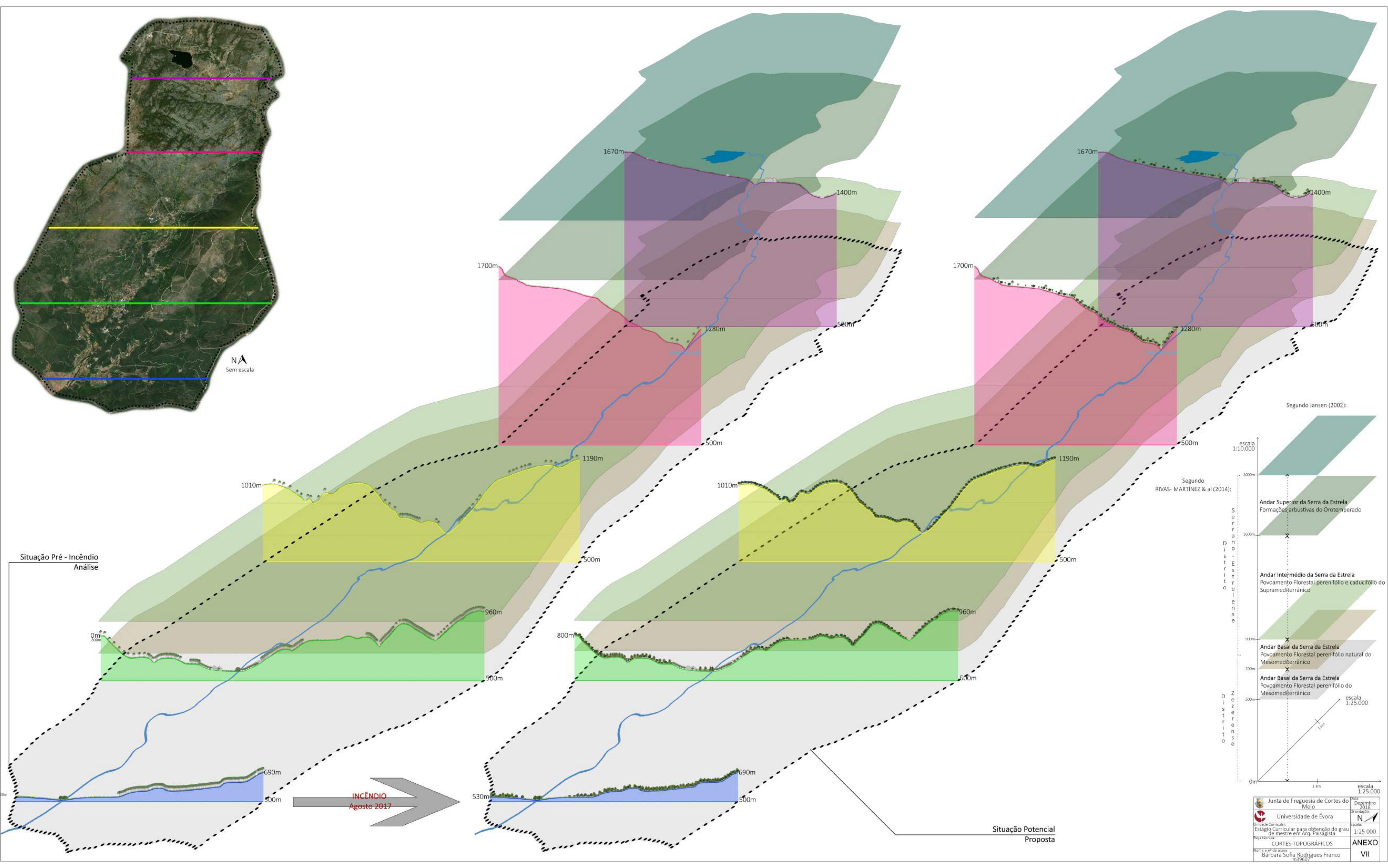
	Junta de Freguesia de Cortes do Meio	Data: Dezembro 2018
	Universidade de Évora	Orientação: 
Unidade Curricular: Estágio Curricular para obtenção do grau de mestre em Arq. Paisagista		Escala: 1:25 000
Peça técnica: CARTA DE SÍNTESE DE CONDICIONANTES E POTENCIALIDADES		ANEXO
Nome e nº de aluna: Bárbara Sofia Rodrigues Franco m39607		V

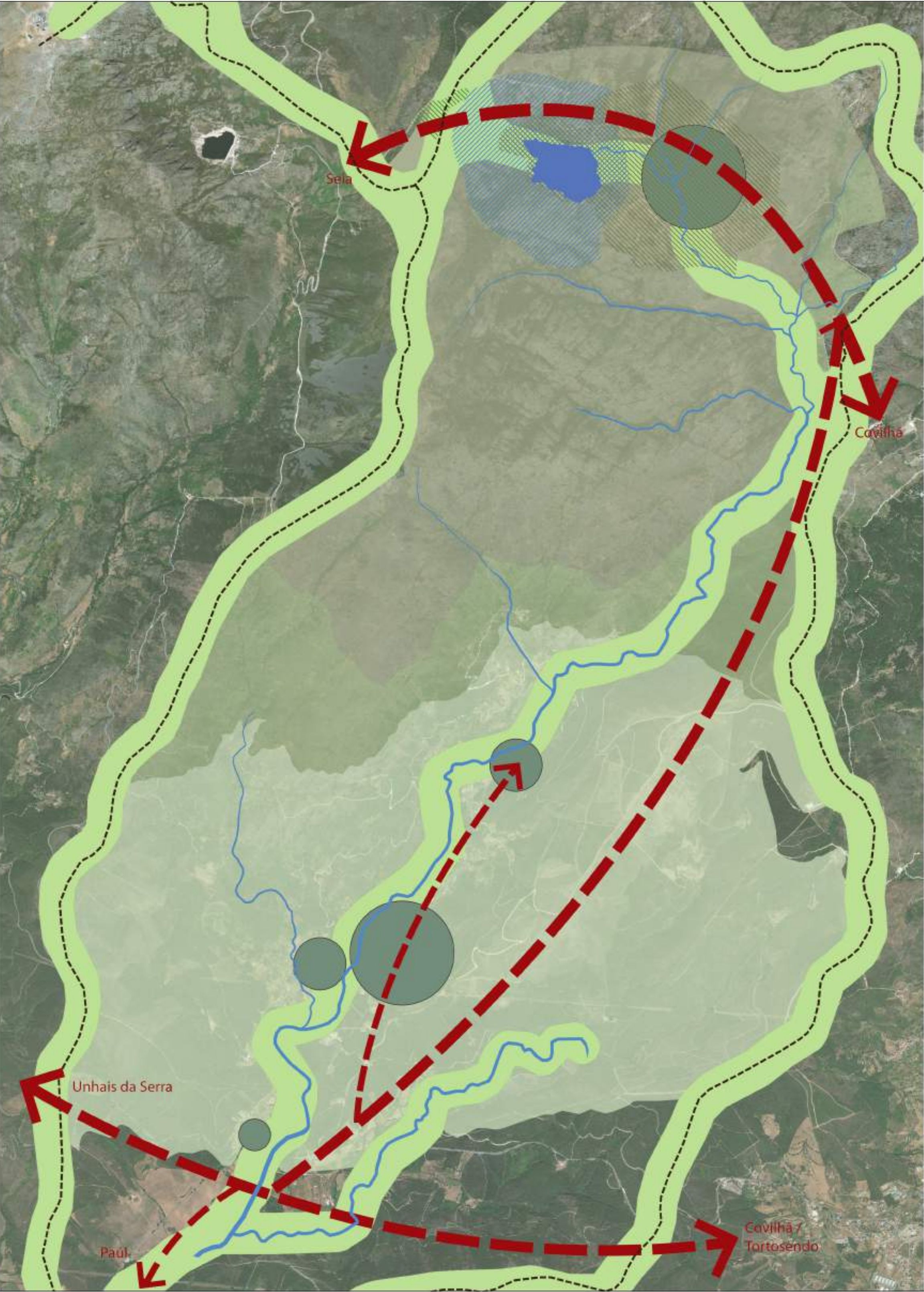


LEGENDA

- Limite da Freguesia
- F3 Sub- unidade “Urzais de Altitude”
- F2 Sub- unidade “Encostas de Protecção”
- F1 Sub-unidade “Campos de Produção”

 Junta de Freguesia de Cortes do Meio	Data: Dezembro 2018
 Universidade de Évora	Orientação: 
Unidade Curricular: Estágio Curricular para obtenção do grau de mestre em Arq. Paisagista	Escala: 1:25 000
Peça técnica: CARTA DE UNIDADES DE PAISAGEM	ANEXO VI
Nome e nº de aluna: Bárbara Sofia Rodrigues Franco m39607	





LEGENDA

..... Limite da Freguesia

ESTRUTURA ECOLÓGICA PRIMÁRIA

Corredor Ecológico

Linhas de água

Linhas de festo

Albufeiras/ Charcas

ESTATUTO DE CONSERVAÇÃO DO P.N.S.E.

Protecção Parcial do Tipo II

Protecção Parcial do Tipo III

Protecção Complementar

ÁREAS PRIORITÁRIAS DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

Perímetro das Penhas da Saúde

Perímetro da Lagoa do Viriato

Perímetro dos Piornos

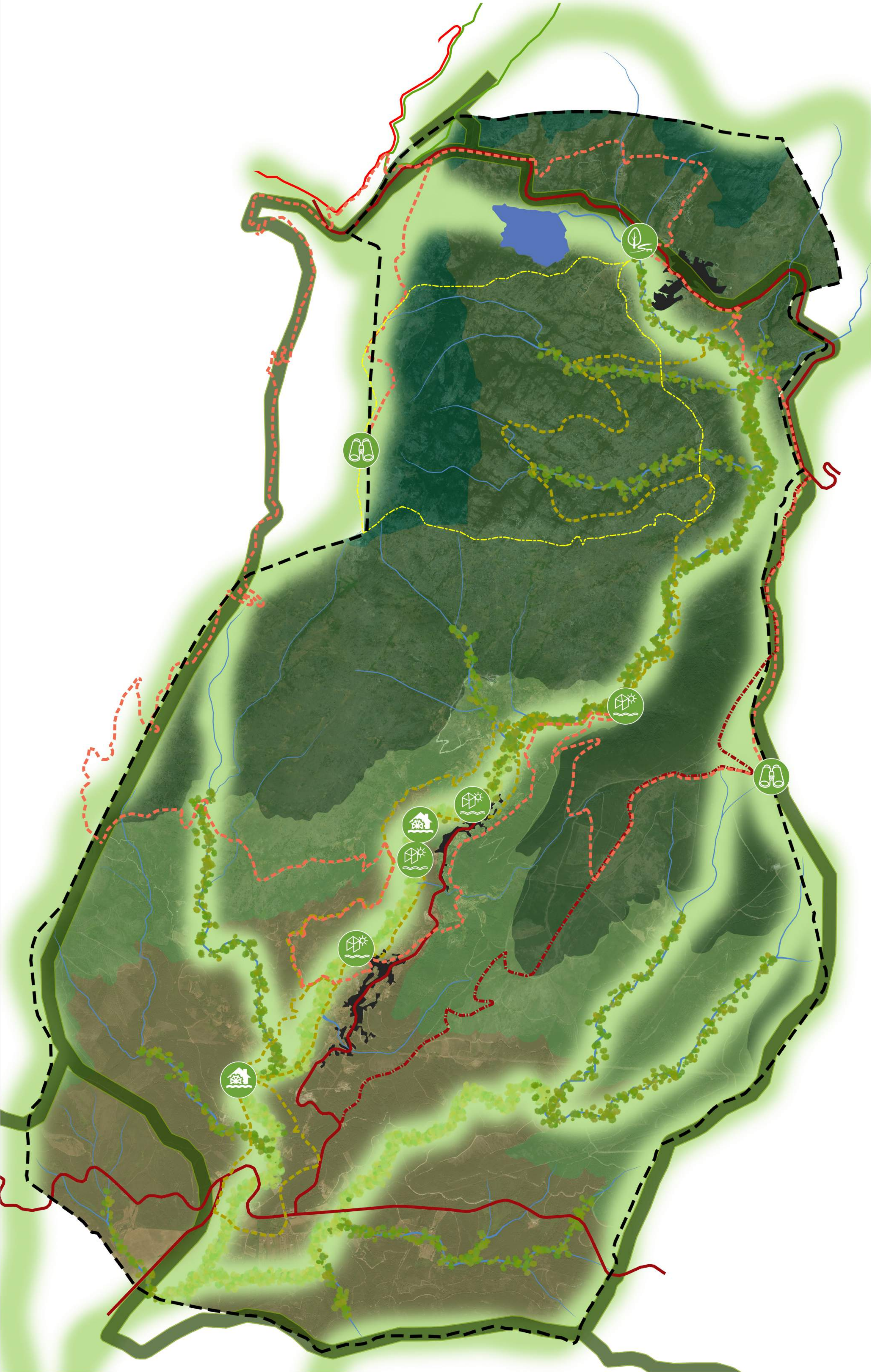
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Núcleos Urbanos (por importância estratégica)

ESTRUTURAS, INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS

Eixos Prioritários de Comunicação

	Junta de Freguesia de Cortes do Meio	Data: Dezembro 2018
	Universidade de Évora	Orientação: N
Unidade Curricular: Estágio Curricular para obtenção do grau de mestre em Arq. Paisagista		Escala: 1:25 000
Peça técnica: PLANO ESTRATÉGICO		ANEXO VIII
Nome e nº de aluna: Bárbara Sofia Rodrigues Franco m39607		



ESTRUTURA ECOLÓGICA

- Linhas de Água
- Albufeiras/ Charcas
- Corredor Ecológico
- Galeria Ripícola existente
- Galeria Ripícola proposta

Mata Ribeirinha

Povoamento Florestal caducifólio natural

- Amial- *Alnus glutinosa*
- Salgueiral- *Salix spp.*
- Freixial- *Fraxinus angustifolia*

Mata de Produção / Conservação

0 m - 700 m de Altitude |
Andar Basal da Serra da Estrela

- Povoamento Florestal perenifólio do Mesomediterrânico
- Souto- *Castanea sativa*
- Azinhai- *Quercus rotundifolia*
- Sobreiral- *Quercus suber*
- Nogueiral- *Juglans regia*
- Avelal- *Corylus avellana*

700 m - 900 m de Altitude |
Andar Basal da Serra da Estrela

- Povoamento Florestal perenifólio natural do Mesomediterrânico
- Azinhai- *Quercus rotundifolia*
- Sobreiral- *Quercus suber*

900 m - 1600 m de Altitude |
Andar Intermediário da Serra da Estrela

- Povoamento Florestal perenifólio e caducifólio do Supramediterrânico
- Carvalhal- *Quercus pyrenaica*
- Azinhai- *Quercus rotundifolia*

1600 m - 2000m de Altitude |
Andar Superior da Serra da Estrela

- Formações arbustivas do Orotemperado
- Zimbral- *Juniperus communis* subsp. *alpina*
- Giestal- *Cytisus oromediterraneus*

PONTOS DE INTERESSE

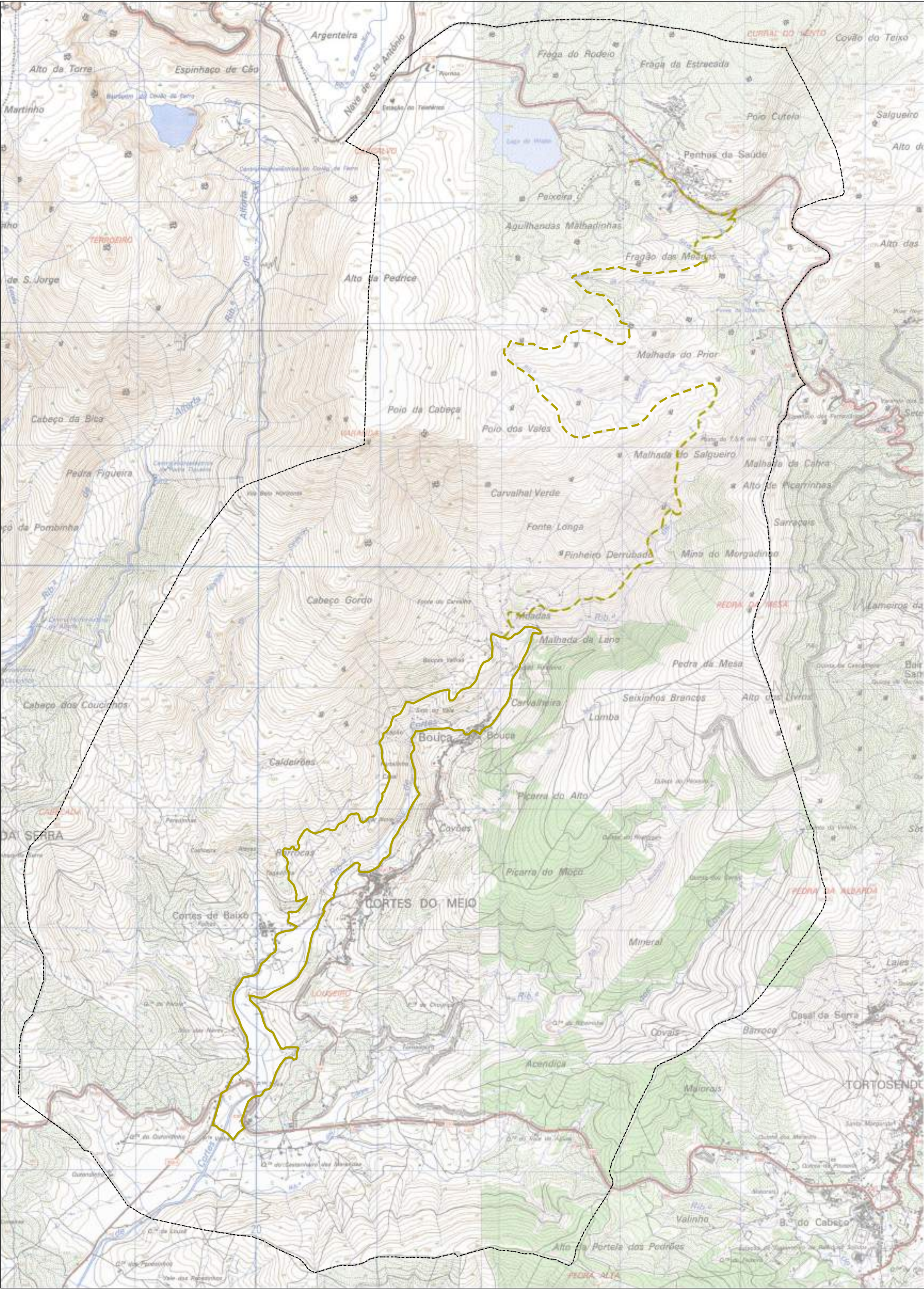
- Moinhos
Moinho do Farinha
Fábrica em Ruína
Núcleo de Moinhos da Bouça
- Miradouros
Miradouro da Varanda dos Pastores
Miradouro do Alto dos Livros
- Poços e Praias Fluviais
Praia Fluvial do Poço da Monteiro
Poço das Azenhas
Poço do Funil
Poço do Forno Velho
Poço da Formiga
Poço do Embude
- Zona de Lazer das Penhas da Saúde

ESTRUTURAS E INFRAESTRUTURAS

- Estradas existentes
- Estrada proposta




Percursos Pedestres

- Existentes
 - PR5 MTG- Maciço Central
 - PR6 MTG- Glaciar
 - PR7 MTG- Polos Brancos
- Propostos pela C. M. Covilhã
 - CMC | Na Senda dos Pastores
- Proposta
 - Percursos dos Miradouros
 - Percursos da Ribeira



LEGENDA

- Limites da Freguesia de Cortes do Meio
- Percurso principal
- - - Troço alternativo ao percurso principal

 Junta de Freguesia de Cortes do Meio	Data: Dezembro 2018
 Universidade de Évora	Orientação: 
Unidade Curricular: Estágio Curricular para obtenção do grau de mestre em Arq. Paisagista	Escala: 1:25 000
Peça técnica: Percurso Pedestre “Ribeira”	Anexo IX - A
Nome e nº de aluna: Bárbara Sofia Rodrigues Franco m39607	

